



ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 31

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS SILVA
TACIANA DE BARROS JERÔNIMO
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA
GEYZA D' ÁVILA ARRUDA
ESTÉLIO SILVA BARBOSA
(ORGANIZADORES)



EDITORA ENTERPRISING

Direção Nadiane Coutinho

Gestão de Editoração Antonio Rangel Neto

Gestão de Sistemas João Rangel Costa

Conselho Editorial

- Antonio Augusto Teixeira Da Costa, Phd – Ulht – Pt
- Eraldo Pereira Madeiro, Dr – Unitins – Br
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. UFSM;
- Luama Socio, Dra. - Unitins - Br
- Ismael Fenner, Dr. - Fics – Py
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Tânia Regina Martins Machado, Dra. - Unitins – Br;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP.

Copyright © 2024 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2024 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Diagramação	João Rangel Costa
Design da capa	Nadiane Coutinho
Revisão de texto	Os autores



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. : +55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

**CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS SILVA
TACIANA DE BARROS JERÔNIMO
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA
GEYZA D' ÁVILA ARRUDA
ESTÉLIO SILVA BARBOSA
(ORGANIZADORES)**

Estudos Avançados Interdisciplinares

Volume 31



Brasília - DF

E82

Estudos Avançados Interdisciplinares Volume 31 / Carlos André dos Santos Silva (Organizador), Taciana de Barros Jerônimo (Organizadora), Robson Antonio Tavares Costa (Organizador), Geyza D' Ávila Arruda (Organizadora), Estélio Silva Barbosa (Organizador) - Brasília: Editora Enterprising, 2024.

(Estudos Avançados Interdisciplinares Volume 31)

Livro em PDF

180p., il.

ISBN: 978-65-84546-76-9

DOI: 10.29327/5422121

1. Interdisciplinares. 2. Pesquisas. 3. Práticas. 4. Estudos.

I. Título.

CDD: 370

Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.

Equipe Editora Enterprising.

Sumário

APRESENTAÇÃO	→	08
CAPÍTULO 1:	ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÃO DO PORTO DE SUAPE EM PERNAMBUCO	09
	<i>Maysa Cybelle de Oliveira dos Santos</i> <i>Fagner José Coutinho de Melo</i> <i>Eryka Fernanda Miranda Sobral</i> <i>Pablo Aurélio Lacerda de Almeida Pinto</i>	
CAPÍTULO 2:	ATENDIMENTO E TRATAMENTO ODONTOLÓGICO : A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, IDADE E ESPECIALIDADES BUSCADAS PELOS PACIENTES NA CLÍNICA ODONTOLÓGICA ORTOPRESS	28
	<i>Ana Maria da Silva</i> <i>Ana Flávia Martins Lima</i> <i>Bruna Gabriele Pereira</i> <i>Isabella Gama Lupinacci</i> <i>Daniel Teodoro Oliveira</i> <i>Karyne de Souza Silva</i> <i>Juliana dos Reis Faria</i>	
CAPÍTULO 3:	NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO: O JULGADO DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI E A FAMÍLIA MONOPARENTAL NO VIÉS DA GUARDA COMPARTILHADA	42
	<i>Anderson Kleiton Penha Rodrigues</i> <i>Rafaela Prestes dos Santos</i> <i>Rafael Alex Dantas Bentes</i> <i>Rosângela Maria Aquime de Moraes de Barros</i> <i>Ayla Cristina de Almeida Rocha</i>	
CAPÍTULO 4:	VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: PRÁTICAS DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CALÇOENE – AP	66
	<i>Ana Selma Maciel de Sousa</i>	
CAPÍTULO 5:	O RIO DAS AMAZONAS: NA PERSPECTIVA DO COLONIZADOR E DO COLONIZADO	81
	<i>Mara Rubia Moraes Teixeira</i> <i>Silvia Vidal Almeida</i>	
CAPÍTULO 6:	VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E VIOLÊNCIA CONTRA O OBSTETRA: DILEMAS ÉTICOS	90
	<i>Carlos Eduardo Mendes Pinto</i> <i>Denise Machado Duran Gutierrez</i>	

CAPÍTULO 7:	ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS DE ESTOQUE PARA EVITAR OBSOLESCÊNCIA DE MATERIAIS NA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE PAPEL RECICLÁVEL	106
	<i>Leonardo Jeronimo da Silva Junior</i> <i>Marcelly Teresa da Silva Santos</i> <i>Roberta Vanessa Aragão Felix da Silva</i> <i>Joás Tomaz de Aquino</i>	
CAPÍTULO 8:	AUTOAVALIAÇÃO DAS ESCOLAS? SIM, MAS...	127
	<i>Maria da Conceição Gomes Lamela Silva</i>	
CAPÍTULO 9:	TELETRABALHO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE: CONTEXTO E DESAFIOS	135
	<i>Tatiane Fonseca de Carvalho</i> <i>Brunna Carvalho Almeida Granja</i>	
CAPÍTULO 10:	TREINAMENTO OPERACIONAL PARA GESTÃO DE AVARIAS: UM ESTUDO COMPARATIVO EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE DO TIPO CEGONHA	159
	<i>Ketyllen Silva de Souza</i> <i>Roberta Vanessa Aragão Félix da Silva</i> <i>Joás Tomaz de Aquino</i>	

Apresentação

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o trigésimo primeiro volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES”, que reúne em seus capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!

Equipe Editora Enterprising.



Capítulo 1

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÃO DO PORTO DE SUAPE EM PERNAMBUCO

DOI: 10.29327/5422121.1-1

Maysa Cybelle de Oliveira dos Santos
Fagner José Coutinho de Melo
Eryka Fernanda Miranda Sobral
Pablo Aurélio Lacerda de Almeida Pinto

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÃO DO PORTO DE SUAPE EM PERNAMBUCO

Maysa Cybelle de Oliveira dos Santos

Fagner José Coutinho de Melo

Eryka Fernanda Miranda Sobral

Pablo Aurélio Lacerda de Almeida Pinto

RESUMO

No contexto da cadeia de suprimentos, o sistema de transporte é uma variável que representa elevada importância nos custos de uma organização, seja ela pública ou privada. Escolher o modal adequado à realidade de cada organização poderá posicioná-la diante do mercado de maneira estratégica, dessa maneira, este artigo tem por objetivo analisar as operações do modal marítimo no Porto de Suape entre os anos de 2019 a 2022. Embora o modal marítimo remonte à colonização brasileira, e por muito tempo, tenha sido o principal meio de movimentação de mercadorias na extensão do continente do país e além-mar, ao longo dos anos ele foi sendo substituído por um sistema de transporte majoritariamente rodoviário. Com incentivo de políticas públicas, a partir da década de 50 no governo de Juscelino Kubitschek, o modal marítimo voltou a ganhar fôlego e apoiado nos estudos de polos de desenvolvimento de François Perroux, o Complexo Industrial Portuário de Suape ganhou vida e operação, trazendo para essa região e suas adjacências, uma transformação econômica que se traduz em externalidades positivas. Os resultados apontam que o Porto de Suape tem uma estruturada e promissora operação de movimentação de matérias-primas, insumos básicos e produtos acabados, através das 83 empresas que atuam no complexo e que juntas, elevam o porto como um dos melhores e mais estruturados terminais marítimos do Norte e Nordeste do Brasil. Assim, buscou-se apresentar, neste artigo, a dinâmica e desenvolvimento das operações marítimas do Porto de Suape e seu rebatimento nos setores produtivos. Todavia, diante da relevância do tema, faz-se necessário fomentar estudos que aprofundem a discussão e mensurem o nível de correlação entre as variáveis apresentadas acerca da operação marítima e o fortalecimento da economia do estado de Pernambuco.

Palavras-chaves: Suape, Operação Portuária, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

In the context of the supply chain, the transportation system is a variable that represents high importance in the costs of an organization, whether public or private. Choosing the appropriate modal to the reality of each organization can position it in the market in a strategic way, therefore, this article aims to analyze the operations of the maritime modal in the Port of Suape between the years 2019 to 2022. Although the maritime modal dates back to Brazilian colonization, and for a long time, has been the main means of moving goods across the country's continent and overseas, over the years it has been replaced by a transport system mainly by road. With the encouragement

of public policies, from the 1950s onwards under Juscelino Kubitschek's government, the maritime sector began to gain momentum again and, supported by François Perroux's studies of development hubs, the Suape Industrial Port Complex came to life and began to operate, bringing to this region and its surroundings, an economic transformation that translates into positive externalities. The results indicate that the Port of Suape has a structured and promising operation for the movement of raw materials, basic inputs and finished products, through the 83 companies that operate in the complex and that together, elevate the port as one of the best and most structured terminals maritime areas of the North and Northeast of Brazil. In this way, we sought to present, in this article, the dynamics and development of the maritime operations of the Port of Suape and its impact on the productive sectors. However, given the relevance of the topic, it is necessary to promote studies that deepen the discussion and measure the level of correlation between the variables presented regarding maritime operations and the strengthening of the economy of the state of Pernambuco.

Keywords: Suape, Port Operation , Economic Development.

1 Introdução

O sistema de transporte numa cadeia de suprimentos, tem elevada importância dentro de um contexto logístico, isso desde o abastecimento da matéria-prima ou insumo, manufatura até a entrega ao cliente final (Fachinello; Nascimento, 2008). Dessa maneira, o gerenciamento da cadeia logística de transporte e armazenagem é primordial no que tange à determinação da participação desses produtos em alguns mercados (Wanke; Affonso, 2011).

Nesse sentido, além da importância operacional, a logística de transporte e armazenagem possui uma elevada representatividade financeira para empresas e governo. Em estudos realizados pelo Instituto de Logística e Supply Chain, no ano de 2020, o Brasil alcançou a representatividade de aproximadamente 13% do seu Produto Interno Bruto (PIB) somente com custos logísticos (ABOL, 2022). Ou seja, a escolha e gestão do modal logístico utilizado para a operação do negócio pode resultar em um melhor desempenho, trazendo maiores resultados de acordo com cada segmento empresarial.

Bovet e Martin (2000) ressaltam em seus estudos que o custo logístico representa, dependendo do setor a qual a empresa esteja inserida, de 2% a 12% do valor de venda dos produtos, sendo um percentual representativo quando se trata de posicionamento estratégico diante do mercado. Ainda, os autores citam que deve-se levar em consideração não apenas os custos logísticos, mas a velocidade, a confiabilidade e a flexibilidade que o sistema de transporte escolhido de maneira correta pode imprimir ao negócio, uma oportunidade para alavancar a competitividade e trazer os resultados esperados.

No contexto brasileiro, verifica-se que embora esse seja um país cuja costa litorânea seja habitada pela maioria da população, devido sua formação histórica, e além disso, sua geografia seja propícia ao modal marítimo, majoritariamente as empresas brasileiras ainda utilizam o modal

rodoviário para a sua logística de transporte (Cruz; Araújo; Alencar, 2015). Surge então a necessidade de aprofundamento dos estudos e da aplicabilidade de utilização dos portos como uma alternativa de meio logístico mais eficiente em termos de custos, menos poluente para o meio ambiente e menos perigoso, reduzindo o risco de acidentes e de roubos ou extravios de cargas (BNDES, 2018).

Consoante a isso, o Porto de Suape em Pernambuco, pensado e criado com base na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967), vem sendo palco dessa transformação de paradigma entre os principais modais a serem utilizados pelas organizações; sendo o maior porto do Norte/Nordeste e um dos mais estratégicos do Brasil. Sua atuação, desde a sua fundação em 1978, representa uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico para as empresas que utilizam esse terminal marítimo, bem como, a dinamização local, estadual e regional das adjacências de suas instalações, atraindo investimentos de diversas indústrias, contribuindo na geração de empregos e majorando o PIB do estado de Pernambuco. Nesse contexto, pretende-se através deste artigo responder ao questionamento sobre a possibilidade de o modal marítimo ser considerado, através do desdobramento e dinâmica de suas operações no Porto de Suape, como principal meio a ser utilizado para escoamento da produção no estado de Pernambuco. Para tanto, o objetivo deste artigo consiste em analisar a dinâmica e o desenvolvimento das operações no Complexo Industrial Portuário de Suape entre os anos de 2019-2022.

Além da introdução supracitada, este artigo encontra-se estruturado por uma seção composta pelos principais aspectos metodológicos, que subsidiaram a elaboração do estudo, por conseguinte, tem-se a fundamentação teórica, que embasou as discussões apresentadas acerca do tema; bem como, a seção contendo os resultados alcançados, e por fim, porém não menos importante, as considerações finais.

2 Metodologia

As operações de um porto, mediante sua dinâmica, volume e importância, podem alterar as configurações sociais, econômicas e ambientais de determinada região. Dessa maneira, analisar os impactos e o rebatimento dessas externalidades é de suma importância na composição de indicadores de um estado. No caso aplicado, o Porto de Suape se configura como um Complexo Industrial Portuário, no qual existe uma aglomeração de indústrias nas suas instalações e adjacências.

Conforme a Lei dos Portos, Suape é considerado um Porto Organizado, ou seja, é um bem público construído e aparelhado para atender a necessidade de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de autoridade portuária (Brasil, 2013). Sendo, portanto, integrante

da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, e está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.

O Porto de Suape é regulamentado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e essa agência, para além da sua função de regulação dos portos em todo o território nacional, possui uma base de dados contendo informações relativas às estatísticas geradas por cada porto brasileiro. Dessa maneira, para subsidiar os resultados alcançados neste estudo, foram utilizados dados oficiais da empresa SUAPE-Complexo Industrial Portuário, bem como, da ANTAQ, o que configura a metodologia dessa pesquisa como descritiva, com abordagem quantitativa, através do levantamento de dados secundários.

Em sequência, os dados coletados através dessas fontes oficiais foram tratados e tabulados para que seja possível analisar o comportamento das variáveis no decurso do tempo, considerando os anos de 2019 a 2022. Importa ressaltar a análise desse íterim, mediante a pandemia mundial vivenciada em todos os setores de negócios, sobretudo, o *Supply chain*, e mais especificamente a logística de transportes. Ressalta-se que as bases de dados utilizadas apresentam uma limitação estatística, fornecendo informações apenas a partir do ano de 2019.

As variáveis consideradas para esse estudo foram selecionadas com o intuito de apontar as principais operações que geram uma dinamização e desenvolvimento para essa região, sobretudo, para o estado de Pernambuco. Dessa maneira, foram coletadas as informações referentes ao volume de carga, ao tipo de navegação, ao grupo de mercadorias, perfil da carga e a receita líquida referente às operações no Porto de Suape entre os anos de 2019 e 2022.

A partir disso, foram elaboradas estatísticas descritivas para cada variável, e foi observada a dinâmica apresentada por cada uma delas para os anos abordados. Para o tratamento dos dados e produção de suas estatísticas, foram utilizados softwares como o Microsoft Excel, o Libre Office e o SPSS.

3 Fundamentação Teórica

A ocupação do território brasileiro baseou-se preponderantemente nas regiões litorâneas em virtude da infraestrutura dos portos e da cultura canavieira (Mamigonian, 1982). A cana-de-açúcar foi trazida para o Brasil pelos portugueses no século XVI e através dessa atividade econômica lucrativa, também eram trazidas pessoas escravizadas para mão de obra nos engenhos, o que influenciou fortemente nesse povoamento costeiro, sobretudo no Nordeste, em que cidades como Recife e Salvador cresceram vertiginosamente, passando a serem em algum momento da história a capital do Brasil, em períodos respectivos. Dessa maneira, infere-se que a maioria da população brasileira vivia numa faixa de até 200 km do litoral (Andrade, 1995).

Pernambuco sempre foi geograficamente bem posicionado no território brasileiro, no que se refere ao transporte de mercancias, já que é um dos estados mais à nordeste do Brasil e próximo à Europa. Santos (1963) afirma que a cidade do Recife, capital pernambucana, desempenhou um importante papel no transporte de açúcar e de outros produtos oriundos da cultura canavieira para a Europa no período colonial, dessa maneira, os portos de Pernambuco eram vitais para a logística de exportação no Brasil colônia.

Entre os séculos XVIII e XIX a cultura da cana-de-açúcar e do algodão continuavam expandindo e sendo palco do cenário econômico do Brasil, assim, o Porto do Recife, em Pernambuco, se consolidava como primordial no contexto logístico. Nazário (2000) ressalta que entre os séculos XVI e XX os portos eram o principal meio de interligação e transporte de mercadorias entre as cidades brasileiras, e a navegação de cabotagem desempenhou um importante papel nessa movimentação.

Contudo, apesar de ter sido de expoente importância nos períodos supracitados, o modal marítimo não teve o devido incentivo por parte do seu colonizador Portugal, e após a independência do Brasil, as ações públicas foram voltadas para a interiorização dos territórios e da economia com o incentivo do uso das ferrovias. No entanto, mesmo com esse incentivo, e inclusive construção de redes de ferrovia no território brasileiro, a malha ferroviária não foi suficientemente destaque no transporte logístico no país e muitos dos motivos foram: restrições técnicas, bitolas de tamanhos diferentes em cada região do país, o que fazia com que a carga ficasse parada por horas, ou até dias, e sobretudo, a falta de integração entre os ramais, sendo necessária a utilização de dois tipos ou mais de modais para o transporte da carga (Colative; Konishi, 2015).

Nesse contexto falido das ferrovias, falta de incentivo da cabotagem e péssimas condições das rodovias, era necessário investir num modal que atendesse à necessidade do transporte logístico do país. Essa situação foi sendo modificada mediante o governo do Washington Luiz, entre 1926 e 1930, cujo lema era “governar é construir estradas” e desse modo, passou-se a priorizar e fomentar o uso das rodovias (Gonçalves, 1966).

Por esse motivo, até hoje temos uma estrutura de modal voltada para as rodovias, ainda que seja mais oneroso, mais arriscado e mais poluente. Somente a partir do governo do Juscelino Kubistchek (1956-1961), além do incentivo à indústria automobilística, tivemos também o incentivo à indústria naval brasileira, sendo uma de suas 30 metas do plano “Cinquenta Anos em Cinco”, fomentando a Marinha Mercante e devolvendo a importância do transporte através da cabotagem e longo curso para a economia brasileira (Foster et al., 2013).

É através dessa conjuntura de transformações e políticas públicas, que em 1959 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, além de outras empresas públicas e

privadas para desenvolvimento focal da região nordeste, como o Banco do Nordeste e a construção de hidrelétricas na região. Desta feita, a SUDENE de forma mais comprometida com o desenvolvimento local, sobretudo, industrial, apoiou-se na teoria dos polos de desenvolvimento, desenvolvida por François Perroux, concentrando assim, investimentos em áreas diversas e criando polos ou núcleos com características de maior resistência para a região, desenvolvendo o designado Polonordeste (Andrade, 1988).

Consoante a isso, essa teoria baseada nos estudos François Perroux (1967) aponta que é necessária a criação de locais privilegiados e que sejam capazes de conectar ou interligar de maneira, tanto nacional como internacional, os fluxos financeiros da economia, bem como, de mercadorias. Segundo Egler (2012), esse seria o modelo mais aplicável de organização territorial para o fortalecimento do desenvolvimento regional, e partir desse contexto foram implantados diversos complexos e polos industriais na região nordeste: Petroquímico de Camaçari (BH); Eletrometalúrgico de Tucuruí (PA e MA); Siderúrgico de Itaquí (MA); Industrial-portuário de Pecém (CE); Projeto Carajás (Norte); o Cloroquímico (AL).

De acordo com esses incentivos governamentais, e apoiados na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967), na década de 60, o governo brasileiro reconheceu a importância estratégica de Pernambuco tanto a nível geográfico, devido à proximidade com o oceano atlântico, como a nível econômico, e a partir de então, estudos começaram a ser realizados para analisar a viabilidade de construção de um terminal marítimo de grande porte na região de Suape, que seria destinado à exportação e à instalação de indústrias em seu entorno, além de fomentar a capacidade da cabotagem já existente no estado, desde o Brasil colônia através do Porto do Recife (Suape, 2023).

O Complexo Industrial Portuário de Suape teve a sua construção apoiada numa perspectiva dos já operantes portos de Marseille-Fos, na França, e de Kashima, no Japão. Dessa forma, baseado na operação desses portos, o desejo era de que esse porto fosse voltado para a atividade industrial, de maneira que não somente recebesse, mas que também gerasse demanda e agregasse valor para a região ao qual estaria inserido, de forma a contribuir com o desenvolvimento local e alavancagem do crescimento econômico.

A região de Suape, em Pernambuco, foi escolhida para esse empreendimento mediante a sua geografia favorável, uma vez que apresentara águas profundas próximo à linha costeira, além de possuir aproximadamente 1,2 quilômetros de distância do cordão de arrecifes existentes na capital pernambucana, que apoiavam no cercamento natural do local. Além disso, a região possui uma extensa área para instalações industriais em suas adjacências, bem como, a disposição geográfica em relação à região metropolitana do Recife. A partir do ano de 1973, o plano diretor foi então

elaborado com o intuito de subsidiar a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape (Suape, 2023).

Para que o porto se tornasse realidade, foram necessários investimentos vultosos cujo objetivo era de que o empreendimento trouxesse tanto para Pernambuco, quanto para o Brasil, o progresso e retomada do transporte de cargas através do modal marítimo. Mediante o plano diretor e com apoio multidisciplinar das equipes especializadas para estabelecimento do porto, criou-se a empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário em 7 de novembro de 1978, por meio da Lei Estadual nº. 7.763, cuja principal incumbência era a de administrar a implantação do complexo através do cronograma e desenvolvimento da obra, bem como, a exploração da atividade e operação portuária (Suape, 2023).

Após um grave incidente no Porto do Recife, porto esse que atendia a cidade desde o ano de 1918, em que um navio de combustível pegou fogo, o então governador do estado de Pernambuco, Roberto Magalhães determinou que as empresas de combustíveis que estivessem instaladas no Porto do Recife fossem transferidas para Suape, e a partir desse momento, Cunha e Lucena (2006) ressaltam que o projeto para utilização das estruturas do Complexo Industrial Portuário foi acelerado. Assim, empresas já consolidadas no Porto do Recife como a BR Distribuidora, a Shell, a Texaco e a Esso iniciaram em Suape o “*Pool* de Derivados de Petróleo”.

Seguindo esse encadeamento de fatos, e claramente com grandes prospecções de crescimento a partir dos anos 90, o governo do estado de Pernambuco investiu fortemente no progresso e expansão do Porto de Suape, período em que ele se tornou um dos principais complexos portuários do Brasil. Foram subsidiados distritos industriais e zonas de livre comércio nas adjacências do porto, com objetivo de estabelecer o desenvolvimento sistêmico e local da região (Alcântara, 1977).

3.1 Desenvolvimento Local Sustentável

O Porto de Suape, conforme estimativas projetadas, continuou a crescer e em meados de 2012 teve o seu apogeu com a inauguração das empresas Pernambuco Industrial, Indústria Brasileira de Gases (IBG) e Amcor, bem como, a entrega do primeiro navio construído genuinamente em Suape, pelo Estaleiro Atlântico Sul e a entrega da duplicação da rodovia PE-60, facilitando os meios de transporte das mercadorias na chegada até o porto e sua contiguidade com Recife e região metropolitana, (Suape, 2023).

Seguindo essa trilha de desenvolvimento exponencial, o Porto de Suape hoje se destaca como um dos mais importantes portos públicos do Norte/Nordeste brasileiro, com projeção de se tornar o segundo maior do Brasil, conforme dados elaborados pela ANTAQ (2023). Sua área de

influência abrange toda a área dos estados do Nordeste como Pernambuco, Alagoas e Paraíba, além de parte do Rio Grande do Norte, Ceará e interior do Maranhão, trazendo um desenvolvimento não apenas de âmbito local, mas sobretudo, a níveis nacionais e internacionais.

Nesse cenário, o porto possui uma operação diária através de movimentação de cargas e de containers através da navegação de cabotagem e longo-curso, realizados por armadores como Mercosul-Line, Aliança, Hamburg Süd, Log In; além das empresas de armazenamento dessas mercadorias, que se encontram instaladas dentro do complexo industrial como a Tecon, Localfrio e Wilson Sons.

Felipe Jr. (2012) define a cabotagem como o transporte marítimo realizado entre cidades ou portos de um mesmo país ao longo da costa de seu território, não havendo o cruzamento de fronteiras internacionais. Por outro lado, o longo-curso, é definido como a movimentação de mercadorias “além-mar”, ou seja, aquela em cujos navios ultrapassam as fronteiras marítimas de seu país. E o armazenamento, como o período de aguardo das mercadorias até que essa movimentação seja concluída. Assim, Suape possui hoje uma área alfandegada de cerca de 785 mil metros quadrados.

É mister ressaltar que o modal marítimo, seja ele através da navegação de cabotagem, ou através do longo- curso, além de desempenhar um elo entre os portos do país e do mundo, transporta mercadorias e passageiros de forma eficiente e com um menor custo, quando comparado com outros modais disponíveis, além de ter um índice de acidentes e perda da carga numa proporção muito menor e de maneira muito menos poluente para o meio ambiente (BNDES, 2018). Fomentando, dessa maneira, o tripé da sustentabilidade (econômico, social e ambiental) e convergindo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas-ONU para a agenda de cumprimento até 2030.

Ainda, conforme informação supramencionada, esse tipo de sistema de transporte está em consonância com o ODS nº 09- Indústria, Inovação e Infraestrutura. Ou seja, para que possa ser mensurável, conforme os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é necessário:

“Garantir minimamente uma infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e robusta, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos” (IBGE, 2023).

3.2 Arranjo Produtivo Local

O Complexo Industrial Portuário de Suape está estrategicamente estruturado no litoral sul de Pernambuco, esse conglomerado de empresas públicas e privadas atuam conjuntamente no

armazenamento e movimentação de cargas, conferindo grande importância logística, atendendo não só o estado de Pernambuco, como também outros estados através da navegação de cabotagem e outros países através da navegação de longo-curso.

Mastromarco & Woitek (2006) concluem através de seus estudos realizados para verificação de eficiência da infraestrutura na Itália, que existe um impacto diretamente proporcional dessa infraestrutura sobre a eficiência da produtividade, tornando sempre positivo, o estabelecimento de políticas de investimentos para que haja um fortalecimento dos processos produtivos, sobretudo, quando analisamos fatores como estradas, portos e aeroportos, energia elétrica, água e conectividade.

Nesse sentido, trazendo para o recorte do Complexo Industrial Portuário de Suape, inferimos que esse porto faz parte da cadeia de suprimentos de diversos materiais e insumos que perpassam por essa infraestrutura diariamente, fortalecendo esses negócios através da agilidade e dinâmica do transporte através do escoamento da produção, tanto a nível nacional, pela navegação de cabotagem, quanto pela internacional, através da navegação de longo curso.

Segundo Lastres e Cassiolato (2004) Arranjos Produtivos Locais “*são concentrações espaciais e setoriais de empresas, instituições e governos em torno de um eixo produtivo comum*”. Ou seja, analisando o caso aplicado de Suape, esse porto tem papel fundamental no escoamento de mercadorias, bem como, no recebimento dos insumos necessários para o mantimento dos negócios do estado, como indústrias, abastecimento de gás e petróleo, e, não obstante os APLs.

Embora a logística de escoamento da produção seja, até os dias atuais, um dos grandes gargalos enfrentados por esse tipo de produção, BNDES (2018), o Porto de Suape, através do abastecimento e transporte referentes aos bens e insumos desses negócios, apoia no crescimento e desenvolvimento não só da região metropolitana do Recife, mas sobretudo, de cidades do interior do estado, endossando a manutenção e importância dos impactos socioeconômicos desses Arranjos Produtivos Locais (Suape, 2023).

3.3 Caracterização do Complexo Industrial Portuário de Suape

O Porto de Suape está localizado a cerca de 40km da capital pernambucana, Recife. Ele está subdividido de maneira que 40% do seu território fica posicionado no município do Cabo de Santo Agostinho e os outros 60%, no município de Ipojuca. Esse complexo tem um alcance total não apenas desses municípios supramencionados, mas também de outros seis, os quais sejam: municípios de Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém, que integram o chamado Território Estratégico (Gumiero, 2018).

Sua construção teve como base portos industriais já existentes que utilizaram os estudos dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967), para estabelecerem clusters de negócios como portos na Europa e Ásia, sobretudo o de Marselha, na França e Kashima, no Japão. Segundo Fischer (1963), desde sua fundação, o Porto de Suape desempenha a função para o qual foi criado, ser um agente gerador de demanda, e não apenas receptivo, ou uma etapa do estágio de movimentação da carga. Assim, o Porto de Suape ganha destaque como área de influência para movimentações nacionais, internacionais e de armazenagem de mercadorias da indústria como minério de ferro, carvão, e produtos petrolíferos.

Consoante a isso, o Complexo Industrial Portuário de Suape é composto por 83 empresas de capital tanto nacional, como estrangeiro, que estão em operação ou em implantação. Essas empresas juntas, geram mais de 17,5 mil empregos diretos e outros tantos em suas adjacências, ou seja, além de gerar fortalecimento da economia com a força de trabalho local, o porto contribui com a alavancagem da economia do estado com a contratação de fornecedores desde grande porte até os de pequeno porte em todo estado de Pernambuco (Suape, 2023).

Nesse contexto, as 83 empresas supracitadas, atuam em onze polos de desenvolvimento dentro do complexo industrial: Logístico, Granéis Líquidos e Gases, Naval e Offshore, Petroquímico, Pré-forma Plástica, Componentes Eólicos, Geração de Energia, Alimentos e Bebidas, Material de Construção, Metalmeccânico e o Farmacêutico. Juntas, essas empresas elevam o porto como sendo o complexo industrial portuário mais completo do Norte e Nordeste do Brasil, armazenando e movimentando cargas como matérias-primas, insumos básicos e produtos acabados.

As principais normativas que são aplicáveis ao setor portuário são a Lei 12.815/2013 e o Decreto 8.033/2013, que ficam a cargo da regulamentação pela ANTAQ. Essa Agência é responsável por regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária. *“A Agência dedica-se, ainda, a tornar mais econômica e segura a movimentação de pessoas e bens pelas vias aquaviárias brasileiras, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas”* (Brasil, 2023).

Conforme o BNDES (2023), a legislação supramencionada distingue dois tipos de portos no Brasil: o Porto Organizado, que geralmente é gerido pela iniciativa pública ou concedido à iniciativa privada; bem como, o Terminal de Uso Privado (TUP). Por conseguinte, no Brasil, as autoridades portuárias são as Companhias Docas Federais, empresas que são totalmente estatais e responsáveis pela exploração dos Portos Organizados como os de Salvador, Vitória e Rio de Janeiro. Contudo, existe a possibilidade de delegação dessa atividade para os governos estaduais, que utilizam suas próprias estruturas para viabilizar a gestão dos Portos Organizados, como é o caso

de Suape. Para fins da análise desse estudo, a ANTAQ denomina o Porto de Suape como Porto Organizado (ANTAQ, 2023).

A operação do Porto de Suape, assim como todos os portos do Brasil é regulamentada por essa Agência, assim, através da ANTAQ é possível acompanhar e mensurar os indicadores da operação de cada porto brasileiro, seja ele público ou privado. Nesse recorte, abordaremos os principais indicadores e resultados apresentados acerca das operações do Complexo Industrial Portuário de Suape, no que diz respeito ao volume e movimentação de carga, bem como, os principais materiais e insumos que são transportados, o tipo de navegação, além do quanto o Porto de Suape gerou em receita líquida entre os anos de 2019 a 2022; para que assim, possamos analisar as externalidades que esse empreendimento trouxe para o estado de Pernambuco.

4 Resultados

É salutar ressaltar que o desenvolvimento de uma região está diretamente ligado aos investimentos que são dirigidos a ela, principalmente quando estamos falando sobre infraestrutura para o estabelecimento de eficiência operacional de determinada região, levando-a a uma maior visibilidade diante do mercado. Dessa maneira, foi possível através da coleta dos dados secundários pelas bases da ANTAQ e da empresa SUAPE-Complexo Industrial Portuário, observar as principais operações que contribuem para uma análise sobre a expansão do modal marítimo no Porto de Suape.

Os dados da tabela 1 evidenciam que o volume de carga movimentada no Porto de Suape, para os anos estudados, sofreu uma leve variação com tendência de aumento. Segundo esses resultados, a movimentação para o ano de 2020 teve uma alta de 8,44% em relação ao ano anterior, isso se deu devido ao aumento do consumo, sobretudo estrangeiro, durante o início da pandemia do Covid-19, tendo os portos brasileiros como principal porta de entrada no país (Agência Brasil, 2022).

No entanto, percebe-se que essa tendência é alterada no ano de 2021, quando há um aumento dos valores dos fretes e de taxas de armazenamento, além da escassez de contêineres, devido congestionamento de terminais, gerando filas de navios para atracamento, cancelamentos de embarques e desembarques, mediante as políticas de *lockdown*. Para o ano de 2022, inferimos uma tendência de retomada da movimentação de cargas, principalmente pela normalização da disponibilidade dos contêineres nos principais terminais marítimos do mundo, representando um aumento de 11,99% em relação ao ano anterior.

Tabela 1: Volume da Carga Movimentada em Toneladas entre 2019-2022.

Grupo de Mercadoria	Peso - Carga Bruta	Varição em relação ao ano anterior (%)
2019	23.698.583	-
2020	25.698.583	8,44%
2021	22.079.408	-14,08%
2022	24.726.350	11,99%

Fonte: Adaptado do Estatístico Aquaviário - ANTAQ, 2023.

A análise da tabela 2 permite observar a evolução por perfil de carga, do volume movimentado no porto de Suape nos anos estudados. Constata-se que a principal carga movimentada nesse período foi de granel líquido e gasoso, representando cerca de 70% da operação do porto. Embora esse perfil de carga seja predominante nos anos estudados, em 2021 o resultado dessa movimentação não apresentou a tendência dos anos anteriores, dado que esse perfil de carga representou 67,8% do volume movimentado. O segundo perfil com maior volume de movimentação foi a carga containerizada, que representou em média, mais de 20% da carga bruta transportada pelo porto. Quando se compara os anos de 2019 e 2022, observa-se uma tendência de crescimento da movimentação em virtude da retomada das atividades produtivas no mundo.

Tabela 2. Perfil de Carga Movimentada em Toneladas no Porto de Suape.

Perfil da Carga	2019		2020		2021		2022	
	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)
Granel Líquido e Gasoso	17.626.596	73,8	19.122.931	74,4	14.975.428	67,8	17.839.551	72,1
Carga Containerizada	5.387.407	22,5	5.583.554	21,7	5.891.878	26,7	5.625.728	22,8
Granel Sólido	490.889	2,1	588.202	2,3	719.174	3,3	669.330	2,7
Carga Geral	386.568	1,6	403.897	1,6	492.927	2,2	591.741	2,4

Fonte: Adaptado do Estatístico Aquaviário - ANTAQ, 2023.

Cabe destacar que para o período analisado, a tabela 3 possibilita concluir que tanto as navegações de cabotagem, como as de longo-curso, apresentaram estatísticas de recuperação para o ano de 2022, responsáveis pela movimentação no Complexo Industrial Portuário de Suape em 67% e 33%, respectivamente. Isso ressalta o aumento na demanda pelo transporte marítimo, sobretudo na cabotagem, realocando os clientes e produtos do modal rodoviário para o marítimo. Vale destacar que as empresas estão, cada vez mais, aderindo às pautas ESG (Environmental, Social and Governance), visto que esse modal é menos poluente devido uma menor emissão de CO2 no planeta (Portal LogWeb, 2023).

Tabela 3. Perfil de Carga Movimentada em Toneladas no Porto de Suape por tipo de Navegação.

Tipo Navegação	2019		2020		2021		2022	
	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)
Cabotagem	15.222.293	64,0	16.839.122	66,0	13.985.288	63,0	16.477.989	67,0
Longo Curso	8.669.167	36,0	8.854.619	34,0	8.094.039	37,0	8.248.361	33,0
Apoio Portuário	0	0,00	4.842	0,00	80	0,00	0	0,00
Não Identificado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: Adaptado do Estatístico Aquaviário - ANTAQ, 2023.

Referente aos principais grupos de mercadoria movimentados pelo porto em análise, o petróleo e derivados (sem óleo bruto) segue sendo o destaque em maior proporcionalidade, apesar de ter sofrido os efeitos da pandemia durante os anos de 2020 e 2021, segue uma tendência de recuperação, representando 41,09% de toda movimentação.

Tabela 4. Perfil de Carga Movimentada em Toneladas no Porto de Suape por Grupo de Mercadoria.

Perfil da Carga/ Mercadoria	2019		2020		2021		2022	
	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)	Peso - Carga Bruta	(%)
Petróleo e Derivados (Sem Óleo Bruto)	9.392.677	41,84	8.652.171	35,83	6.764.893	33,21	9.476.338	41,09
Contêineres	5.387.407	24,00	6.800.483	28,16	5.891.878	28,92	5.625.728	24,39
Petróleo e Derivados (Óleo Bruto)	4.965.306	22,12	5.583.554	23,12	4.544.111	22,31	4.842.140	21,00
Gás de Petróleo	2.021.965	9,01	2.322.079	9,62	2.377.701	11,67	2.291.040	9,93
Produtos Químicos Orgânicos	683.328	3,04	788.960	3,27	791.288	3,88	826.146	3,58

Fonte: Adaptado do Estatístico Aquaviário - ANTAQ, 2023.

A segunda maior participação, conforme os dados apresentados, é para o grupo de contêineres, que dentre os cinco grupos analisados foi o que mais sofreu oscilação, justamente pela variação na mudança de comportamento de consumo nos anos apresentados. Esse grupo aumentou sua participação em aproximadamente 4,0 pontos percentuais quando comparado ao ano de 2019. E embora tenha sido o reflexo dos efeitos da pandemia mundial, esse segue sendo o grupo com maior expectativa de crescimento para o ano de 2022 em diante.

Por fim, ao se analisar os dados acerca da receita líquida, envolvendo todas as operações do Porto de Suape, tem-se, de forma nítida, que o modal marítimo apresenta uma tendência de crescimento, reafirmando sua capacidade e eficiência operacional para a logística de transportes.

A Tabela 5 permite observar que no ano de 2019 a receita líquida já havia alcançado quase 10% de aumento, sequenciando o ano de 2020 com aumento e mudança do comportamento do mercado consumidor durante a pandemia, representando um aumento de 27,53% em relação ao ano anterior. Já o ano de 2021, especificamente, foi o mais impactado devido os reflexos do Covid-19 como: falta de contêineres, aumento nos valores de fretes e armazenamento e congestionamentos de navios em todos os portos do mundo. Sua receita líquida, portanto, representou uma retração de aproximadamente 10%.

Tabela 5. Receita de Líquida Obtida pelo Porto de Suape entre 2019 e 2022, em R\$.

Ano	Receita Líquida	Variação em relação o ao anterior (%)
2019*	205.147.304	9,05%
2020	261.631.629	27,53%
2021	234.611.085	-10,33%
2022	319.774.000	36,30%

Fonte: Adaptado de Suape, 2023.

* Os valores para 2019 foram comparados com o ano de 2018.

Todavia, com a retomada das atividades produtivas e normalização da cadeia de suprimentos, os indicadores do Porto de Suape para o ano de 2022 tem se comportado de forma crescente, assim, a receita líquida representou um salto de mais de 36%, em relação ao ano anterior de 2021. Esse efeito corrobora não apenas com o aspecto de dinamização e crescimento econômico para o estado de Pernambuco, mas alinha essa infraestrutura na direção de destacar o modal marítimo como possibilidade logística que mais se adequa à realidade socioambiental, convergindo com as pautas de ESG e coadunando com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

5 Discussão dos Resultados

A partir das cinco variáveis analisadas acerca da operação do modal marítimo no Porto de Suape depreende-se que existe um potencial e dinamicidade no atendimento das demandas referentes ao transporte logístico e armazenam nesse terminal. Sobretudo, é de elevada importância reiterar que essa análise se deu durante os anos de 2019 a 2022, nos quais os comportamentos do mercado consumidor, bem como, o equilíbrio de oferta e demanda foram afetados a nível global pela pandemia do Covid-19. Assim, o Complexo Industrial Portuário de Suape, não obstante a esses efeitos sofridos, apresenta uma tendência de crescimento e expansão desse modal para o período analisado.

As tabelas apresentadas, especificamente a tabela 5 traz a informação a respeito do comportamento das operações e seu rebatimento sobre a capacidade operacional do Porto de Suape, e mediante essa análise é mister ressaltar que mesmo o ano de 2022 representando um menor percentual de volume de carga em relação à 2021, a receita líquida foi maior, o que acentua que o modal logístico assume essa importância no transporte de cargas dentro de um contexto de mercado, ou seja, mais empresas de materiais de alto valor agregado passam a aderir às operações do terminal marítimo.

Além de expressar tendência de crescimento, segundo o BNDES (2018) o modal marítimo vem ganhando destaque como um meio logístico que pode atender aos requisitos do tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômico), desse modo, as empresas passam cada vez mais a aderir mecanismos que possam elevar a sua eficiência mas que atenda aos ODS, sobretudo porque isso agrega valor aos seus negócios e posiciona estrategicamente seus produtos no mercado. O modal marítimo pode representar, a depender do tipo de negócio, o meio logístico de escoamento da produção mais adequado quando levamos em consideração o futuro sustentável do planeta.

6 Considerações Finais

A maturidade das operações no Complexo Industrial Portuário de Suape, tanto em nível nacional quanto internacional, refletem o quanto esse empreendimento trouxe uma dinâmica de desenvolvimento a nível de infraestrutura, eficiência operacional e abertura de mercados para o modal marítimo no estado de Pernambuco. Apesar dos desafios desse modal, perpassando desde a falta de investimentos até o fomento de rodovias e estradas durante todo processo de formação político-econômica brasileira, ele segue sendo um dos expoentes na logística de transportes da atualidade.

Os resultados apontam, a partir dos dados coletados através da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e da empresa SUAPE-Complexo Industrial Portuário que as operações de movimentação do Porto de Suape, mesmo em meio a uma pandemia mundial durante o período analisado, se comportaram de forma positiva, cujo crescimento se dá não apenas pela possibilidade de um transporte mais eficiente, mas também pela mudança de *mindset* que as empresas passam a adotar, uma vez que esse tipo de modal é comprovadamente mais sustentável, economicamente viável e socialmente mais seguro.

Dessa forma, todos os indicadores analisados: volume de carga, perfil da carga, tipo de navegação, grupo de mercadoria e receita líquida, refletiram o reposicionamento do transporte marítimo diante da tendência de crescimento, corroborando que esse é o futuro sustentável do transporte de cargas em *Supply Chain*. Além disso, destaca-se, especificamente, as externalidades

positivas que uma infraestrutura promissora como o Porto de Suape representa para a economia do estado de Pernambuco.

Por fim, porém não menos importante, esse estudo buscou fomentar as informações acerca da dinamicidade e desenvolvimento gerados pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape para o estado de Pernambuco. Todavia, diante da importância e relevância do tema, não apenas para a sociedade pernambucana, como brasileira, faz-se necessária a formulação de novos estudos que aprofundem a discussão acerca das operações logísticas; e que estimem o nível de correlação entre as variáveis apresentadas acerca da operação marítima e o fortalecimento da economia do estado de Pernambuco.

Referências

ABOL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS. *Custo Brasil do setor logístico deve consumir 13,3% do PIB em 2022*. Set. 2022. Disponível em: <https://abolbrasil.org.br/noticias/noticias-do-setor/custo-brasil-do-setor-logistico-deve-consumir-133-do-pib-em-2022>. Acesso em: 13 nov. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. *Antaq Detalha Impactos da Pandemia no Transporte Marítimo-Escassez de contêineres e alta do frete são citados em levantamento*. Brasília: Jul. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-07/antaq-detalha-impactos-da-pandemia-no-transporte-maritimo>. Acesso em 12 nov. 2023.

ALCÂNTARA, Marco Aurélio. *O Recife eurotropical como porto exportador e importador de significação brasileira*. 1977. Biblioteca Virtual de Tropicologia. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br>. Acesso em 23 fev. 2010.

ALVES, José Luiz. *Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Estatísticas Aquaviárias de 2019 a 2022*. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/movport.html#>. Acesso em: 13 out. 2023.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Navegação de Cabotagem Brasileira*. 2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15385/1/BS47__Cabotagem__FECHADO.pdf. Acesso em 22 out. 2023.

_____. *Perfis Setores - Portos*. Disponível em: <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Portos#0>. Acesso em: 07 nov. 2023.

BOVET, David M; MARTIN, Bob W.. *Sinal verde para o transporte*. HSM Management, n.21, ano 4, julho, agosto, 2000.

BRASIL. *Lei Nº 12.815, de 5 de junho de 2013*. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. DOU Brasília, 5 de junho de 2013.

_____. Ministério da Infraestrutura. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). *Competências*. Disponível em: https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 10 nov. 2023.

COLATIVE, Alessandro Serrano; KONISHI, Fábio. *A matriz do transporte no Brasil: uma análise comparativa para a competitividade*. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015.

CUNHA, Paulo Gustavo de Araújo; LUCENA, Vinicius Guerreiro de. *Do sonho à realidade*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006.

CRUZ, Simone Maria Lucena; ARAÚJO, Maria Creuza Borges de; ALENCAR, Luciana Hazin. (2015) "Transporte De Cabotagem No Porto De Suape, Pernambuco: Uma Pesquisa Exploratória." *Production*, 25(3), 560-570. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/9GQykW3MQSRjF967BkdgQQp/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FACHINELLO, Arlei Luiz; NASCIMENTO, Sidnei Pereira. (2008). Cabotagem como alternativa para o transporte de carnes da região Sul para o Norte/Nordeste brasileiro: um estudo de caso. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 46(04), 969-988. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000400003>. Acesso em: 14 dez. 2023.

FELIPE JR. Nelson. *O transporte marítimo de cabotagem e longo curso e sua importância para a economia brasileira*. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - Unesp. Presidente Prudente/SP, 2012.

FOSTER, Maria das Graças Silva; ALONSO, Paulo Sergio Rodrigues; DAN JR, Edival; CIMA, Fernando Monteiro. *Retomada da indústria naval e offshore do Brasil 2003 – 2013*. Rio de Janeiro: Petrobras S.A., 2013.

GONÇALVES, Vergniaud Calazans. *Automóvel no Brasil: 1893-1966*. São Paulo: Edimóvel, 1966.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do complexo industrial portuário de Suape: 1955 a 2015. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 32-50, abr. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=9>. Acesso em 10 nov. 2023.

LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. *Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: vantagens e restrições do conceito e equívocos usais*. Rio de Janeiro: SEBRAE/UFRJ – Instituto de Economia, 2004.

MASTROMARCO, Camila; WOITEK, Woitek. *Public infrastructure investment and efficiency in Italian regions*. *Journal of productivity analysis*, 25(1-2), 57-65, 2006. Disponível em: [http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11123-006-7127-9#/page-1DOI 10.1007/s11123-006-7127-9](http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11123-006-7127-9#/page-1DOI%2010.1007/s11123-006-7127-9).

NAZÁRIO, Paulo. Administração do Transporte. In: FLEURY, P.F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K.(Orgs.) *Logística Empresarial: a Perspectiva Brasileira*. São Paulo: Atlas, 2000.

PORTAL LOGWEB. *Pandemia trouxe mudanças significativas no transporte marítimo nacional e internacional, e lançou novos*. São Paulo: jun. 2023. disponível em: <https://www.logweb.com.br/pandemia-trouxe-mudancas-significativas-no-transporte-maritimo-nacional-e-internacional-e-lancou-novos-desafios/>-. Acesso em: 13 nov. 2023.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1963.

SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE. *Institucional*. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/o-que-e-suape>. Acesso em: 30 out. 2023.

Capítulo 2

ATENDIMENTO E TRATAMENTO ODONTOLÓGICO : A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, IDADE E ESPECIALIDADES BUSCADAS PELOS PACIENTES NA CLÍNICA ODONTOLÓGICA ORTOPRESS

DOI: 10.29327/5422121.1-2

Ana Maria da Silva
Ana Flávia Martins Lima
Bruna Gabriele Pereira
Isabella Gama Lupinacci
Daniel Teodoro Oliveira
Karyne de Souza Silva
Juliana dos Reis Faria

ATENDIMENTO E TRATAMENTO ODONTOLÓGICO : A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, IDADE E ESPECIALIDADES BUSCADAS PELOS PACIENTES NA CLÍNICA ODONTOLÓGICA ORTOPRESS

Ana Maria da Silva

Ana Flávia Martins Lima

Bruna Gabriele Pereira

Isabella Gama Lupinacci

Daniel Teodoro Oliveira

Karyne de Souza Silva

Juliana dos Reis Faria

RESUMO

Diversos são os motivos que levam um paciente a procurar tratamento odontológico e há uma ampla variação da queixa principal, indo desde uma sintomatologia aguda, até a busca pela melhora de determinado comprometimento estético. Sendo assim, com os diversos meios de tecnologia, informação, das mídias e redes sociais, estes mesmos pacientes já chegam até a clínica ou ao centro de atendimento especializado, interessado em uma área específica como por exemplo, a ortodontia, implantodontia ou dentística restauradora. Diante dos fatos, o presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo transversal observacional, utilizando como estratégia a coleta de dados dos prontuários da Clínica Odontológica Ortopress, situada na cidade de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais. O intuito foi de verificar a relação entre o gênero dos pacientes, a faixa etária e qual a especialidade procuravam na clínica. O estudo contou com 224 prontuários, onde destes 140 pacientes faziam referência ao gênero feminino e 84 do gênero masculino. O estudo foi então conduzido através de análise descritiva quantitativa. Como resultado desta análise quantitativa, observamos que: Na faixa etária de 21 a 30 anos (n=27; 28,42%) procuravam a ortodontia e (n=9; 24,32%) para ortodontia associada com dentística. Já entre 32 e 42 anos, houve um percentual bem aproximado sendo, (n=25; 26,32%) para ortodontia e (n=25; 28,41%) para dentística, havendo apenas (n=10; 27,03%) para ortodontia e dentística em conjunto. Abrangendo a faixa etária de 43 a 53 anos, (n=14; 15,79%) dos pacientes almejam para tratamento a especialidade de ortodontia, e (n=19; 21,59%) para a dentística, onde apenas (n=2; 100%) pacientes procuram atendimento em ortodontia, dentística e implantodontia em conjunto. Por fim entre os 54 e 64 anos (n=18; 20,45%) procuravam por dentística e (n=4; 10,81%) por ortodontia. Conclui-se então que houve diferença significativa entre a especialidade e a faixa etária dos pacientes.

Palavra-Chave: Tratamento Odontológico; Relação paciente – especialidade, Relação paciente faixa etária.

ABSTRACT

There are several reasons that lead a patient to seek dental treatment and varied are their main complaint ranging from some acute symptomatology, to the search for the improvement of some aesthetic impairment. Therefore, and with the various means of technology, information and media and social networks, these same patients already arrive at the clinic or the care center that provides this service, looking for a specific specialty such as orthodontics, implantology, restorative dentistry, and all the other varied specialties that cover dentistry. Thus, the present study aimed to conduct a cross-sectional observational study, using as a strategy the collection of data from the medical records of the Ortopress Dental Clinic, located in the city of Pouso Alegre, in the state of Minas Gerais. The aim was to verify the relationship between the gender of the patients, the age group and which specialty they sought in the clinic. The study had 224 medical records, where of these 140 patients referred to the female gender and 84 to the male gender. The study was then conducted through quantitative descriptive analysis. As a result of this quantitative analysis, we observed that: In the age group of 21 to 3 years ($n=27$; 28.42%) they sought orthodontics and ($n=9$; 24.32%) for orthodontics together with dentistry. Between 32 and 42 years, there was a very approximate percentage being, ($n=25$; 26.32%) require orthodontics and ($n=25$; 28.41%) for dentistry, with only ($n=10$; 27.03%) for orthodontics and dentistry together. Covering the age group of 43 to 53 years, ($n=14$; 15.79%) of the patients seek for treatment the specialty of orthodontics, and ($n=19$; 21.59%) for dentistry, where only ($n=2$; 100%) patients seek care in orthodontics, dentistry and implantology together. Finally, between 54 and 64 years of age ($n=18$; 20.45%) they searched for dentistry and ($n=4$; 10.81%) for orthodontics. It was concluded that there was a significant difference between the specialty and the age group of the patients.

Keyword: Dental Treatment; Patient-specialty relationship, Patient-age group relationship.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos anos, a procura por tratamentos odontológicos tem aumentando gradativamente, uma vez que os motivos que levam o paciente a buscar pelo mesmo, pode ser dos mais variáveis possíveis. O tratamento é procurado pelo paciente, para tratar a sintomatologia dolorosa de alguma doença, ou para fins de tratamento estético (MELO et al 2014, p.615).

Diante disso, a anamnese é de extrema importância na primeira consulta, sendo este o primeiro contato com o nosso paciente. Uma anamnese bem conduzida, clara e objetiva, nos deixará claro, quais são as perspectivas do paciente frente a sua queixa principal, favorecendo dessa maneira, o sucesso no exame clínico, o correto diagnóstico, e a melhor conduta frente ao tratamento proposto, atendendo assim a necessidade do mesmo (KIGNEL et al 2007).

Segundo Maltagliati e colaboradores 2007, "o maior interesse dos pacientes por buscar tratamento odontológico, faz referência a insatisfação com as mudanças de posicionamento dentário, relacionado aos dentes anterossuperior, havendo pouca percepção de desconforto com

anomalias esqueléticas, motivando assim os pacientes a buscarem dor sempre mais por tratamento ortodôntico (MALTAGLIATI et al 2007, p.58).

No entanto quanto à procura por tratamentos estéticos, a aparência tem sido decisiva na autoestima das pessoas, sendo este um fator primordial por essa busca pelos pacientes, aumentando assim, a demanda por tratamentos da especialidade de dentística restauradora, como as facetas em resina e os laminados cerâmicos (NETA et al 2021, p.862).

Quando se pensa em quadros de sintomatologia dolorosa aguda, Souza nos mostra nos resultados obtidos de seu trabalho, no que diz respeito ao motivo que mais levou os pacientes a procurar o tratamento odontológico na Clínica escola de Odontologia de Gurupi foi a dor de dente, seguido de dentes quebrados para serem restaurados, onde a limpeza e profilaxia os tratamentos menos procurados (SOUZA et al 2019, p.200; SILVA et al 2019, p.9).

Pensando em perfil sociodemográfico, vários autores encontram como resultados de suas análises, que com relação ao gênero, as mulheres são sempre as que mais procuram atendimento odontológico nas clínicas e nos centros de atendimento odontológico, é isso se dá exatamente por conta das mulheres, cuidarem mais da sua saúde, e de questões estéticas que os homens (POMBO et al. 2019, p.7, SILVA et al 2019, p. 4; SOUZA et al 2021, p.197).

O mesmo resultado com relação a busca por tratamento odontológico e gênero do paciente e encontrado no trabalho de NETA e colaboradores (2021), que o gênero feminino é mais prevalente a buscar o tratamento odontológico que o gênero masculino. Uma vez que o estudo relata 8 tipos de queixas diferentes entre os pacientes, sendo a busca por restauração e por fraturas dentárias, os principais motivos de o paciente buscar atendimento na clínica de dentística da faculdade UFCG, tendo um aumento significativo por tratamentos restauradores (NETA et al 2021., p.864).

Com isso o presente artigo teve como objetivo avaliar através de um estudo observacional transversal, qual o gênero *vs* a faixa etária *vs* a especialidade procurada para atendimento da Clínica Odontológica Ortopress situada em Pouso Alegre no estado de Minas Gerais.

2 ATENDIMENTO E TRATAMENTO ODONTOLÓGICO : A RELAÇÃO NA CLÍNICA ODONTOLÓGICA

A ortodontia é uma especialidade responsável por corrigir o desalinhamento dentário em ossos maxilares, sendo esta umas das mais antigas especialidades na odontologia (VELLINI; 2008). Trata-se de uma área da odontologia, que consiste em supervisionar, orientar e corrigir as fases de maturação das estruturas dento faciais, ajustando a relação entre dentes e ossos faciais, com o uso

da aplicação de forças que implicam em estímulos de redirecionamento do complexo craniofacial (PROFFIT & FIELDS; 2000).

Cunha e colaboradores através de uma revisão bibliográfica afirmam em seu estudo que “a ortodontia preventiva e interceptativa é extremamente importante na odontologia, uma vez que quando feito um correto diagnóstico das más oclusões, ela consegue minimizar e até interromper problemas com uma dentição permanente em formação, ou ainda corrigir algum desequilíbrio já presente na oclusão de nossos pacientes” (CUNHA et al 2022 p.9).

Atualmente tem se ocorrido cada vez mais, uma crescente busca pela valorização do sorriso, através de tratamentos estéticos, pois por conta das mídias sociais, a população tem se preocupado cada vez mais com o padrão estético proposto pela sociedade atual (CARRIJO et al 2023, p.2).

Diante disso, além do tratamento ortodôntico que traz diversas vantagens e mudanças funcionas e estéticas ao paciente, podemos contar também com a dentística restauradora, para que ocorra essa transformação do sorriso, utilizando de clareamentos dentais, facetas diretas ou indiretas que atuam, corrigindo o posicionamento, forma, cor e contorno do elemento dentário, melhorando a estética e saúde bucal dos pacientes (CARRIJO et al 2023, p.3).

A reabilitação com o uso de prótese sobre implante, tem se tornado uma opção de tratamento, extremamente satisfatória para o paciente, tanto sobre aspectos biomecânicos, por não sobrecarregar os dentes remanescentes que se encontram hígidos, como por entregar uma melhor estética e eficiência mastigatória (HADDAD et al, 2008, p. 24).

Nakamura e colaboradores em 2010, em seu estudo transversal, também relata que a maior demanda ocorre em destaque por tratamentos da área de periodontia moderada, e isso é frequente em qualquer faixa etária. Ele ainda relata que conforme vai se tendo um aumento na idade dos pacientes, vai decaindo a procura por tratamentos da dentística, e aumentando a demanda pelos procedimentos reabilitadores em prótese (NAKAMURA et al 2010, p.46).

O relato de dor em tecidos duros e moles, ou seja, de dor não só em dentes, mas também em tecidos periodontais e muco gengivais associados a área de periodontia, vem ser motivo de procura por tratamento dos pacientes na faculdade de odontologia FOP-UNICAM EM Piracicaba – SP (KAMEI et al 2000, p.22).

Já Pombo e colaboradores em 2019, relata em seu trabalho, que a demanda é maior por procedimentos relacionados a especialidade de dentística restauradora, seguida da periodontia. Uma vez que com relação ao sexo, o gênero masculino tem maior necessidade de tratamento periodontal que o gênero feminino (POMBO et al 2019, p.8).

3 MATERIAS E MÉTODOS

O presente estudo é do tipo transversal, observacional, com abordagem quantitativa-descritiva. O enfoque foi a busca por dados de prontuários de pacientes da Clínica Odontológica Ortopress situada em Pouso Alegre Minas Gerais, no período de janeiro de 2020 a agosto de 2023. A amostra proposta teve como princípio de escolha, buscar por dados atuais e completos, totalizando 224 prontuários selecionados depois de avaliados os critérios de inclusão e exclusão.

3.1 LOCO DE PESQUISA

A Clínica Ortopress foi fundada em 2007, com sua instalação localizada na cidade de Pouso Alegre no Sul de Minas Gerais. Conta com um corpo clínico formado por profissionais renomados e presta os mais diversos serviços odontológicos relacionados a ortodontia, implantodontia, dentística restauradora e clínica geral. A Clínica possui equipamentos digitais atuais, com o intuito de fornecer assim, um atendimento mais rápido e mais preciso.

Em 2010 a clínica teve o seu Instituto de Pós Graduação e Ciências da Saúde fundado pela Professora Doutora Ana Maria da Silva, especialista e mestre em ortodontia, com o objetivo de oferecer aos alunos um ensino de qualidade transformando assim os profissionais da cidade de Pouso Alegre e região em especialista nas áreas de ortodontia e ortopedia funcional, implantodontia, prótese e dentística.

Outro tratamento muito procurado pelos pacientes na clínica odontológica são os implantes dentários. A implantodontia através da técnica de osseointegração, tem sido o tratamento de escolha para pacientes edêntulos, especialidade essa que supri quando bem planejada, a função, fonética e estética dos pacientes, proporcionando assim conforto e saúde para o sistema estomatognático dos pacientes (Carvalho et al 2006, p.18).

3.2 O CRITÉRIO DE INCLUSÃO

O critério de inclusão utilizado foi: prontuários de atendimentos realizados janeiro de 2020 e agosto de 2023. Onde todos deveriam ser devidamente pontuados e precisos deixando claro, qual a idade, gênero e a especialidade que o paciente procurava ser atendido. Já os critérios de exclusão: foram excluídos todos os pacientes que não enquadrasse nesses critérios pré-estabelecidos, como os que possuíam informações insuficientes para análise de dados.

Os dados coletados foram organizados e apresentados através de tabelas e gráfico de barras e de setores, computando-se a frequência absoluta e o percentual. Na análise utilizou-se o teste

exato de Fisher, ao nível nominal de 5% de significância para verificar a existência de relação entre sexo vs especialidades e faixa etária vs especialidades. Para as variáveis sexo, faixa etária e especialidades foram construídos intervalo de confiança de 95% para proporção baseado na aproximação normal (BUSSAB & MORETTIN, 2017).

A análise estatística foi realizada no *software* R® (R CORE TEAM, 2023).

4 RESULTADOS

Para a realização do estudo em questão foram selecionados 224 prontuários. Na Tabela 1 estão apresentadas as frequências absolutas e percentual, intervalo de confiança de 95% para proporção e valor-p para as variáveis sexo, faixa etária e especialidade. O resultado da análise com relação as características sociodemográficas de gênero, mostra significativa prevalência do sexo feminino (n=140; 62,50%) sobre o sexo masculino (n=84; 37,50%), sendo o percentual de faixa etária maior entre pacientes com idade de 32 a 42 anos (n=60 26,79%). E a especialidade de ortodontia (n=95; 42,41%) juntamente com dentística (n=89; 39,73%), as mais procuradas pelos pacientes selecionados (Tabela 1).

Tabela 1 - Valor-p e intervalo de confiança de 95% para proporção obtidos das variáveis sexo, faixa etária e especialidade.

Variáveis	n (%)	IC (p; 95%)	Valor-p
Sexo			
Feminino	140 (62,50%)	55,77; 68,79	0,0002**
Masculino	84 (37,50%)	31,21; 44,23	0,0002**
Total	224 (100,00%)		
Faixa etária (anos)			
< 10	3 (1,34%)	0,35; 4,18	<0,01**
10 a 20	26 (11,61%)	7,86; 16,72	<0,01**
21 a 31	46 (20,53%)	15,56; 26,54	<0,01**
32 a 42	60 (26,79%)	21,21; 33,17	<0,01**
43 a 53	45 (20,10%)	15,17; 26,06	<0,01**
54 a 64	30 (13,39%)	9,36; 18,72	<0,01**
65 a 75	14 (6,25%)	3,59; 10,48	<0,01**
Total	224 (100,00%)		
Especialidade			

Ortodontia	95 (42,41%)	35,90; 49,18	0,0275*
Dentística	89 (39,73%)	33,33; 46,49	0,0026**
Ortodontia/dentística	1 (0,45%)	0,02; 2,85	0,0045**
Orto/dent/implante	2 (0,89%)	0,15; 3,53	<0,01**
Dentística/implante	36 (16,07%)	11,65; 21,69	<0,01**
Implante	1 (0,45%)	0,02; 2,85	0,0045**
Total	224 (100,00%)		

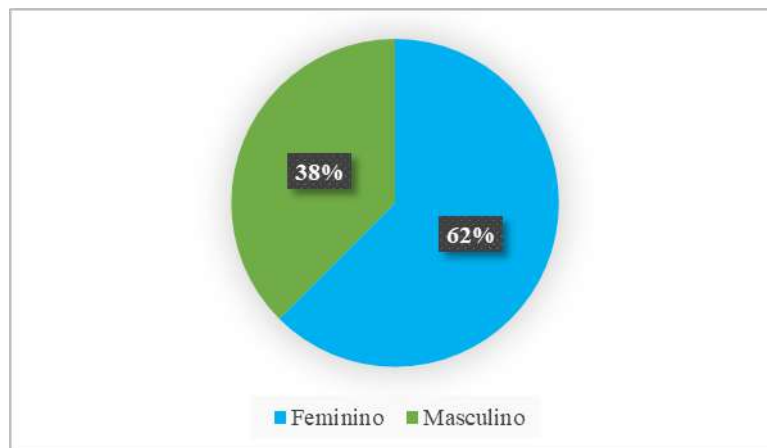
** Significativo ao nível nominal de 1% de significância, ($p < 0,01$).

* Significativo ao nível nominal de 5% de significância, ($p < 0,05$).

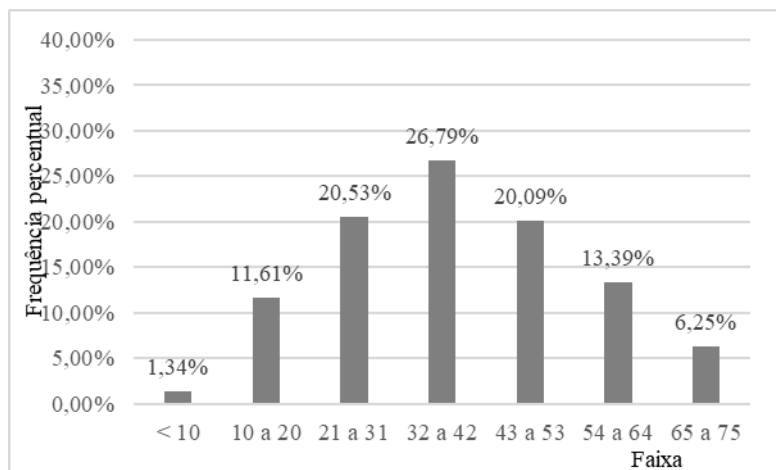
Fonte: Pesquisa elaborada pelos autores

A seguir estão apresentados os gráficos referentes às variáveis sexo, faixa etária e especialidades, representados nas Figuras 1, 2 e 3. Nota-se que a frequência percentual é de no máximo 50% apenas para proporcionar melhor visualização da distribuição de frequências, assim como nas Figuras 4, 5, 6 e 7.

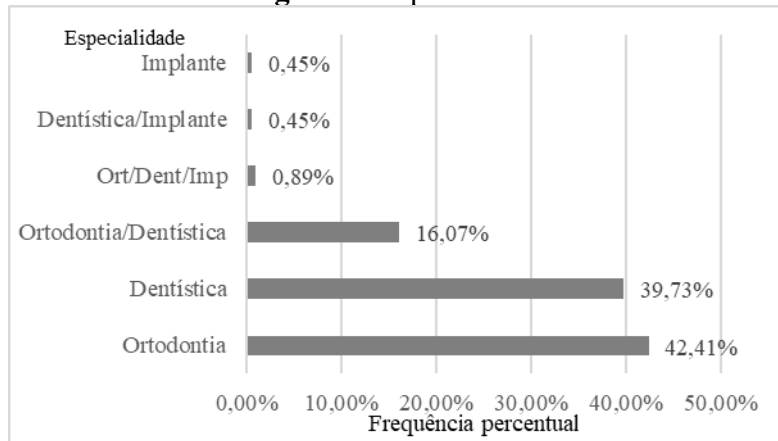
Figura 1. Sexo dos pacientes.



Fonte: Pesquisa elaborada pelos autores

Figura 2. Faixa etária dos pacientes.

Fonte: Dos autores.

Figura 3. Especialidade

Fonte: Dos Autores.

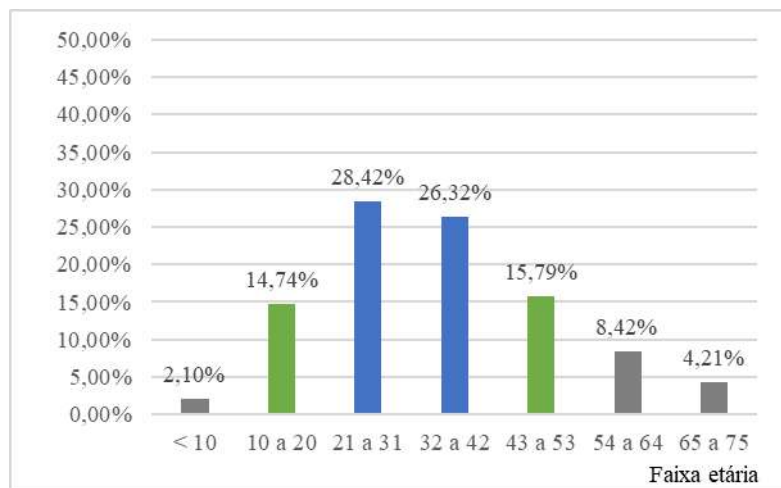
Os resultados permitiram concluir que houve diferença significativa entre a especialidade e a faixa etária, ($p=0,0123$).

Na Tabela 1 está apresentada a especialidade de acordo com a faixa etária. Pode-se observar que a ortodontia foi requerida por 27 (28,42%) dos pacientes, de 21 a 31 anos, e 9 (24,32%), ortodontia/dentística, na mesma faixa etária. De 32 a 42 anos, 25 (26,32%), ortodontia; 25 (28,41%), dentística e 10 (27,03%), ortodontia/dentística. Já na faixa de 43 a 53 anos, 15 (15,79%), ortodontia; 19 (21,59%), dentística; 2 (100,00%), ortodontia/dentística/implante e, 9 (24,32%), ortodontia/dentística. De 54 a 64 anos, 18 (20,45%), dentística e 4 (10,81%), ortodontia/dentística.

Tabela 1. Frequência (absoluta e percentual) de pacientes distribuídos de acordo com a faixa etária e especialidade.

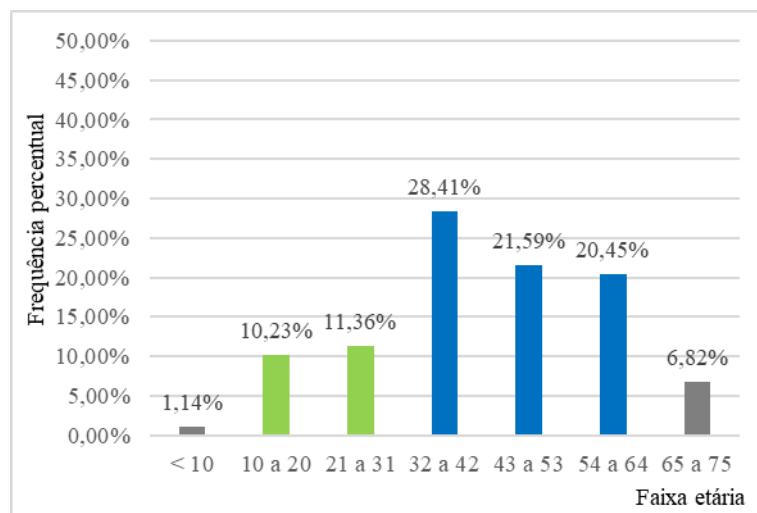
Faixa etária	Especialidade					
	n (%)					
	Ortodontia	Dentística	Implante	Ortodontia / Dentística / Implante	Ortodontia/ Dentística	Dentística/ Implante
< 10	2 (2,10%)	1 (1,14%)			0 (0,00%)	
10 a 20	14 (14,74%)	9 (10,23%)			3 (8,11%)	
21 a 31	27 (28,42%)	10 (11,36%)			9 (24,32%)	
32 a 42	25 (26,32%)	25 (28,41%)			10 (27,03%)	
43 a 53	15 (15,79%)	19 (21,59%)		2 (100,00%)	9 (24,32%)	
54 a 64	8 (8,42%)	18 (20,45%)			4 (10,81%)	
65 a 75	4 (4,21%)	6 (6,82%)	1 (100,00%)		2 (5,40%)	1
Total	95 (100,00%)	88 (100,00%)	1 (100,00%)	2 (100,00%)	37 (100,00%)	1 (100,00%)

A Figura 4 representa a frequência de pacientes distribuídos de acordo com a faixa etária, que necessitaram da ortodontia.

Figura 4. Distribuição de frequências da faixa etária e a especialidade Ortodontia.

Fonte: Dos autores.

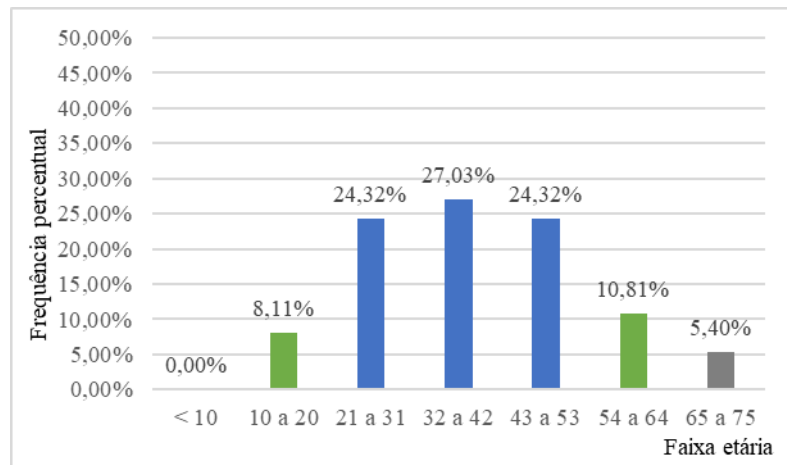
Pode-se observar, na Figura 5, que houve uma maior frequência de pacientes que precisaram da dentística, na faixa etária de 32 e 64 anos.

Figura 5. Distribuição de frequências da faixa etária e a especialidade Dentística.

Fonte: Dos autores.

Verifica-se, na Figura 3 que as especialidades mais solicitadas, na faixa etária de 21 a 53 anos, foram ortodontia e dentística, havendo maior frequência de pacientes entre 32 a 42 anos.

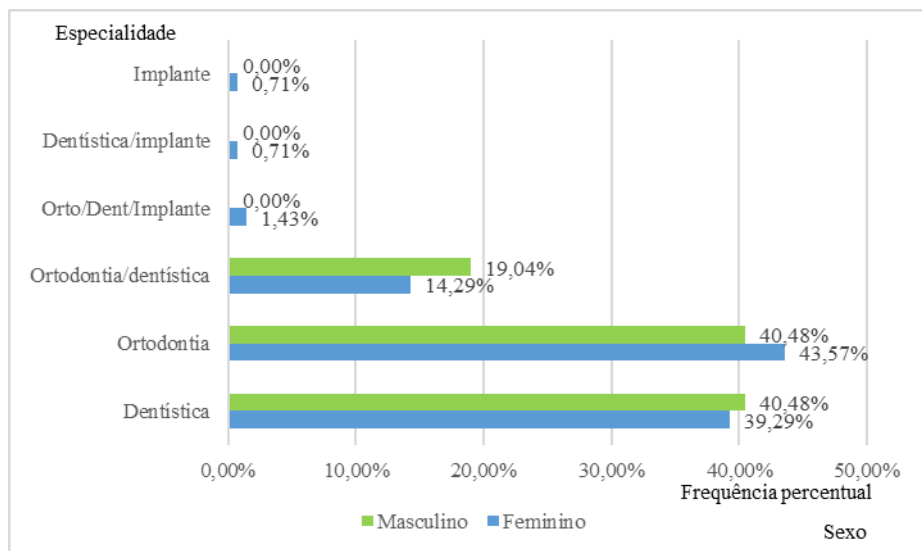
Figura 6. Distribuição de frequências da faixa etária de acordo com as especialidades ortodontia e dentística.



Fonte: Dos autores

Em se tratando do sexo e as especialidades, não foi observada diferença significativa, ($p=0,8367$). A Figura 4 mostra a distribuição de frequências do sexo conforme a especialidade observe:

Figura 7. Distribuição de frequências do sexo (feminino, masculino) e as especialidades.



Fonte: Dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os dados obtidos com a análise realizada, podemos concluir que:

Ocorre uma diferença na prevalência pela procura por atendimentos com relação ao gênero dos pacientes, onde o sexo feminino prevalece com um percentual de 62,50% e o gênero masculino cerca de 37,50% sendo este a minoria. Os pacientes que mais procuraram a clínica, tinham entre 21 a 43 anos de idade. Ocorre uma maior frequência entre pacientes que precisam de dentística, na faixa etária de 32 a 64 anos de idade, já na faixa etária de 21 a 53 anos a ortodontia e dentística foram as mais solicitadas. Por fim, em relação a especialidade e sexo, não foi observada uma diferença significativa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE Neta, M. das G. D. de, Cruz, J. H. de A., Costa, M. J. F., Penha, E. S. da, Alves, M. A. S. G., Oliveira Filho, A. A. de, Figueiredo, C. H. M. da C., Dantas, D. C. R. H., & Guênes, G. M. T. **Perfil clínico dos pacientes atendidos na Clínica de Dentística** da UFCG. *Archives of Health Investigation*, 10(6), 862–868. <https://doi.org/10.21270/archi.v10i6.4978>. 2021.
- BUSSAB, W. DE O.; Morettini, P. A. **Estatística Básica**. 9 ed. Saraiva, São Paulo, 2017.
- CARRIJO, D. J., Freitas Ferreira, J. L., & Santiago, F. L. Restaurações estéticas anteriores diretas e indiretas: revisão de literatura. *Revista Uningá*, 56(S5), 1–11. <https://doi.org/10.46311/2318-0579.56.euj2716>. 2019.
- CARVALHO, NB., Lúcia De Moraes, S., Gonçalves, B., Cátia, M., Da Fonte, A., & Carreiro, P. (s/f). *Treatment planning in implantodontology: A contemporary view*. *Revistacirurgiabmf.com*. Recuperado el 22 de septiembre de 2023, de <https://www.revistacirurgiabmf.com/2006/v6n4/2.pdf>. 2023
- DA CUNHA, L. C. E. F., da Costa VINHA, T., & Bueno, S. M. . A importância da ortodontia no tratamento de maloclusões. *Revista Científica Unilago*, 1(1). <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/745> 2022.
- HADDAD, M. F., Pellizzer, E. P., Mazaro, J. V. Q., Verri, F. R., & Falcón-Antenucci, R. M. Conceitos básicos para a reabilitação oral por meio de implantes osseointegrados: parte II: influência da inclinação e do tipo de conexão. *Rev. Odontol. Araçatuba (Impr.)*, 24–29. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-856834>
- KAMEI, N. C., Cavalli, V., Bona, P. R. F., Pires, F., Lopes, M. A., & Di Hipólito, O. Queixa principal dos pacientes da Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP/UNICAMP submetidos à triagem. <https://www.semanticscholar.org/paper/61f6f074fc44f51f13183714ee53ff40234884e77> . 2008
- KIGNEL - Estomatologia Bases Do Diagnostico. (s/f). Doku.Pub. Recuperado el 21 de septiembre,

- de <https://doku.pub/documents/kignel-estomatologia-bases-do-diagnostico-9qgok8oopkln>. 2023.
- MALTAGLIATI, L. Á., & Montes, L. A. do P. Análise dos fatores que motivam os pacientes adultos a buscarem o tratamento ortodôntico. *Revista Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial*, 12(6), 54–60. <https://doi.org/10.1590/s1415-54192007000600007> 2007.
- MELO, J. C., Elias, D. C., Souza, R. D. de, & Oliveira, L. R. (2014). PERFIL DOS PACIENTES ATENDIDOS NA CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA UNINCOR. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 12(1), 614–620. 2014. <https://doi.org/10.5892/ruvrd.v12i1.1499>
- NAKAMURA, C. C., Gonçalves, D. R., Castro, R. F. M., & Closs, P. S. . Perfil dos Pacientes Atendidos na Clínica Odontológica da Faculdade São Lucas, porto velho – RO. *SABER CIENTÍFICO*, 1(1), 42–52. 2021. <https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/1150>
- POMBO, Stephanie Quintans da Rocha et al. Perfil dos Pacientes Atendidos no Curso de Odontologia do Sertão de Pernambuco -Perfil dos Pacientes Atendidos no Sertão. *Rev. Cir. Traumatol. Buco-Maxilo-Fac., Camaragibe* v.19, n.2, p. 6-12, abr./jun. Int. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1253992>
- PROFFIT, W.; Fields, H. *Orthodontic Treatment Planning: From Problem List to Specific Plan*. In: *Contemporary Orthodontics, 3rd Edition, Mosby, Inc. S. Louis, 209. 2000. Disponível em: Download Orthodontics Books (Complete) PDF Free (fcpspart1dentistry.com) R Development Core Team (20223). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0. Disponível em: http://www.R-project.org.*
- SILVA, B. dos S., Cerqueira, R. C. C., Paluch, L. R. B., & Jacobi, C. C. B. de. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E SAÚDE BUCAL DE PACIENTES ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA INTEGRADA DE ODONTOLOGIA. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 17(1), 1–11. 2019. <https://doi.org/10.5892/ruvrd.v17i1.5052>
- SOUZA, J. C., Oliveira, M. B., Marinho, V. L., Vista do Perfil dos pacientes atendidos na Clínica Escola de Odontologia da Universidade de Gurupi nos últimos 2 (dois) anos. (s/f)”. *Edu.br*. Recuperado el 21 de *septiembre* de 2023, de <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3434/1798>
- VELLINI, F. **Ortodontia: Diagnóstico e planejamento clínico**, 7ª ed. São Paulo: Artes Médicas; 2008.

Capítulo 3

NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO: O JULGADO DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI E A FAMÍLIA MONOPARENTAL NO VIÉS DA GUARDA COMPARTILHADA

DOI: 10.29327/5422121.1-

3

Anderson Kleiton Penha Rodrigues
Rafaela Prestes dos Santos
Rafael Alex Dantas Bentes
Rosângela Maria Aquime de Moraes de Barros
Ayla Cristina de Almeida Rocha

**NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO:
O JULGADO DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI E A FAMÍLIA
MONOPARENTAL NO VIÉS DA GUARDA COMPARTILHADA**

Anderson Kleiton Penha Rodrigues

Rafaela Prestes dos Santos

Rafael Alex Dantas Bentes

Rosangela Maria Aquime de Moraes de Barros

Ayla Cristina de Almeida Rocha

RESUMO

O presente estudo buscou compreender e analisar o formato de família monoparental sobre a guarda compartilhada, através dos julgamentos da ministra Nancy Andrichi, com quebras de paradigmas instituídos pela sociedade. Pelo viés do julgamento da Ministra, a guarda compartilhada tem como o intuito de preservar os interesses das crianças tanto em aspectos patrimoniais como psicológicos, garantindo o melhor desenvolvimento dos mesmos e o exercício da responsabilização de ambos além da autoridade do exercício parental. Observou-se que nem sempre o melhor para os filhos é a guarda ser destinada à mãe. Independente da concordância dos genitores.

Palavras-chave: Relações familiares; Família monoparental; Julgamentos Nancy Andrichi; Guarda compartilhada

ABSTRACT

This study sought to understand and analyze the single-parent family format regarding shared custody, through the judgments of Justice Nancy Andrichi, breaking paradigms established by society. From the perspective of the Justice's judgments, shared custody is intended to preserve the interests of children in both property and psychological aspects, guaranteeing their best development and the exercise of responsibility by both parties, in addition to parental authority. It was observed that it is not always best for the children if custody is given to the mother. Regardless of whether the parents agree.

Keywords: Family relationships; Single-parent family; Nancy Andrichi judgments; Shared custody.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo dispõe-se a abordar sobre as transformações das modificações do direito da família ao longo dos anos, no que diz respeito aos núcleos familiares e as novas concepções de famílias, além do desenvolvimento da amplificação do conceito familiar. Segundo Dias (2016, p 49), a família é considerada o primeiro agente socializador do indivíduo, em que a estruturação da família só é tida após a passagem do estado da natureza para o estado cultural, sendo ela uma relação pública quanto privada.

A Família é uma realidade sociológica e constitui a base do Estado, o núcleo fundamental em que se repousa toda a organização social. A família como instituição necessária e sagrada que vai merecer a mais ampla proteção do Estado. A Constituição Federal e o Código Civil a ela se reportam e estabelecem a sua estrutura, não há, no entanto, definição de identidade de conceitos tanto no direito como na sociologia, acrescente-se que há na doutrina, uma tendência de ampliar o conceito de família, para abranger situações não mencionadas pela Constituição Federal, fala-se, assim, em Família monoparental: constituída por um dos genitores com seus filhos.

Nas últimas duas décadas, com a introdução do novo código civil de 2002, a família tradicional tenta se manter atada, mas que se permeia por mudanças, transformação e na perda do poder patriarcal se tornado enfraquecida abrindo espaço para as novas configurações de famílias brasileiras.

Em agosto de 2011, institui critérios da jurisprudência para a análise dos casos de guarda compartilhada, tinha na sua definição os contornos vagos da **Lei 11.698/2008** e que só três anos depois viria a ser exposto, com a aditamento da **Lei 13.058/2014**.

Nancy Andrighi ressalta a relevância da mudança de referência para vencer "a ideia imperante de que as proles, de lei, precisam ficar com a genitora, que é viável estabelecer o regime compartilhado quando a ligação entre os genitores é desagradável e eles não chegam a um consenso, pois a providência, embora radical, sendo necessária para proteger as garantias da criança". "A carência de compartilhamento da tutela física entorna o processo, causando à criança uma visibilidade unilateral da vida, dos princípios ajustáveis, das regras de conduta e de todas os demais aspectos do conhecimento social" (STJ NOTÍCIAS, 2019).

No entanto, "embora as infinitas possibilidades que minimizam a perspectiva de absoluto cuidado de um dos pais em comparação à seu filho, existe um cerne mínimo de atenção parentais que, mais adiante da simples efetivação da norma, protejam aos filhos, pelo menos no que diz respeito a realidade, situação para uma adequada construção psicológica e colocação social" (STJ NOTÍCIAS, 2019).

Na problematização podemos observar que o casamento advinha da formação de um grupo de pessoas, ou seja, da união de um homem e uma mulher, tendo a presunção de ter filhos, daí sendo a constituição de uma família tradicional, ocorre que ao passar dos anos e com a evolução da sociedade, esse modelo de família foi sofrendo modificações ao passar dos anos, onde esse poder patriarcal vem perdendo forças inclusive pela inserção da mulher com a inserção da mulher no mercado de trabalho garantindo a sua autonomia tanto no trabalho e na tomada de decisão e ocupando cargos de grande importância.

Segundo Muniz e Fortunato (2018), diante desta independência, psíquica, social, moral e financeira, a mulher passou ter uma segurança para poder enfrentar a submissão imposta pelo homem na formação da família, onde ele que ditava as regras, a ela só bastava a obediência e respeitá-lo como chefe de família.

Pode-se perceber, que os conflitos, já existentes na relação conjugal só aumentaram, pois o homem passou a não ter o poder de controle total da sua família gerando brigas, discussões acaloradas, agressões físicas e ceifando a vida da mulher, que no casamento jurou todo o seu amor e proteção a sua família.

Vejamos, que nos dias atuais o casamento traz consigo o seu importante papel na sociedade, que é a proteção dos seus direitos adquiridos na Constituição Federal do Brasil e no Código Civil do Brasil e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na família monoparental, depois que um dos integrantes (pai ou mãe) constitui uma nova família esse cônjuge pode interferir na criação da sua prole visando o seu bem estar e assegurando a sua proteção?

Pode se dizer que o Direito de Família, está intimamente ligado à própria vida, de modo que as pessoas provêm de organismo familiar e a ele conservam-se vinculadas durante a sua existência, mesmo que venham constituir nova família pelo casamento ou pela união estável.

Neste arcabouço vamos analisar o julgado da guarda compartilhada da ministra Nancy Andriighi e discutir sua relevância para a família monoparental na guarda compartilhada. Apresentar as transformações do direito de família brasileiro e as diversas configurações familiares reconhecidas juridicamente. Examinar os aspectos distintivos da família monoparental. Discutir como o reconhecimento jurídico da família monoparental pode garantir direitos fundamentais aos familiares e mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social".

Contudo, a revisão bibliográfica, é uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento (TRENTINI e PAIM, 1999). A pesquisa

bibliográfica tem por finalidade buscar explicação e discussão de um tema com referências que foram publicadas em livros, artigos, revistas, periódicos etc. Assim como, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema. (MARTINS, 2001). Para o enriquecimento da pesquisa.

Diante do que fora supracitado acima pelos autores, a revisão bibliográfica não é uma maneira de repetição para novos pesquisadores sobre o que foi realizado anteriormente, mas para além disso, é uma maneira de examinar um tema com uma outra perspectiva, nova abordagem, com conclusões diferentes e inovadoras.

Neste estudo, foi realizada a revisão bibliográfica narrativa, que é um tipo de revisão da literatura, com intuito de possibilitar o acesso dos pesquisadores à experiências de autores que já realizaram pesquisa sobre o tema. De acordo com Silva et al (2002), a revisão narrativa não é imparcial por permitir o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros já foram realizados.

Na realização deste trabalho, foi feita uma revisão narrativa da literatura com o tema proposto: o impacto do divórcio na saúde mental dos filhos, ou o impacto do divórcio no desenvolvimento infante juvenil, visto que essa revisão tem como finalidade obter conclusões e sintetizar diante de um tema. Segundo Gil (2004), a revisão literária é uma ação sobre material já produzido.

2 O DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEO

Para conceituarmos o que é uma família monoparental precisamos compreender a ideia de família. Segundo Sayão e Groppa (2011) família se caracteriza por intermédio de um grupo de pessoas de relações consanguíneas, vivendo sob o mesmo teto, possuindo ancestralidade comum. O grupo de parentes, ou seja, pai, mãe e filhos, são grupos que se vincularam através interesses em comum, desta forma, gerando integrantes para a formação desta família, definindo-se pela relação que cada integrante se dispõe a partilhar suas experiências.

Na contemporaneidade podemos observar os diversos formatos de família, na qual, uma delas vem tomando destaque, a família monoparental, podendo ser formada por pessoas do mesmo sexo ou não, se caracterizando a partir de duas formas, involuntária ou por vontade própria de um dos genitores a criar seus descendentes em carreira solo, desta forma, as responsabilidades e obrigação é assumida só por um deles. Cynthia Sarti (2000, p. 40), dialoga sobre a família monoparental, no qual, se caracteriza pela forma de viver os fatos básicos da vida. Verificamos que

esta verdade se dá em virtude de que em cada núcleo familiar é contada a história, e que as mesmas são verdadeiros microcosmos sociais em suas realidades e vivências.

Sobretudo, em 2016 a tese de repercussão geral de nº 622, que se discute pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a multiparentalidade, tem o debate para a quebra do padrão binário compulsório de parentalidade. Podemos observar a devida importância da referida temática, na qual envolve um novo formato familiar indicando uma ruptura do modelo tradicional, qual seja: a família monoparental.

2.1 A FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Segundo Faustino (2021), que aborda sobre as modificações da família em uma nova roupagem e sobre os diferentes costumes, comportamento e crenças. Azevedo (2006) revela que o casamento sofreu constantes mudanças em seu perfil jurídico, que as crises no casamento contribuíram para isso acontecer. Faustino (2021) em seus estudos contribuem ao falar que o direito da família está em uma estrutura jurídica, pois perceptível que as mudanças nas relações sociais além da revolução nas relações familiares desta forma se fazem necessário que a família seja vista de outra maneira pois a mesma está em constante mudança.

Podemos perceber que a dinâmica familiar no olhar da constituição brasileira de 1988 caracteriza as famílias que advém de união estável, da adoção ou de famílias monoparentais ou seja famílias que ganham uma nova forma em relação ao alto avanço direcionados aos modelos familiares. Pereira (2012) fala sobre o novo direcionamento da constituição em relação aos formatos familiares e sobre os efeitos positivos diante dos antigos costumes do olhar patriarcal e do casamento. Dias (2013) discorre das discriminações ainda vivenciadas diante de uma sociedade livre, revelando os resgates do olhar mais humano, pensando nisso a constituição federal observa a necessidade de reconhecer as entidades familiares que surgem. Serejo (2004) ao falar das diversas mudanças sociais diante do contexto familiar, relata sobre a união estável que é vista e reconhecida pela constituição como também o casamento patrimonial e famílias monoparentais, tendo seus direitos assegurados.

Dias (2013), discorre sobre a constituição federal de 1988 e da sua visão pluralista contribuindo para a estrutura da família monoparental assegurando sua democracia, tolerância, valores e liberdade, portanto a constituição de 1988 tem como objetivo sedimentar aquilo que já existia na sociedade, afim de promover o seu conceito.

2.2 A FAMÍLIA NO CÓDIGO DE 2002

Segundo Nunes e Abreu (2018) relata que o modelo familiar diante do código civil de 2002, na qual, reconhece os novas configurações de família, se destacando pelas diversas transformações, uma delas é a celeridade dos vínculos conjugais como também a dissolução, adoção e reconhecimento dos filhos, podendo-se observar que o código de 2002 está vinculado às novas configurações em uma espécie de contínua construção com a capacidade de se reformular, ligado às necessidades da sociedade, para além disso existe um cuidado com a manutenção dos vínculos afetivos a fim de preservar esses laços. A família monoparental é uma entidade reconhecida pela Constituição Federal (CF), no artigo 226, §4, na qual, se constitui pelo pai com os filhos ou mãe com os filhos.

Hilka Machado (2005) aborda sobre a existência de um modelo que leva a validação de novos modelos diferentes na atualidade, no passado o que se importava era a indissolubilidade conjugal, nos dias atuais a validação é o presente além do bem-estar.

Ainda segundo Nunes e Abreu (2018) Dos princípios constitucionais presentes no direito da famílias, podemos destacar o do pluralismo das entidades familiares que a partir da promulgação da CF/88 o estado constata a existência dos diversos arranjos familiares, não apenas visibilizando os vínculos a partir dos casamentos, como também reconhecendo famílias a partir de vínculos homoafetivos, família monoparental, união estável concedendo as mesmas como unidade afetivas, englobando no âmbito da juridicidade. Foi observado que a família é um elemento fundamental no desenvolvimento tanto do ser humano como da sociedade, na qual, este elemento por muito tempo foi redigido pela igreja católica assumindo um papel conservador e tradicional, porém com as novas configurações que a sociedade sofreu no decorrer dos anos, tais paradigmas foram quebrados.

2.3 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DE FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Segundo castro (2010) os formatos familiares apresentaram mudanças significativas no contexto da sociedade em relação a subjetividade do perfil de cada núcleo familiar, embora para algumas pessoas o termo família seja ultrapassado, tal termo ainda é de suma importância pois através da família é o local, na qual, os membros se identificam e adquirir valores e aprendizagem. Desta forma podemos observar os tipos de formatos familiares.

- Famílias nucleares:

Para Castro (2010) este modelo de formato familiar é visto como tradicionais, antes se tinha uma ideia que era um modelo de família ideal, no qual, não existe divergência entre o casal, muito se acredita que em alguns casos os filhos inseridos nessa família, às vezes assumem um papel de “segurar” os relacionamentos dos pais. Féres-Carneiro (2003), contribui que os filhos aparecem em um contexto como pessoas que sustentam a força a fim de organizar seus objetivos e orientam seu sentido.

- Famílias mononucleares ou monoparentais:

Castro (2010) ressalta sobre o modelo familiar monoparental titulando como uma família que advém da produção independente ou após o divórcio, na qual, um dos genitores não faz mais parte da dinâmica familiar daquela família. Féres-Carneiro (2003), relata que este formato familiar é comum na sociedade e não é algo novo, uma vez que sempre foi possível observar formatos familiares redigidos apenas por 1 membro. Castro (2010) relata que nos dias atuais a sociedade foca na harmonia já que esse formato familiar sempre foi visto como muito preconceito, nos tempos passados a mulher se mantinha no casamento principalmente por questão financeira.

As Constituições Brasileiras, a partir de 1934, condicionaram a ideia de família à de casamento. Portanto, só conheciam a chamada família legítima. A Constituição Federal de 1988 deu maior amplitude ao conceito de família (art.226), abrangendo a família havida fora do casamento, com origem na união estável entre o homem e a mulher, bem como aquela composta por um dos progenitores e sua descendência, ou seja, a família monoparental (SILVIO RODRIGUES, 2004, p. 4).

- Famílias binucleares – Guarda Compartilhada

Castro (2010) em suas contribuições relata que este modelo familiar dá-se após o divórcio dos pais com guarda compartilhada, ambos participam das decisões que norteiam seus filhos como; alimentação, saúde, segurança entre outros, porém para seguir este modelo familiar existem alguns requisitos os pais precisam morar na mesma cidade e estar em pleno acordo nas decisões de interesse dos filhos.

- Famílias reconstituídas

Nas contribuições de Brun (1999), o autor mostra uma discussão sobre o termo “reconstituídas” ressaltando que o termo não abrange de forma ampla o significado, além disso nos mostra outros termos também utilizados “recompostas e recasadas”, porém nenhum destes termos

estar isento de mostrar a relevância para expressar a nomenclatura, Castro (2010) contribuiu que este formato família se dá após o divórcio e os filhos formam um novo papel na reconstituição da vida dos pais quando formam novas famílias.

- Família homoafetiva

Castro (2010) mostra que este formato familiar é formado por casais do mesmo sexo, possuindo também conflitos externos, pois este formato familiar sofre com constantes preconceito feitos pela sociedade a qual estão inseridos, nesse aspecto o Supremo Tribunal Federal corabora ao afirma que:

2. O STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 - DF e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 - RJ, reconheceu a possibilidade de pessoas do mesmo sexo constituírem entidade familiar, devendo ser lhes dispensada a mesma proteção estatal conferida às famílias heteroafetivas. (...)2.2. Ocorre que, de acordo com o art. 251, do Provimento nº 38, de 27/12/19, responsável por alterar o Provimento-Geral da Corregedoria, aplicado aos Serviços Notariais e de Registro, foi permitido que a conversão de união estável em casamento seja pleiteada diretamente perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito Federal, sem qualquer necessidade prévia de homologação da conversão da união estável em casamento perante o judiciário. 2.3. Nessa mesma linha dispõe a Resolução nº 175/13 do CNJ, que tornou possível a conversão de união estável homoafetiva em casamento perante os ofícios extrajudiciais.

Segundo o TJDF (2021) A Conversão de união estável homoafetiva em casamento – desnecessidade de prévia homologação da conversão perante o judiciário – Resolução 175 do CNJ

3 A FAMÍLIA MONOPARENTAL

Pode-se observar que os direitos fundamentais estão elencados na Constituição Federal Brasileira, na qual é garantida a família monoparental a plena liberdade e exercer suas funções em sociedade, possuindo os mesmos direitos de uma família convencional, sendo reconhecida pelo estado juridicamente.

Podemos observar que na Constituição Federal em 1988, o presente relata o direito das famílias monoparentais Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Sobre este aspecto Castanho contribui ao afirmar:

Desse modo, pode-se perceber que a titularidade da referida garantia legal é mais ampla, abrangendo tanto os casais, como o homem ou a mulher isoladamente. A partir dessa noção, já se pode enquadrar o Planejamento Familiar como um direito de liberdade dos cidadãos. Entretanto, a referida garantia não se resume a isso. Tal direito, por um lado, enseja, ainda, uma abstenção estatal na esfera particular, de

forma a não interferir na seara privada, bem como, por outro lado, assegura um caráter promocional por parte do Estado, que assume o papel de garantidor do acesso à informação para essas pessoas (CASTANHO, 2014, p. 68).

No tocante, adoção o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos termos dos seguintes artigos, Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art 42 Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. O pátrio poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurando a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

O artigo 42 dá conscientemente a possibilidade de constituir uma família monoparental através de uma adoção individual. Por meio, o referido dispositivo legal não condiciona o processo adotivo a um estado civil específico e predeterminado, os maiores de 18 anos podem ser adotados, independente do estado civil, porém os ascendentes e os irmãos do adotante não são permitidas a adoção. é necessário que o adotante seja mais velho, 16 anos, que o adotado.

3.1 CONCEITO

Segundo Benatti et al (2021), a família está inserida em sistema no qual sofre constantes modificações seja ela de cunho socioeconômico ou culturais, tais modificações se dá pela sua própria configuração ou pelas modificações dos membros inseridos e os papéis que cada um desempenha, no qual faz total diferença na dinâmica dessa família. Nos estudos de Souza (2018), fala-se da monoparentalidade, que inicialmente surgiu quando um dos genitores passavam a cuidar sozinhos de seus filhos devido a morte de um dos cônjuges, em caso de abandono ou situações de pai ou mãe solo, atualmente fala da monoparentalidade em casos de divórcio.

Segundo os estudos de Isotton e Falcke (2011) a monoparentalidade na concepção dos autores utiliza-se de alguns termos como: a mulher chefe da casa ou família de progenitor único. Segundo os mesmos há um questionamento sobre as famílias em situações de divórcio, no qual um dos genitores não faz mais parte do ambiente doméstico, porém está presente na vida dos filhos, independentemente do tipo de guarda que ficou definida. Para os autores vai de contra, no que significa “mono” que se refere a um, ou seja, apenas um genitor.

Nos estudos feitos por Moreira (2013) no que se refere a monoparentalidade, o autor explicar sobre uma divisão feita em família monoparental simples e família monoparental extensa, a primeiro o autor se refere no que diz respeito a um adulto que tem sob sua guarda crianças ou adolescentes, sem coabitar com outros adultos, ou seja pai ou mãe que moram com seus filhos. Enquanto a segunda se diz a respeito de um adulto que possui sob sua guarda e responsabilidade crianças ou adolescentes, no qual dividem a dinâmica doméstica e familiar com outros adultos sejam eles parentes ou não.

No que se refere os estudos de Marin e Piccinini (2007), disserta sobre as mães de famílias monoparentais sendo elas como responsáveis por esse núcleo familiar, mostram maior sensibilidade sobre seus filhos em relação às mães casadas, para além disso mostra que as crianças de família monoparental demonstrar maior índice de apresentar comportamentos inadequados em contrapartidas as mesmas crianças mostram maior assertividade em relação a crianças de pais casados.

Sobre os estudos de contextos familiares de Hoghughi (2004), no que tange às diversas atividades que tem como objetivo assegurar o desenvolvimento tanto nos cuidados físicos, sociais, emocionais além da compreensão, se faz necessário as redes que são estabelecidas pelo sujeito no decorrer da sua vida, estabelecendo o vínculo, uma maneira de oferecer suporte que se torna de suma importância do núcleo familiar, ou seja, tais redes é o se fazer presente do sujeito, mas atividades parentais. Hoghughi (2004) em suas contribuições relatam que as redes de vínculos compostas por familiares, amigos ou até mesmo instituições que seja de caráter significativo para esse sujeito, englobam o suporte necessário às famílias monoparentais no que pode observar e implicar de forma positiva a melhor e maior desempenho no que se refere às competências parentais.

3.2 RECONHECIMENTO JURÍDICO DA FAMÍLIA MONOPARENTAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

No que se refere Netto, Dantas E Ferraz (2018), corrobora sobre a entidade familiar monoparental possuindo sedimentos de família reconhecida pela constituição, além das implicações de mudanças sociais, é possível observar uma ruptura no modelo familiar tradicional, dando subsídios a família monoparental a novas possibilidades de formação, dentre essas possibilidades podemos destacar as técnicas de reprodução humana assistida, com o auxílio de doação anônima de gametas. O reconhecimento da família monoparental dar-se a partir da forma em que as famílias se caracterizam, bem como, através de relações sociais, de suas vivências e realidades pode-se

observar que a CF de 1988, em seu artigo. 226, §§1º, 2º, 3º e 4º, demonstra as novas configurações de família e o reconhecimento da monoparentalidade e, este modelo de família é composta por mãe e seus filhos ou pais e seus filhos não seriam mais excluídas e passando a ocupar uma configuração de um novo núcleo familiar.

Para além disso, se faz necessário compreender que além do reconhecimento legal das novas famílias formadas por um único genitor estejam ligadas aos fenômenos transitórios. No que se observa nas estatísticas do IBGE (2010), no qual foi possível constatar que a população de mulheres solteiras com filhos alcança o número de 12,2% enquanto da população masculina com filhos e solteiros alcança apenas 1,8%.

No que se refere à Lôbo (2017), a constituição federal no art. 226 relatando a instauração de novos paradigmas no que se refere às entidades familiares, sendo elas múltiplas e iguais sem qualquer tipo de hierarquia entre elas, preservando a liberdade de sua formação. Seguindo a linha de raciocínio Fachin (2008), ressalta os atravessamentos do direito civil no processo de constitucionalização, na qual, cita os três institutos do direito privado que se apresentam como: a família, a propriedade e os contratos, que sustenta o discurso jurídico normativo com a finalidade de trazer para realidade e aplicá-las nos princípios e nas garantias fundamentais.

4 A ATUAÇÃO DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Segundo o STF (2021) a Ministra Nancy Andrichi, completou 22 anos de atuação como ministra do superior tribunal de justiça, tomando posse no dia 27 de outubro de 1999, sendo a segunda mulher a compor um tribunal superior no Brasil, a ministra é reconhecida tanto pelo seu profundo conhecimento jurídico no que diz respeito do direito privado como também pelo seu olhar social deixando uma marca no seu modo de julgar. Atualmente, a ministra, se destaca em seus projetos voltados para pessoas com deficiência através da comissão de acessibilidade e inclusão do tribunal.

Sobre a sua atuação em guarda compartilhada, a ministra teve mais um entre seus diversos destaques, em 2011 ao definir a guarda compartilhada a Ministra Nancy Andrichi definiu que esta prática não deve estar sobre o alcance das possibilidades dos pais separadas e sim no que diz respeito melhor aos interesses da criança, desta forma foi incorporada à lei 13.058/2014 estabelece o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispõe sobre sua aplicação, para o que modifica os artigos. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Segundo a ministra Nancy Andrigli, a guarda compartilhada deve ser definida mesmo que não haja acordo entre os pais, ou seja, a mesma deve ser imposta judicialmente, ficando estabelecido que a guarda compartilhada deve ser vista como regra valendo-se da quebra de monoparentalidade dos filhos.

4.1 O JULGADO REsp nº1428596/RS STJ RELATADO PELO MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Segundo o tribunal de justiça 2014 a ministra NANCY ANDRIGHI relatora sobre o processo de guarda compartilhada julga o processo mostrando as relevâncias sobre o caso a fim de definir que em casos de guarda compartilhada o que deve ser assegurado são os direitos e bem estar das crianças, tendo em vista que este processo não pode preocupar-se com as questões dos pais, mesmo que não entrem em um consenso.

sobre o que é a ementa do processo:

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. GUARDA COMPARTILHADA. CONSENSO. NECESSIDADE. ALTERNÂNCIA DE RESIDÊNCIA DO MENOR. POSSIBILIDADE.

1. A guarda compartilhada busca a plena proteção do melhor interesse dos filhos, pois reflete, com muito mais acuidade, a realidade da organização social atual que caminha para o fim das rígidas divisões de papéis sociais definidas pelo gênero dos pais.
2. A guarda compartilhada é o ideal a ser buscado no exercício do Poder Familiar entre pais separados, mesmo que demandem deles reestruturações, concessões e adequações diversas, para que seus filhos possam usufruir, durante sua formação, do ideal psicológico de duplo referencial.
3. Apesar de a separação ou do divórcio usualmente coincidirem com o ápice do distanciamento do antigo casal e com a maior evidência das diferenças existentes, o melhor interesse do menor, ainda assim, dita a aplicação da guarda compartilhada como regra, mesmo na hipótese de ausência de consenso.
4. A inviabilidade da guarda compartilhada, por ausência de consenso, faria prevalecer o exercício de uma potestade inexistente por um dos pais. E diz-se inexistente, porque contrária ao escopo do Poder Familiar que existe para a proteção da prole.
5. A imposição judicial das atribuições de cada um dos pais, e o período de convivência da criança sob guarda compartilhada, quando não houver consenso, é medida extrema, porém necessária à implementação dessa nova visão, para que não se faça do texto legal, letra morta.
6. A guarda compartilhada deve ser tida como regra, e a custódia física conjunta - sempre que possível - como sua efetiva expressão.
7. Recurso especial provido.
(STJ REsp nº1428596 /RS, Rel. MINISTRA NANCY ANDRIGHI, terceira turma, 27/05/2014)

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso especial interposto por J C G, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão proferido pelo TJ - RS.

Ação: de divórcio litigioso c/c pedido de guarda compartilhada e alimentos, ajuizada pela recorrente em desfavor de C G.

Decisão: indeferiu o pedido de guarda compartilhada, estabeleceu as visitas em um dia por semana para o pai, e fixou os alimentos provisionais em dois salários mínimos.

Acórdão: o TJRS apreciando o duplo agravo de instrumento interpostos por ambas as partes, deu-lhes parcial provimento em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REGIME DE VISITAS. ALIMENTOS PROVISÓRIO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. FILHO MENOR. BINÔMIO POSSIBILIDADE-NECESSIDADE. READEQUAÇÃO DO QUANTUM. DESCUMPRIMENTO DO ART. 526 DO CPC. PROVA INTEMPESTIVIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Embora seja obrigatório o atendimento da regra do art. 526 do CPC, o descumprimento, para impedir o exame do recurso, deve ser não apenas arguido, mas devidamente comprovado pela parte recorrida. 2. A regulamentação de visitas materializa o direito do filho de conviver com o genitor não guardião, assegurando o desenvolvimento de um vínculo afetivo saudável entre ambos, mas sem afetar as rotinas de vida do infante. 3. Deve ser resguardado sempre o melhor interesse do menor, que está acima da conveniência dos genitores. 4. A obrigação de prover o sustento da prole comum é de ambos os genitores, cada qual devendo concorrer na medida da própria disponibilidade. 5. Mostra-se adequado estabelecer pequeno aumento no valor dos alimentos provisórios quando se percebe que o filho necessita de maior amparo paterno e a prova coligida evidencia que o genitor tem condições de atender tal demanda pois é empresário. Inteligência do art. 1.699 do CCB e Conclusão n do CETJRGS. 6. A fixação dos alimentos deve observar o binômio possibilidade e necessidade, isto é, atender as necessidades do filho, mas dentro das possibilidades do alimentante. 7. Tratando-se de uma fixação ainda provisória, o valor poderá ser revisto a qualquer tempo, desde eu venham aos autos elementos de convicção que justifiquem a revisão. Recursos providos em parte.

(STJ REsp nº1428596 /RS, Rel. MINISTRA NANCY ANDRIGHI, terceira turma, 27/05/2014)

4.1.1 De qual tipo de decisão se trata? O que originou a lide? Quem são as partes?

Se trata de um Agravo de Instrumento, uma decisão proferida por um órgão judicial colegiado.

A lide trata de assunto de família e tem se uma criança menor de idade, o artigo 189, inciso II do CPC tem exceção do sigilo, ou seja, segredo de justiça, na qual, não pode ser divulgado os nomes das partes envolvidas neste caso em tela. As partes: Recorrente: J C G, em desfavor do Recorrido: C G.

A origem do conflito deu-se em razão do Recurso Especial interposto por J C G, com fundamento no art. 105, III, “a” e “c”, da CF, contra acórdão proferido pelo TJ , RS. Ação de divórcio litigioso com pedido de guarda compartilhada e alimentos, ajuizada pela recorrente em desfavor de C G.

4.1.2 Qual o problema jurídico a ser resolvido pelos julgadores?

Resolver o recurso especial interposto pelo recorrente, J C G. O TJ/RS apreciando o duplo agravo de instrumento interpostos por ambas as partes, deu-lhes parcial provimento em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REGIME DE VISITAS. ALIMENTOS PROVISÓRIO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. FILHO MENOR. BINÔMIO POSSIBILIDADE-NECESSIDADE. READEQUAÇÃO DO QUANTUM. DESCUMPRIMENTO DO ART. 526 DO CPC. PROVA INTEMPESTIVIDADE. INOCORRÊNCIA.

VOTO

Cinge-se a controvérsia em dizer se é possível se rejeitar, de plano, pedido de guarda compartilhada, apenas sob o fundamento de que não há consenso entre os genitores quanto a sua implementação.

1. Lineamentos Gerais.

01. Importa inicialmente declinar, para a melhor visualização do embate sob exame, que o menor, filho das partes, tem hoje quase 06 (seis) anos de idade e residem, todos, na cidade de Bento Gonçalves-RS.

02. Atualmente, o pai tem o direito de apanhar o filho aos finais de semana, alternadamente, desde sexta-feira, às 17 h no colégio, devolvendo à residência materna no domingo às 20h e, uma vez por semana – às quartas-feiras –, buscar a criança às 17h no colégio e deixá-la no mesmo local, às quintas-feiras, às 13h, alternando-se os genitores no cuidado do filho nos feriados, natal, final de ano, páscoa e aniversário da criança.

03. A vedação do TJRS, ao pleito de fixação da guarda compartilhada e de seus termos, foi assim decidida:

Início examinando a questão das visitas a adiantar que não assiste razão ao recorrente com relação ao pleito da guarda compartilhada.

Lembro que para que a guarda compartilhada seja possível e proveitosa para o filho é imprescindível que exista entre os pais uma relação marcada pela harmonia e pelo respeito, onde não existam disputas nem conflitos.

No caso em tela, onde há litígio entre os genitores não se mostra possível o deferimento da guarda compartilhada. (fl. 114, e-STJ)

2. Da possibilidade da guarda compartilhada na ausência de consenso entre os genitores.

04. Esse debate não é inédito nesta Turma, mas volta à tela ante a ausência de pacificação da matéria no âmbito do STJ, tendo em vista a não manifestação da Quarta Turma sobre a matéria.

05. Frisa-se, aqui, que a insurgência, tal qual declinada no recurso especial e apreciada pelo Tribunal de origem, tangencia o óbice da Súmula 7/STJ, pois não se trata de dizer se existem condições para a implementação da guarda compartilhada na hipótese, e sim, discutir a vedação à apreciação da existência dessas condições, tão somente por ausência de consenso entre as partes quanto à sua implementação.

06. Nessa senda, para evitar desnecessária tautologia, reproduzo o excerto correspondente do acórdão já construído por esta Turma, quando do julgamento do REsp 1.251.000/MG, de minha Relatoria, DJe 31/08/2011.

A guarda compartilhada – instituto introduzido na legislação brasileira apenas em 2008 –, pela sua novidade e pela complexidade que traz em sua aplicação, tem gerado inúmeras indagações, sendo a necessidade de consenso uma das mais instigantes, opondo doutrinadores que versam de maneira diversa sobre o tema e também a jurisprudência, ainda não pacificada quanto à matéria.

Como já tenho afirmado em outros julgamentos, os direitos assegurados aos pais em relação aos seus filhos são na verdade outorgas legais que têm por objetivo a proteção à criança e ao adolescente e são limitados, em sua extensão, ao melhor interesse do menor.

Corroborar o raciocínio a afirmação de Tânia da Silva Pereira e Natália Soares Franco no sentido de que:

A vulnerabilidade dos filhos deve ser atendida no intuito de protegê-los. Afastada a ideia de um direito potestativo, o poder familiar representa, antes de tudo, um conjunto de responsabilidades, sem afastar os direitos pertinentes. Assim é que, atender o melhor interesse dos filhos está muito além dos ditames legais quanto ao estrito exercício do poder familiar. (Delgado, Mário e Coltro, Matia – Coordenadores. Guarda Compartilhada, Rio de Janeiro: Forense, 2009, in: O Direito Fundamental à Convivência Familiar e a Guarda Compartilhada - Pereira, Tânia da Silva e Franco, Natália Soares, pag. 357).

Foi na busca dessa plena proteção do melhor interesse dos filhos que se positivou, no Direito nacional, a guarda compartilhada, pois esta reflete, com muito mais acuidade, a realidade da organização social atual, em que cada vez mais ficam apenas na lembrança as rígidas divisões de papéis sociais definidas pelo gênero dos pais.

Sob a égide dessa antiga estratificação social, cunhou-se a tese de que o melhor interesse da criança, no mais das vezes, traduzia-se pelo deferimento da guarda à mãe, no caso de separação.

Com base nessa presunção, já no ano de 1839, o Parlamento Britânico aprovou o chamado *Custody of Infants Act*, que oficializava a tese de que seria melhor para as crianças, com idade inferior a 07 anos, ficarem com a mãe, no caso de separação dos pais.

3.1. Da guarda compartilhada como o ideal de relacionamento parental, pós-separação.

Ultrapassando essa visão estanque das relações de parentalidade, o art. 1.583, § 1º, in fine, do CC-02 definiu a guarda compartilhada como sendo “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”.

Com essa definição, deu-se ênfase ao exercício do Poder Familiar de forma conjunta, mesmo após o fim do casamento ou da união estável, porque, embora cediço que a separação ou divórcio não fragilizavam, legalmente, o exercício do Poder Familiar, na prática, a guarda unilateral se incumbia dessa tarefa.

A errônea consciência coletiva que confundia guarda com o Poder Familiar, atribuindo a quem detinha a guarda o exercício uno do Poder Familiar, teve como consequência mais visível o fenômeno denominado *Sunday dads* – pais de domingo.

Nessa circunstância, o genitor que não detém a guarda – usualmente o pai – tende a não exercer os demais atributos do Poder Familiar, distanciando-se de sua prole e privando-a de importante referencial para a sua formação.

Com a custódia física concentrada nas mãos de apenas um dos pais e a convivência do outro com a prole, apenas quinzenalmente, ou mesmo semanalmente, o ex-cônjuge que não detém a guarda, quando muito, limita-se a um exercício de fiscalização frouxo e, de regra, inócuo.

Os filhos da separação e do divórcio foram, e ainda continuam sendo, no mais das vezes, órfãos de pai (ou mãe) vivo (a), onde até mesmo o termo estabelecido para os dias de convívio – visita – demonstra o distanciamento sistemático daquele que não detinha, ou detém, a guarda.

A guarda compartilhada, apesar de tecnicamente não se traduzir em uma sensível alteração legal, dado que a interpretação sistemática das disposições relativas à guarda dos filhos já possibilitaria a sua aplicação, teve a virtude, para além de fixar o Poder Familiar de forma conjunta como regra, extirpar o ranço cultural que ainda informava a criação dos filhos no pós-casamento ou pós-união estável.

A partir do momento em que essa visão social se alterou para comportar, e também exigir, uma participação paterna mais ativa na criação dos filhos, geraram-se condições para que a nova disposição legal, mais consentânea com a realidade social de igualdade entre os gêneros, reavivasse o que está preconizado quanto a inalterabilidade das relações entre pais e filhos, após a separação, divórcio ou dissolução da união estável, prevista no art. 1.632 do CC-02.

Vem dessa linha de ideias a nova métrica para as relações de parentalidade pós-casamentos ou uniões estáveis: o Poder Familiar, também nessas circunstâncias, deve ser exercido, nos limites de sua possibilidade, por ambos os genitores.

Infere-se dessa premissa a primazia da guarda compartilhada sobre a unilateral.

Nesse sentido a afirmação de Belmiro Pedro Welter:

(...) com a adoção da principiologia constitucional, a regra é de que se presume, *juris tantum*, a guarda compartilhada, em vista da necessidade da convivência e do compartilhamento do filho com o pai e a mãe. É dizer, como a regra é a guarda compartilhada, a guarda unilateral passa a ser a exceção (...) (op. cit. p.64).

Conclui-se, assim, que a guarda compartilhada é o ideal a ser buscado no exercício do Poder Familiar entre pais separados, mesmo que demandem deles reestruturações, concessões e adequações diversas, para que seus filhos possam usufruir, durante sua formação, do ideal psicológico de duplo referencial.

3.2 – Da necessidade de consenso para a atribuição da guarda compartilhada.

Contudo, a fixação do ideal não solve a questão, mormente quando a implementação do comando legal pressupõe ações proativas dos atores envolvidos, principalmente dos pais,

ou ainda, quando se discute algum pré-requisito necessário à consecução da nova forma de pensar ou agir.

A inflexão em um determinado comportamento exige cautela, tanto por se estar abandonando padrões já testados, que embora tenham vícios, são conhecidos, como também por exigir fórmulas inéditas, não avalizadas pelo tempo, nem tampouco aferidas quanto à sua eficácia.

O consenso, como pré-requisito para a implementação da guarda compartilhada, é um dos elementos que se encontram em zona gris, pois o desejável é que ambos os genitores se empenhem na consecução dessa nova forma de se ver as relações entre pais e filhos, pós-separação.

Esse esforço é muito importante para o sucesso da guarda compartilhada, pois necessitam, os ex-cônjuges, tratarem desde as linhas mestras da educação e cuidado dos filhos comuns até pequenos problemas do cotidiano da prole.

Contudo, a separação ou o divórcio usualmente coincidem com o ápice do distanciamento do antigo casal e com a maior evidenciação das diferenças existentes, fatores que, por óbvio, conspiram para apagar qualquer rastro de consensualidade entre o casal.

Com base nessa, aparente, incongruência, muitos autores e mesmo algumas decisões judiciais alçam o consenso à condição de pressuposto “sine qua non” para a guarda compartilhada.

No entanto, esse posicionamento merece avaliação ponderada.

Não se pode perder de foco o melhor interesse do menor – princípio que norteia as relações envolvendo os filhos –, nem tampouco a sua aplicação à tese de que a guarda compartilhada deve ser a regra.

Sob esse prisma, é questionável a afirmação de que a litigiosidade entre os pais impede a fixação da guarda compartilhada, porquanto se ignora toda a estruturação teórica, prática e legal que apontam para a adoção da guarda compartilhada como regra.

A conclusão de inviabilidade da guarda compartilhada por ausência de consenso faz prevalecer o exercício de uma potestade inexistente. E diz-se inexistente, porque, como afirmado antes, o Poder Familiar existe para a proteção da prole, e pelos interesses dessa é exercido, não podendo, assim, ser usado para contrariar esses mesmos interesses.

Na verdade, exigir-se consenso para a guarda compartilhada dá foco distorcido à problemática, pois se centra na existência de litígio e se ignora a busca do melhor interesse do menor.

Para a litigiosidade entre os pais, é preciso se buscar soluções. Novas soluções – porque novo o problema –, desde que não inviabilizem o instituto da guarda compartilhada, nem deem a um dos genitores – normalmente à mãe, “in casu”, ao pai – poderes de vetar a realização do melhor interesse do menor.

(STJ REsp nº1428596 /RS, Rel. MINISTRA NANCY ANDRIGHI, terceira turma, 27/05/2014).

4.1.3 Quais as teses jurídicas apresentadas para resolver o problema jurídico? Há fontes/embasamentos teóricos, doutrinários, legislativos?

Na resolução do acórdão, a turma se utilizou das seguintes fontes:

Súmula 7/STJ.

Nessa senda, para evitar desnecessária tautologia, reproduzo o excerto correspondente do acórdão já construído por esta Turma, quando do julgamento do REsp 1.251.000/MG, de minha Relatoria, DJe 31/08/2011.

Corroborar o raciocínio a afirmação de Tânia da Silva Pereira e Natália Soares Franco no sentido de que:

A vulnerabilidade dos filhos deve ser atendida no intuito de protegê-los. Afastada a ideia de um direito potestativo, o poder familiar representa, antes de tudo, um conjunto de responsabilidades, sem afastar os direitos pertinentes. Assim é que, atender o melhor interesse dos filhos está muito além dos ditames legais quanto ao estrito exercício do poder familiar. (Delgado, Mário e Coltro, Matia – Coordenadores. Guarda Compartilhada, Rio de Janeiro: Forense, 2009, in: O Direito Fundamental à Convivência Familiar e a Guarda Compartilhada – (Pereira, Tânia da Silva e Franco, Natália Soares, p. 357).

Ultrapassando essa visão estanque das relações de parentalidade, o art. 1.583, § 1º, in fine, do CC-02 definiu a guarda compartilhada como sendo “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”.

A partir do momento em que essa visão social se alterou para comportar, e também exigir, uma participação paterna mais ativa na criação dos filhos, geram-se condições para que a nova disposição legal, mais consentânea com a realidade social de igualdade entre os gêneros, reavivar o que está preconizado quanto a inalterabilidade das relações entre pais e filhos, após a separação, divórcio ou dissolução da união estável, prevista no art. 1.632 do CC-02

Nesse sentido a afirmação de Belmiro Pedro Welter:

(...) com a adoção da principiologia constitucional, a regra é de que se presume, *juris tantum*, a guarda compartilhada, em vista da necessidade da convivência e do compartilhamento do filho com o pai e a mãe. É dizer, como a regra é a guarda compartilhada, a guarda unilateral passa a ser a exceção (...) (op. cit. p.64).

Waldir Gisard Filho sustenta tese similar, ao afirmar que:

Não é o litígio que impede a guarda compartilhada, mas o empenho em litigar, que corrói gradativa e impiedosamente a possibilidade de diálogo e que deve ser impedida, pois diante dele "nenhuma modalidade de guarda será adequada ou conveniente. (Gisard Filho, Waldir. Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 205).

Com a ação interdisciplinar, prevista no art. 1.584, § 3º, do CC-02, não se busca extirpar as diferenças existentes entre o antigo casal, mas sim, evitar impasses que inviabilizam a guarda compartilhada.

Como propõe Giselle Câmara Groeninga:

É preciso alertar que as mudanças – defendidas com a guarda compartilhada – correm o risco de, muitas vezes, ter o destino em serem "mudanças para não mudar". A guarda compartilhada deve ser acompanhada de modificações no tratamento que o sistema dispensa aos jurisdicionados, e na possibilidade de elaboração das separações com o planejamento da rotina futura da família transformada. Como apontado acima, a mediação familiar interdisciplinar pode ser via privilegiada para o estabelecimento da comunicação. Esta é uma combinação que tem dado resultado em diversos países. E previsto está o

recurso aos profissionais técnicos e equipe interdisciplinar. (op. cit. in: A efetividade do poder familiar, p. 163).

Como se lê no artigo 1. 584 § 2º do referido artigo de lei: Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada.

Calha citar aqui a reflexão de Rolf Madaleno, que embora defenda a inviabilidade da guarda compartilhada em caso de inconciliáveis desavenças entre os pais, mitiga sua afirmação argumentando que:

Talvez tenhamos que começar a olhar com mais atenção para os países de sangue frio, nos quais a guarda compartilhada é imposta independentemente da resistência ou contrariedade da concordância do outro genitor, no comum das vezes representado pela mãe, que vê no pai inimigo e coloca toda sorte de obstáculos para o estabelecimento de uma custódia repartida da prole. A continuidade do convívio da criança com ambos os pais é indispensável para o saudável desenvolvimento psicoemocional da criança, constituindo-se a guarda responsável em um direito fundamental dos filhos menores e incapazes, que não pode ficar ao livre, insano e injustificado arbítrio de pais disfuncionais. A súbita e indesejada perda do convívio com os filhos não pode depender exclusivamente da decisão ou do conforto psicológico do genitor guardião, deslembrando-se que qualquer modalidade de guarda tem como escopo o interesse dos filhos e não o conforto ou a satisfação de um dos pais que fica com este poderoso poder de veto.

Talvez seja o momento de se recolher os bons exemplos de uma guarda compartilhada compulsória, para que se comece a vencer obstáculos e resistências abusivas, muito próprias de alguma preconceituosa pobreza mental e moral, e ao impor judicialmente a custódia compartilhada, talvez a prática jurídica sirva para que pais terminem com suas desavenças afetivas, usando os filhos como instrumento de suas desinteligências, ou que compensem de outra forma suas pobreza emocionais, podendo ser adotadas medidas judiciais de controle prático do exercício efetivo da custódia compartilhada judicialmente imposta, como por exemplo, a determinação de periódicos estudos sociais, sob pena do descumprimento implicar a reversão da guarda que então se transmuda em unilateral. (MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p.435) (sem destaques no original).

Nessa linha de pensamento, o § 4º do art. 1.584 do CC-02 autoriza o julgador a fazer, no curso da guarda compartilhada, alterações nas prerrogativas inicialmente atribuídas aos pais para preservar, em primeiro lugar, o melhor interesse do menor e, como efeito secundário, sancionar o genitor que imotivadamente altere ou descumpra uma das cláusulas da guarda compartilhada.

Interpretação supletiva, na linha limítrofe da extensão possível dos arts. 1.583 e 1.584 do CC-02, também aponta para a fixação inicial da guarda unilateral, quando frustrada, irremediavelmente, toda e qualquer tentativa de estabelecimento da guarda compartilhada por intolerância de um dos genitores, favorecendo-se, por óbvio, ao outro genitor.

4.1.4 Qual tese jurídica prevaleceu? Decisão unânime?

Tese que reforma o acórdão, considerar possível a implementação da guarda compartilhada, mesmo na ausência de consenso entre os pais, para determinar nova manifestação do Tribunal de origem, porque superado o pré-requisito fixado, de necessário consenso dos genitores, razão pela qual deverá ser produzida exaustiva avaliação técnica e estudos psicossociais necessários para determinar a possibilidade, fórmulas e procedimentos necessários à guarda compartilhada do menor.

Portanto, a Terceira Turma, decidiu por unanimidade, deu provimento ao recurso especial.

4.1.5 Comentário do sobre a decisão

Nota-se, a partir da reprodução do posicionamento já firmado por esta Turma, que a vedação do Tribunal de origem quanto à apreciação das condições para a implementação da guarda compartilhada, tão somente por inexistir consenso, ofende o comando estatuído no artigo 1584, § 2º, do CC-02, quando não houver acordo entre a mãe eo pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada. Na hipótese, não há elementos que informem, de per se, a impossibilidade da incidência da guarda compartilhada, mas ao revés, vê-se, que os genitores moram em cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul – Bento Gonçalves – fato que, ao menos em termos de deslocamento, não gerará maiores impactos na rotina do menor, que continuará frequentando, independentemente de quem esteja exercendo a custódia física em determinado momento, a mesma escola, tendo as mesmas referências sociais e, o mais relevante, recebendo carinho e atenção de ambos os genitores.

Por fim, a imposição judicial das atribuições de cada um dos pais, e o período de convivência da criança sob guarda compartilhada, quando não houver consenso, é medida extrema, porém necessária à implementação dessa nova visão, para que não se faça do texto legal, letra morta.

4.2 RELEVÂNCIA DO JULGADO PARA O DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

Silva (2023) ao falar sobre as relevâncias discorre sobre o superior tribunal de justiça em seu julgamento de número 1428596 no processo de guarda compartilhada, na qual, afirma que a guarda compartilhada é o ideal a ser buscada no processo de pais separados, mesmo que busquem deles demandas adversas. A guarda compartilhada se caracteriza pelo pela divisão igualitária das responsabilidades dos seus genitores perante a vida das crianças, a mesma é de cunho unilateral e

possui sua relevância para o direito das famílias pois se mostra como uma opção mais justa e equilibrada, dando aos pais a oportunidade de participação ativa nas escolhas naquilo que se refere ao filho, desta forma vinculando os laços família dos genitores separados para com a criança.

Guarda conjunta ou compartilhada propicia mais prerrogativas aos pais, fazendo com que estejam presentes de forma mais intensa na vida dos filhos. A proposta é manter os laços de afetividade, diminuindo os efeitos que a separação provoca nos filhos, conferindo aos pais o exercício da função parental de forma igualitária. (VELLY, 2011).

Santos (2020) ao ressaltar sobre as relevâncias da guarda compartilhada mostra que a mesma possui uma importância no que tange o processo da legislação impedir sobre incompatibilidade por parte dos genitores. A guarda compartilhada se torna um meio de resguardar o direito de convívio da criança com seus pais a fim de possibilitar um desenvolvimento saudável e fortalecendo a imagem dos genitores mesmo após o rompimento do casal.

§ 2 Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos: (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo mostrar as diversas modificações no modelo familiar no decorrer da sua história para além disso as modificações que a sociedade encara esses novos núcleos familiares que vem adotam sua própria identidade e formando o seu perfil , em especial, abordar sobre o núcleo familiar monoparental sobre a guarda compartilhada , através dos julgados da ministra NANCY ANDRIGHI, no qual foi possível observar as quebras de rótulos e paradigmas, preservando os interesses da criança em sua esfera patrimonial e psicológica, buscando um modelo, na qual, os pais possam exercer, de forma igualitária, o seu poder de decisão parental, nas áreas que norteiam seus filhos, tendo uma ampla participação na decisão perante a vida de seus filhos, firmando seus vínculos.

A Ministra NANCY ANDRIGHI, enfatiza que guarda compartilhada deve ser aplicada mesmo em casos que cause reestruturações na vida dos pais da criança, pois objetivo da guarda é de total interesse do menor, mesmo com a hipótese da ausência de consenso do casal, pois a mesma deve ser tida como regra, obedecendo os requisitos que vem ser seguido pelos pais como por exemplo o período de convivência para o ideal relacionamento parental.

Vale ressaltar que o estudo realizado tem por objetivo trazer essa discussão sobre a guarda compartilhada a fim de mostrar sobre a sua relevância diante de realidades que estão presente na

vida de cada sujeito nesta condição e sua importância em expandir o assunto uma vez que o modelo de família monoparental estar evidenciado na nossa sociedade, não só no estilo de vida destas famílias como também para estudos e pesquisas, a fim de aprofundar os conhecimentos nesta temática.

REFERÊNCIAS

BENATTI, Ana Paula. Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. 2021. **Psicol. cienc. prof.**, V.41, n. spe3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/msBd4PpRZXMLT7gyqWFhtVc/?lang=pt#>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Segunda mulher no STJ, Nancy Andrighi completa 22 anos como ministra nesta quarta-feira (27)**. 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/27102021-Segunda-mulher-no-STJ--Nancy-Andrighi-completa-22-anos-como-ministra-nesta-quarta-feira--27-.aspx>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 1.428.596 RS 2013/0376172-9**. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/25178209/inteiro-teor-25178210>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. TJDF. **União homoafetiva como entidade familiar**. 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/uniao-homoafetiva-como-entidade-familiar>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRUN, G. **Pais, filhos & cia. ilimitada**. (1999). Rio de Janeiro: Editora Record.

CASTANHO, M. A. B. **Planejamento familiar: o estado na construção de uma sociedade inclusiva e a participação social para o bem comum**. Curitiba: Juruá, 2014.

CASTRO, Maria Cristina d'Avila de. **Configurações familiares atuais**. 2010. Disponível em: <https://escoladepaisgrandefloripa.org.br/configuracoes-familiares-atuais/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo- SP: Editora Revista dos tribunais, 2013.

FAUSTINO, Michael. **A família na constituição federal de 1988 e a pluralidade familiar**. 2021. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/fam%C3%ADlia-na-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988-e-pluralidade-faustino>. Acesso em: 02 nov. 2023.

FÉRES-CARNEIRO, T (org). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola. 2003.

HOGHUGH, M. (2004). Parenting: An introduction. In M. Hoghugh, & N. Long (Eds.), **Handbook of parenting: Theory and research for practice** (pp. 7-28). SAGE.

- ISOTTON, R., FALCKE, D. **Paternidade em famílias pós-divórcio cujo pai detém a guarda unilateral dos filhos** [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Unisinos. 2011. Disponível em: » <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3997/RogérioIsotton.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MARIN, A. H., & PICCININI, C. A. Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. **Psicologia em Estudo**, 12(1), 13-22, 2007. Disponível em: » <http://doi.org/10.1590/S1413-73722007000100003>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- MARTINS, Gilberto de Andrade e PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2001. São Paulo: Atlas. Acesso em: 02 nov. 2023.
- MOREIRA, M. I. C. **Novos rumos para o trabalho com famílias. Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente [NECA]**. 2013. Disponível em: » <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- MUNIZ, Alexandre Carrinho; FORTUNATO, Tammy. **Violência doméstica: da cultura ao direito**. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (org.). **Violência 65 contra a Mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro**. CNMP. Brasília, 2018, p. 09-19.
- NUNES, Marlucia Ferreira; ABREU, João Paulo de Oliveira. O Código Civil de 2002 e a evolução no modelo familiar tradicional: a incorporação do afeto ao âmbito jurídico. **Revista Saber Eletrônico**, v. 2, n. 1, Jussara, ano 9, Jan/mar, 2018. Disponível em: 10 nov. 2023.
- PORTAL STJ. Referência em direito de família e ações sociais, Nancy Andrighi completa 20 anos no STJ.** 2019. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Referencia-em-direito-de-familia-e-acoes-sociais--Nancy-Andrighi-completa-20-anos-no-STJ.aspx>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- SANTOS, Isabela Cristina de Melo. **Guarda compartilhada: a priorização do melhor desenvolvimento dos filhos.** 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1540/Guarda+compartilhada:+a+prioriza%C3%A7%C3%A3o+do+melhor+desenvolvimento+dos+filhos>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- SARTI, Cyntia A. Família e Individualismo: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003.
- SAYÃO, R.; GROPPA, J. **Família: Modos de usar**. 5º Ed. Campinas, SP: Ed. 7 mares, 2011.
- SILVA, Natasha Gama da. **Guarda compartilhada: como funciona e quais são seus benefícios**. 2023. Disponível em: <https://pscadvocacia.adv.br/guarda-compartilhada-como-funciona-e-quais-sao-seus-beneficios/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SILVA NETTO, M. C. F.; DANTAS, C. H. F.; FERRAZ, C. V. O dilema da “produção independente” de parentalidade: é legítimo escolher ter um filho sozinho? **Rev. direito GV**, ed.14, v.3, Sep-Dec, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext
 HYPERLINK ["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106&lang=pt"&](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106&lang=pt) HYPERLINK
["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106) HYPERLINK
["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106&lang=pt"&](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106&lang=pt)
 HYPERLINK ["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106&lang=pt"](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000301106&lang=pt) Acesso em: 08 nov. 2023.

SOUZA, A. P. **Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas**: A influência do genitor no desenvolvimento familiar. 2008. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista. Repositório Institucional Unesp. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98515>. Acesso em: 06 nov. 2023.

RIED, J., PEREIRA, A. C. Família monoparental masculina: O cotidiano e suas vicissitudes. **Nova Perspectiva Sistêmica**, 21(44), 81-94, 2012.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil**. Vol. 6 - Direito de Família. 28. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem**. Uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VELLY, Ana Maria Frota. **Guarda compartilhada**: uma nova realidade para pais e filhos. IBDFAM, Porto Alegre/RS. Maio de 2011. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Artigo%20Guarda%20Compartilhada%2029_06_2011.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.



Capítulo 4

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: PRÁTICAS DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CALÇOENE - AP

DOI:10.29327/5422121.1-4

Ana Selma Maciel de Sousa



VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: PRÁTICAS DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CALÇOENE – AP

Ana Selma Maciel de Sousa

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre as crenças e atitudes do professor de Língua Portuguesa frente às Variações Linguísticas em uma escola pública do município de Calçoene – AP e teve como objetivo analisar tais atitudes frente ao processo de variação linguística, considerando em específico os usos e os aspectos social, regional e cultural, ligados a esses usos; além de observar como o ensino de língua portuguesa está veiculando o referido processo. O modelo teórico adotado segue os pressupostos da sociolinguística variacionista preconizado, sobretudo, por Labov (1972), Bortoloni-Ricardo (2005; 2012), Bagno (2007). Os procedimentos metodológicos são de caráter bibliográfico com pesquisa de campo quanti-qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de questionários semiestruturados e a amostra foi composta por três docentes de Língua Portuguesa. Os resultados evidenciaram que as atitudes do professor de Língua Portuguesa frente ao processo de variação linguística seguem de maneira paradigmática.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Variação Linguística. Atitudes linguísticas.

RÉSUMÉ

Ce document traite de la professeur de linguistique portugaise devant Variations à State College Amaro Brasilino Farias Filho dans Calçoene - AP et visait à analyser les attitudes de l'enseignant en face de la procédure de modification de la langue portugaise, compte tenu en particulier de la usages linguistiques réalisés par les étudiants, ainsi que la nature de ces utilisations: sociales, culturelles et régionales; et d'observer comment l'enseignement de la langue portugaise veut transmettre cette procédure. Le modèle théorique adopté suit les hypothèses de la sociolinguistique variationniste préconisé principalement par Labov (1972), Bortoloni-Ricardo (2005; 2012), Bagno (2007). Les procédures méthodologiques sont domaine de la recherche bibliographique avec quantitative et qualitative. La collecte des données a été réalisée au moyen de questionnaires semi-structurés et l'échantillon était composé de trois enseignants portugais. Les résultats ont montré que les attitudes de l'enseignant de langue portugaise avant le processus de la variation linguistique suit d'une manière paradigmatique.

Mots-clés: Enseignant. Les pratiques pédagogiques. La variation linguistique. Attitudes linguistiques.

1. INTRODUÇÃO

A linguagem está presente em todas as ocasiões e é inerente ao indivíduo; seu estudo gramatical, estrutural e formal tem sido um constante desafio, o qual, a escola precisa superar e distanciar-se daquele ensino de língua puramente mecânico ou conteudista, procurando estimular o conhecimento e/ou transformação da realidade dos alunos.

O ponto crucial dessa discussão é sobre o papel educativo e social que o professor de Língua Portuguesa desempenha no sentido de redimensionar tal ensino e levar ao conhecimento do aluno, além dos aspectos estruturais, discursivos e pragmáticos, o contexto variacionista da língua, a partir do feixe de variações encontradas no dia a dia dos falantes. Constantemente, estas variações estiveram e sempre estarão presentes no cotidiano, independentemente de qualquer ação normativa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1988) ressaltam que a Língua Portuguesa é constituída de inúmeras variações linguísticas e que a imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da “mídia sobre” “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua. Certamente, que esse é um grande passo na tentativa de descaracterizar o ensino mecânico da Língua Portuguesa. Conforme assinalam Silva e Efken (2010), a língua é tratada como uma realidade social blindada de regras que devem ser seguidas como há séculos se faz, não se considera que ela é um instrumento necessário ao usuário de um idioma rico em variedades, no tocante às interações comunicativas, acaba-se, muitas vezes, transmitindo-se uma visão equivocada e conseqüentemente, desastrosa no ensino de língua materna nas escolas.

Dessa forma, este artigo volta-se, justamente, para a temática relacionada à Variação Linguística em uma escola Pública do município de Calçoene-AP. A escolha dessa temática justifica-se em função da variação presente em sala de aula, diante da qual se procurou evidenciar quais são as principais atitudes docentes frente a essa temática. Perante isso, o principal objetivo do estudo é analisar as atitudes do professor de Língua Portuguesa frente ao processo de variação linguística. Partiu-se da hipótese de que esse processo tem sido negligenciado pelo professor em sala de aula.

A metodologia do estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica e de campo, de caráter descritivo e com enfoque quanti-qualitativo, tendo como público-alvo três professores de língua Portuguesa da Escola Estadual Amaro Brasilino de Farias Filho. Desse modo, o presente artigo divide-se em duas seções: na primeira apresenta-se o suporte teórico desse estudo considerando o contexto, concepções e algumas características da variação linguística; além do papel do professor como mediador na interação das diversidades linguísticas. Na segunda seção são apresentados os

aspectos metodológicos e os resultados.

2. CONTEXTUALIZANDO A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA MATERNA

Na ação pedagógica do ensino do português, conforme Antunes (2004, p.39), está subentendido, de forma explícita ou apenas intuitiva, uma determinada concepção de língua, pois, nada do que se realiza na sala de aula deixa de estar dependente de um conjunto de princípios teóricos, a partir dos quais os fenômenos linguísticos são percebidos, e tudo, conseqüentemente, se decide até a escolha dos procedimentos mais corriqueiros e específicos, em tudo está presente uma determinada concepção de língua, de suas funções, de seus processos de aquisição, de uso e de aprendizagem. Antunes (2004) afirma que “As pessoas, quando falam, não têm a liberdade total de inventar cada uma a seu modo as palavras que dizem, nem têm a liberdade irrestrita de colocá-las em qualquer lugar, nem de compor, de qualquer jeito, seus enunciados”.

Conhecer a história da língua, a tradição gramatical, a riqueza do nosso vocabulário, a beleza da nossa literatura oral e escrita, o potencial da nossa linguagem – tudo isso é muito bom, é precioso e deve ser cultivado. Só não podemos admitir que alguém transforme tudo isso numa arma, num arame farpado, numa cerca eletrificada ou em qualquer outro tipo de instrumento de exclusão social (BAGNO, 2007 p.160).

Deve-se transpor tudo isso e defender a sociolinguística na intenção de aproveitar e trabalhar essas diversidades de línguas, sem medo de que seja um erro e sem discriminações da linguagem diferente. Nesse sentido, Labov (2008), firma que no terreno da educação, o reconhecimento da variação linguística em sua estreita correlação com a heterogeneidade social tem redirecionado de modo radical as concepções de língua de ensino nas diretrizes oficiais e na prática pedagógica em sala de aula.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998) vêm apresentando propostas de organização de conteúdos e delimitação de objetivos que visam à formação do aluno como coautor do conhecimento, não somente um mero reproduzidor de terminologia gramatical, deve se orientar o aluno a perceber que a linguística variante não constitui “erro” e sim diversidade da língua. Conforme esses Documentos pode-se considerar o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa na escola como resultantes da articulação de três variáveis que compreendem o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento que é a Língua Portuguesa, tal como se fala e se escreve fora da escola; a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe

nos textos escritos que circulam socialmente; e o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento.

De acordo com Bagno (2007), o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, não considera as variedades de cunho geográfico e social, além de que existem preconceitos em decorrência do valor social que é atribuído aos diferentes modos de falar; por isso ainda é muito comum reportar-se às variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

Conforme informa Duarte (2010), estamos inseridos em uma sociedade dinâmica, a qual se transforma com o passar do tempo e acaba transformando o modo pelo qual as pessoas estabelecem seus relacionamentos interpessoais. A linguagem utilizada pelos internautas é um bom exemplo de tais transformações, que em meio a tantas abreviações e neologismos termina por criar um universo específico.

Partindo dessa prerrogativa, é válido lembrar que as variações que ocorrem nas línguas se dão em função das formas ou locais de realizações. Assim, destacam-se as variações diafásicas que se estabelecem em função do contexto comunicativo, ou seja, a ocasião é que determina a maneira como nos dirigimos ao nosso interlocutor, se formal ou informal: por exemplo, a situação poderá nos levar a dizer para um conhecido que encontramos: “e aí cara”? Ou “Bom-dia, como vai, tudobom”?

As variações diastráticas ocorrem em função da convivência entre os grupos sociais de uma determinada comunidade linguística. Como exemplo, podemos citar a linguagem usada pelos advogados, pelos surfistas, classe médica, pessoas escolarizadas, pessoas não escolarizadas, entre outras. Já as variações diatópicas, são aquelas ocorridas em razão das diferenças regionais e locais, como, por exemplo, o uso da palavra “abóbora”, é feito somente em algumas regiões do país, como sul e sudeste; em outras, como no norte, usa-se “jerimum”, por exemplo.

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo. O português falado no Brasil está repleto de exemplos. (MOLICA, 2004, p.89)

De acordo com a pesquisa feita podemos observar o quanto a linguagem varia de acordo com a região e como ela vai se caracterizando em modos de falas de diferentes lugares.

3. O PROFESSOR COMO MEDIADOR NA INTERAÇÃO DAS DIVERSIDADES LINGUÍSTICAS

De acordo com Bortoni (2012) quando a criança, o jovem e o adulto chegam à escola possuem competência em sua língua materna, mas em todo caso tem de aumentar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, tarefa comunicativa e tipo de interação. Os usos da língua são práticas sociais e, muitas delas, são extremamente especializadas, ou seja, exigem vocabulário específico e formações sintáticas que estão garantidas nas gramáticas normativas.

Neste sentido a autora discorre que no momento em que o aluno faz uso entusiasmado de uma regra não padrão e o professor intervêm, “[...] as duas variedades se aproximam em sala de aula; como proceder neste momento? É uma dúvida sempre presente entre os professores” (BORTONI-RICARDO, 2012).

É sempre uma polêmica esta discussão, visto que em alguns momentos tal fato é considerado “erro” do aluno, em outro isso é tratado como uma simples diferença entre as duas variantes, padrão e não padrão o que o professor não pode esquecer de acordo com Bortoni (op.cit.) é que, pedagogicamente, é incorreto usar a incidência do erro do educando como uma oportunidade para humilhá-lo. Além disso, o professor precisa estar atento às diferenças entre a cultura que ele representa e a da escola, para que possa encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. Entretanto, na prática, esse comportamento é ainda duvidoso para os professores, que ficam inseguros, sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até mesmo se podem falar em erros.

Bagno (2007) retrata que a escola necessita livrar-se de alguns mitos, tais como: de que existe uma única forma “certa” de falar a qual se parece com a escrita e de que a escrita é o espelho da fala, e sendo assim seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado.

O tratamento da variação linguística envolve questões sociais, políticas e econômicas e requer dos educadores uma nova postura diante de uma concepção de língua, uma vez que o assunto diz respeito à luta por uma educação mais justa, capaz de favorecer a comunicação para transformar a sua realidade social, tornando-se mais letrados e menos excluídos.(MONTE; SALES, 2000, p.48)

No Brasil, as variações linguísticas constituem uma realidade, justamente por se perceber que cada região, composta por um grande número de indivíduos possui várias formas de se expressar. Assim, o princípio geral é de que a Variação Linguística é inevitável em todas as línguas naturais humanas, sendo totalmente errôneo esperar que os falantes façam uso das mesmas regras

ou componentes linguísticos para se expressar, pois dependendo da região, do contexto social, do nível de contato ou mesmo dos hábitos culturais adquiridos, as realizações linguísticas sempre serão diferenciadas entre um e outro grupo de falantes.

No entanto, ainda conforme Bagno (2007), em uma comparação com a produção bibliográfica sobre linguística textual, letramento, leitura, escrita, gêneros textuais, análise do discurso entre outros, logo se percebe que são poucos os títulos que abordam especificamente a variação linguística, pois, e menos ainda os que têm uma clara intenção de ser material didático expressamente elaborado para a prática de sala de aula. O resultado disso é que a variação linguística ou fica em segundo plano na prática docente ou é abordada de maneira insuficiente, superficial, quando não distorcida.

Tendo em vista que a Variação Linguística constitui um desafio para o trabalho do professor, é preciso compreender como se processa e se desenvolve o preconceito linguístico no contexto socioeducativo e de que modo essa atitude tem sido fortemente combatida entre os linguistas e profissionais da Língua Portuguesa na atualidade. A respeito de preconceito.

[...] cabe também ao professor de língua apresentar os valores sociais atribuídos a cada variedade linguística. Como cada um de nós sabe muito bem, a língua é frequentemente usada na prática da discriminação, da exclusão social. O preconceito linguístico vivo e atuante é uma realidade inegável no Brasil. (BAGNO, 2002, p.95)

Para Antunes (2004) o professor de português necessita alcançar sua autonomia didática, empenhar-se com a causa da educação linguística de seus alunos, não pode e nem deve depender apenas das opiniões de todo mundo, como se não tivesse condições de estabelecer seus próprios rumos. Mas para isso, é necessário ter força de vontade, disponibilidade, atitude, condições financeiras favoráveis e tempo para aprofundar-se no tema e poder trilhar seu próprio caminho, buscando, sobretudo, a formação plena e continuada, participar de eventos científicos na área, atualizar suas leituras e ainda procurar ser um professor- pesquisador. Apesar de haver uma gama de matérias disponíveis para os professores, oportunidades de desenvolvimento didático-pedagógico para atuação em sala de aula, ainda se percebe o descaso e até mesmo a discriminação com o tratamento da variação linguística em sala de aula.

Nesse aspecto, o conhecimento das diversas variações socioculturais, geográficas, históricas, estilísticas, entre outras, torna-se fundamental para o professor a fim de que haja reflexos produtivos em sua prática pedagógica. Vale destacar que na escola é comum o professor defrontar-se com indivíduos que não falam como a maioria do grupo e acabam sendo discriminados linguisticamente.

A este propósito, Bortoni-Ricardo (2004) informa que a maioria dos professores não sabe muito bem como agir nessas circunstâncias, “[...] Os chamados “erros” que nossos alunos cometem tem explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados em uma abordagem sistêmica”. Entretanto, o professor precisa estar preparado para enfrentá-los e atribuir-lhes um tratamento adequado e livre de estigmas ou preconceitos. Pois, respeitar a variedade linguística de cada um significa valorizar o conhecimento intuitivo de quem aprende.

Diante disso, acredita-se que os professores precisam conhecer bem para poderem dar a devida relevância aos conceitos e atitudes referentes à variação linguística, considerando-os em consonância com os demais temas tratados nas aulas de língua, uma vez que, diante do exposto anteriormente, faz-se ser *mister* e pertinente a abordagem da sociolinguística em sala de aula.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a temática almejada e o objetivo que é analisar as atitudes do professor de Língua Portuguesa frente ao processo de variação linguística na sala de aula, aliamos a pesquisa bibliográfica à pesquisa de campo para desenvolvermos um estudo de abordagem quanti-qualitativo de caráter descritivo que conforme Sampieri, Collado e Lucio (2006) é utilizada na descrição de situações, acontecimentos e feitos, a fim de caracterizar e evidenciar a manifestação de determinado fenômeno.

4.1. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Foi utilizado o questionário com questões subjetivas e esse instrumento faz-se muito útil na coleta de dados por possibilitar uma visão ampliada e real daquilo que se está investigando, uma vez que as questões propostas direcionam ao que se pretende conhecer sobre o sujeito em questão.

4.2. LOCUS DA AÇÃO

O espaço da pesquisa foi a Escola Estadual Amaro Brasilino de Farias Filho, situada no município de Calçoene-AP. A escolha ocorreu em razão não só de ser uma das principais escolas do local, mas também por ter muitos alunos que fazem usos linguísticos variados em suas interações orais, caracterizando então a variação linguística. A escola iniciou suas atividades em 1987 e foi criada e denominada definitivamente através da portaria 2024/88 da secretaria de Educação e Cultura. O nome da escola homenageia um ilustre morador que residiu em Calçoene, onde exerceu várias funções importantes como: escrivão, tabelião e oficial de registro civil, foi comerciante e foi

um dos responsáveis pela implantação das primeiras escolas no município.

A escola está localizada na Rua Eulálio Modesto, 2408, no bairro Beira Rio, o corpo docente é composto por 33 professores e 18 funcionários de apoio e atende a clientela de 380 alunos; oferece o Ensino Fundamental II de 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

4.3. SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa professores da rede de ensino estadual da escola-campo, sendo o professor “A” graduado no curso de Letras, pós-graduado em Metodologia de Língua Portuguesa e Literatura, além de Metodologia de Língua Espanhola. Está finalizando a segunda graduação no curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal do Amapá, atua há mais de sete anos na escola e leciona nas séries de 7ª e 8ª do Fundamental II e 3ª e 4ª etapa do EJA. O professor “B” é graduado também no curso de Letras e pós-graduado em Metodologia de Língua Portuguesa, atua há quase seis anos na escola e trabalha com as turmas de 6ª, 7ª série do Fundamental II e 3ª e 4ª etapa do EJA. E o professor “C” que está atuando recente na escola, há cerca de seis meses, é graduado em Letras e leciona nas turmas de 7ª e 8ª série do Ensino Fundamental II. Todos os professores trabalham com a disciplina Língua Portuguesa, com alunos na faixa etária entre 12 a

17 anos, os quais em sua maioria tem origem no próprio município ou nas comunidades próximas.

4.4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da proposta desse estudo serão explicitados, e interpretados através de análise e discussões dos dados coletados por meio das amostras dos sujeitos participantes. Assim serão apresentados abaixo, os resultados encontrados a partir da aplicação dos questionários aos professores.

4.4.1 Análise dos questionários dos Professores

O questionário aplicado aos professores, sujeitos de nossa pesquisa, era composto por 7 questões de caráter discursivo. No entanto, por razões de economia, discutiremos mais diretamente somente as respostas relativas a 4 questões; sendo que a 1 e a 2 do questionário foram analisadas juntas e correspondem à questão 1 abaixo; as outras 3 questões foram diluídas em nossos comentários ao longo dessa análise e nas considerações finais.

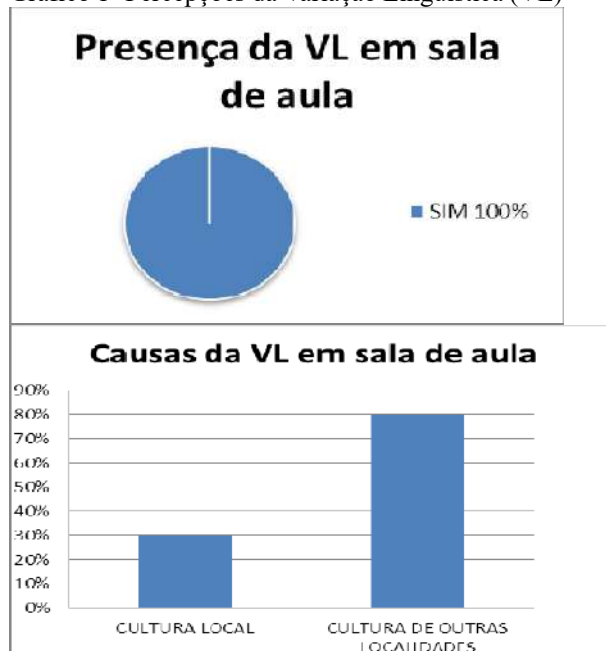
Questão 1 - Você percebe se há variação linguística em sua sala de aula? Se sim, como isso ocorre?

Professor A: *sim, isso ocorre, pois temos na nossa sala crianças vindo de vários lugares, tanto do interior quanto de outras cidades fora do nosso Estado.*

Professor B: *sim, pela amplitude da culturalidade e os costumes de cada individuo ali presente, pois cada um vem de diferentes convívios sociais.*

Professor C: *sim, isso se deve ao fato das pessoas do município de Calçoene dialogarem tipicamente de acordo com as particularidades do lugar. Além disso, há educandos que são de outros lugares e que diversificam e diferenciam no modo de enunciar diversos nomes de coisas e objetos entre outras expressões.*

Gráfico 1- Percepções da Variação Linguística (VL)



Fonte: Dados de Pesquisa

Conforme se observa nos valores numéricos evidenciados nos gráficos, os professores confirmam a presença da variação linguística em sala de aula e registram que alguns alunos já trazem consigo diferentes usos da linguagem; segundo esses informantes essa variação é percebida através de fatores como a região e a cultura adquirida nessas localidades. De acordo com Bagno (2007) esses fatores são desencadeadores de variação linguística, os chamados fatores extralinguísticos, conforme mostrado no tópico 1. Tal posicionamento desses professores evidencia que eles reconhecem a variação e sabem identificar seus fatores desencadeadores, ou seja, todos eles demonstram conhecer o fenômeno variacionista presente na língua.

Questão 2 - De que maneira você se comporta diante dos usos variacionistas que os seus alunos fazem em sala de aula?

Professor A: *procuro orientá-los sobre a questão; o problema não é falar “certo” ou “errado”, e sim saber qual forma de fala utilizar, considerando o momento da fala e seu contexto.*

Professor B: *às vezes repito a palavra toda devagar para que eles percebam o som.*

Professor C: *tento respeitar as diversas formas de variação existentes em sala e colocar sempre em evidência para os demais alunos essas peculiaridades.*

Gráfico 2 – Comportamento do professor diante da VL



Fonte: Dados de pesquisa

De acordo com as respostas dadas e refletidas no gráfico 2, verificamos que cada professor tem sua prática distinta e não poderia ser diferente, entretanto os professores B e C demonstram uma certa vaguidão e ambiguidade em suas respostas, visto que não deixam claro o comportamento adotado diante dos usos variacionistas de seus alunos. O professor B confunde variação com fonema quando enfatiza a repetição sonora, o simples ato de repetir sem uma interferência adequada, sem apresentar exemplos e desconsiderar os diversos usos que ocorrem na língua em função dos diferentes contextos de uso e espaços geográficos, não corresponde a uma atitude muito conveniente no trabalho com a linguagem em sala de aula; por outro lado o professor C diz enfatizar a variação, mas não especifica como faz isso, pois não informa quais peculiaridades põe em evidência em suas intervenções na sala de aula e sabemos que a variação e a heterogeneidade dialetal estão presentes em todos os campos linguísticos. A atitude do professor A é a que melhor se aproxima de uma conduta metodológica mais em consonância com o que preconiza o trabalho variacionista em sala de aula, visto chamar a atenção do aluno para a importância dos contextos

comunicativos no momento da realização linguística.

Esse comportamento dos professores reflete o que vimos anteriormente em Bortoni (2004), de que os professores não sabem ainda muito bem como agir diante dos chamados “erros de português”, que são simplesmente diferenças entre as variedades da língua. É no momento em que o aluno faz uso de uma regra não padrão e o professor intervém, fornecendo a variante padrão, que as duas variedades se justapõem em sala de aula. A autora também evidencia que nas duas últimas décadas, os educadores brasileiros, com destaque especial aos linguistas, vêm mostrando uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos, que está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças.

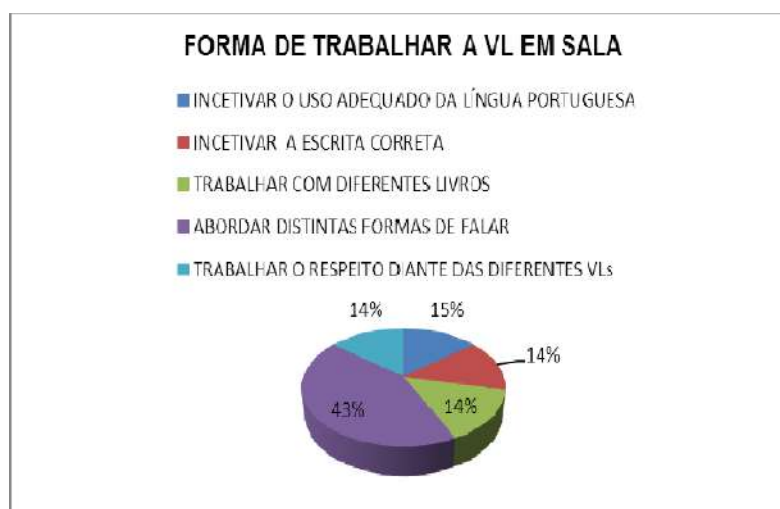
Questão 3 - De que forma você trabalha a variação linguística em sala de aula?

Professor A: *procuro desenvolver nos alunos a capacidade de usar a língua de forma adequada em diferentes situações, eu me preocupo com a escrita em desenvolver a capacidade de escrever corretamente.*

Professor B: *trabalhamos vários livros, com algumas formas textuais para que eles percebam a diferença em várias situações.*

Professor C: *Abordando as distintas formas de falar, colocando em evidência que o pronunciar e expressar tem suas diferenças oralmente e que não devem ser tachadas como “certo” ou “errado”, mas que precisam ser compreendidas e respeitadas pelas pessoas.*

Gráfico 3 – Forma de trabalhar a VL em sala de aula



Fonte: Dados de Pesquisa

Observamos a partir do gráfico 3 que os professores declaram utilizar estratégias variadas como forma de envolver os alunos no contexto da variação, porém percebemos ainda um trabalho aquém do esperado no que tange ao aspecto variacionista, uma vez que os professores enfatizam a modalidade escrita, sobretudo o professor A; verifica-se que somente o professor C parece considerar a modalidade oral; maior preocupação com a escrita correta (ensino de normas) e, conseqüentemente, valorização da norma padrão; o professor B apresenta confusão entre formas, tipos, gêneros textuais e equívoco em considerar livro por texto, a resposta dele equivale dizer que ele considera textos de variados gêneros; além da não adequação pelo professor C em tratar de pronúncia e expressão, equivalente à manifestação sonora, como aspectos distintos.

Por outro lado, todos eles manifestam preocupação e interesse em considerar no trabalho com a variação linguística, o contexto situacional, isto é, evidenciam em suas práticas a importância do contexto de uso da língua, o que reflete um ensino-aprendizagem relevante e adequado ao tratamento variacionista da língua.

Diante do exposto e a partir dos dados que obtivemos para realização desse trabalho, convém ressaltar que as atitudes do professor de língua portuguesa frente às variações linguísticas da escola em estudo não estão totalmente distantes do que preconizam os teóricos e os documentos oficiais, no entanto precisam ser mais próximas da realidade de uso das pessoas, as reais variações da língua precisam ser mais exploradas pelos professores, em nenhum momento eles abordaram empregos que reflitam usos locais de Calçoene, os exemplos citados retratam apenas o que os autores da área destacam, o trabalho desenvolvido por esses professores repete um ensino padrão que segue um paradigma ditado pelo livro didático. Assim, as atitudes apresentadas espelham, de certa forma, uma postura comprometida com o ensino tradicional com ênfase ainda em um ensino da língua fragmentado, rotulador, preconceituoso e distante das reais concretizações pelos falantes.

Em função disso, Bagno, Gagné e Stubbs (2002) afirmam que a escola não pode se furtar, a reconhecer a realidade tangível que a língua possui, e neste sentido, o professor deve levar em consideração a heterogeneidade linguística decorrente da existência de muitas modalidades escritas ou faladas e pressupor a ocorrência da diversidade da língua e de variantes linguísticas distintas dentro das comunidades de usuários da língua.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê a questão da língua e de seus usos estão imbricados, além de estar diretamente

ligada à transformação contínua do indivíduo e, portanto, deve ser cada vez mais debatida e testada no ambiente escolar, buscando tornar obsoleta a prática pedagógica existente que insiste em permanecer nas escolas, mesmo com o avanço dos estudos linguísticos e a presença imanente da variação.

Cada vez mais os estudiosos da linguagem têm defendido os diversos modos de falas que envolvem os aspectos regionais, sociais e culturais existentes dentro de um grupo. No campo pedagógico é encontrada a linguagem em suas diversas formas de expressão, porém, cabe aos professores respeitar e trabalhar a heterogeneidade entre os alunos para que possam circular adequadamente nos diversos contextos sociais onde circula a linguagem.

Diante dos resultados alcançados, compreendemos que a ausência de estratégias docentes adequadas torna-se um fator influente no tratamento da Variação Linguística, pois é preciso auxiliar o aluno de forma a compreender as normas de uso da língua, sem denegrir as demais formas de uso da linguagem como a regional, por exemplo.

Por fim, queremos ressaltar que a pesquisa realizada foi muito satisfatória e trouxe contribuições valiosas para nossa formação profissional e prática pedagógica, uma vez que nos revelou o quanto a língua portuguesa pode ser fascinante e diversa, não apenas em termos estruturais e lexicais, mas pelas inúmeras possibilidades de usos e cabe ao professor evidenciar tais possibilidades aos alunos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo; ParábolaEditorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAGNO. **Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BAGNO. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAGNO, M. **Nada na Língua é por Acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São

Paulo: Parábola editorial, 2007.

BAGNO, M; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua Materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, é agora?** Sociolinguística nas sala de aula. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação em Língua Materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo, Parábola editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa** – 3º e 4º ciclos. Brasília, 1998.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos** / tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. - São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. SP: Contexto, 2004.

MONTE, C. T. S; SALES, A. L. **Uma reflexão sobre a variação linguística e a prática docente no contexto das novas linguagens**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

DUARTE. V. M. N. **Português**: o seu sitio da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.portugues.com.br/redacao/tipos-variacoes-linguisticas.htm>. Acesso em: 18 jun 2024

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 4.ed. – São Paulo: Rêspel, 2012.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. Cortez. Editora, São Paulo, 2000.




Capítulo 5

O RIO DAS AMAZONAS: NA PERSPECTIVA DO COLONIZADOR E DO COLONIZADO

DOI:10.29327/5422121.1-5

Mara Rubia Moraes Teixeira
Silvia Vidal Almeida



O RIO DAS AMAZONAS: NA PERSPECTIVA DO COLONIZADOR E DO COLONIZADO

Mara Rubia Moraes Teixeira

Silvia Vidal Almeida

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estabelecer uma relação com os aspectos inerentes vivenciados pelos índios e os relatos e as narrativas encontradas no artigo intitulado *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas* (1641), de Cristóbal de Acuña, e a epopeia *Viagem* (1746), de Pedro de Santo Eliseu, como a importante e válida contribuição das comunidades tradicionais na construção da historicidade que constam em seus relatos e narrativas que permitem a continuidade da cultura através da permanência da oralidade, aspecto de extrema relevância para a resistência e sobrevivência desse povos. O artigo cita a importância da pesquisa que tem como tema A literatura oral do povo indígena karipuna do Oiapoque, cujo objetivo geral é registrar as diversas formas de expressão literária os *Conhecimentos da Cultura Material e Imaterial dos Moradores da aldeia Kunanã*, que envolvem o resgate de cantos, saberes sobre as plantas medicinais usadas nas curas dentro das comunidades.

Palavras-Chave: Historicidade; cultura; Amazônia.

ABSTRACT

This work aims to establish a relationship with the inherent aspects experienced by the Indians and the accounts and narratives found in the article entitled *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas* (1641), by Cristóbal de Acuña, and the epic *Viagem* (1746), by Pedro de Santo Eliseu, as the important and valid contribution of traditional communities in the construction of historicity contained in their reports and narratives that allow the continuity of culture through the permanence of orality, an aspect of extreme relevance for the resistance and survival of this peoples. The article mentions the importance of the research whose theme is The Oral Literature of the Karipuna Indigenous People of Oiapoque, whose general objective is to register the various forms of literary expression, the Knowledge of Material and Immaterial Culture of the Inhabitants of the Kunanã village, which involve the rescue of corners, knowledge about medicinal plants used in healing within communities.

Keywords: Historicity; culture; Amazon

1 INTRODUÇÃO

O artigo “O Rio das Amazonas: na perspectiva do colonizador e do colonizado” tem como objetivo estabelecer uma relação com os aspectos inerentes vivenciados pelos índios e os relatos e as narrativas encontradas no artigo intitulado *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas* (1641), de Cristóbal de Acuña, e a epopeia *Viagem* (1746), de Pedro de Santo Eliseu.

O autor faz uma relação do padre jesuíta espanhol e pontuando a epopeia do referido frade carmelita português, as representações do Rio das Amazonas feitas essencialmente de história, poesia e política, visando a exaltação do Reino.

O texto discorre sobre a análise das representações do contexto da região amazônica em período seiscentistas e setecentistas ocorridos nos séculos XVI e XVII, enfatizando singularidades dessas duas obras e elencando também diferenças de textos escritos em séculos distintos e contextos e momentos diferentes da história.

No decorrer do artigo existe uma contextualização acerca da origem do nome “Rio das Amazonas” destacando a importância das viagens e expedições realizadas nesse período, com concepções baseadas em um modelo de construção retórico, poético e político, fundamentados principalmente em conceitos oriundos no então época denominado na “Novo Mundo”, envolvendo mistérios e o olhar dos supostos “descobridores”.

O resgate da cultura dos povos também é citado no texto ressaltando a importância das duas obras citadas para a construção e a permanência da identidade através dos relatos e das narrativas sobre o olhar das comunidades tradicionais, a historicidade contada com objetivo de preservar as tradições que constantemente passam por mudanças devido a invasão do habitat dos povos que vivem no Rio das Amazonas.

Dentro do artigo enfatiza a relevância do trabalho de pesquisa para a continuidade da oralidade desses povos através da pesquisa que tem como tema A LITERATURA ORAL DO POVO INDÍGENA KARIPUNA DO OIAPOQUE.

Cujo objetivo geral é registrar as diversas formas de expressão literária os *Conhecimentos da Cultura Material e Imaterial dos Moradores da aldeia Kunanã*, que envolvem o resgate de cantos, saberes sobre as plantas medicinais usadas nas curas dentro das comunidades, por meio dos encontros do pajé com os karuanas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 AS PERSPECTIVAS DO “RIO DAS AMAZONAS”

A construção da ocupação da Amazônia está permeada por um fatores históricos que evidencia também aspectos políticos contados em uma perspectiva da literatura luso brasileira, baseada em uma visão eurocêntrica, descontextualizada da realidade do espaço amazônico.

Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa buscou-se fundamentação para a estrutura do texto o artigo de Marcelo Lachat¹, que propõe-se a discutir dois textos: a relação intitulada *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas* (1641), de Cristóbal de Acuña, e a epopeia *Viagem* (1746), de Pedro de Santo Eliseu.

O autor faz uma relação do padre jesuíta espanhol e pontuando a epopeia do referido frade carmelita português, as representações do Rio das Amazonas feitas essencialmente de história, poesia e política, visando a exaltação do Reino.

Pertinente enfatizar que o artigo adequa os textos aos seus tempos, realizando análises nos aspectos retórico-poéticos nas especificidades de cada texto, tendo como objetivo basilar discutir as representações do Rio das Amazonas tanto para os espanhóis como para portugueses, em momento histórico com uma visão poética, evidenciando também os fatores políticos da conquista e ocupação da “região amazônica”.

No texto existe uma contextualização acerca da origem do nomes “Rio das Amazonas” destacando a importância das viagens e expedições realizadas nesse período, pois foi através dos relatos desses viajantes sobre as características de nossa região que se nomeou essas águas, no entanto relevante que pontue que esses textos nem sempre retratam com precisão a realidade da época, existindo ausência ou diferenças nas informações colhidas.

O fato de não corresponder com que realmente ocorria nesse momento histórico é reflexo de concepções baseadas em um modelo de construção retórico, poético e político, fundamentados e conceitos advindos no então “Novo Mundo”, envolvendo mistérios e o olhar dos supostos “descobridores”.

Em relação ainda denominação dada pelos viajantes de “Rio das Amazonas” o artigo destaca o frei dominicano de origem espanhola Gaspar de Carvajal, que participou da expedição: *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura*

¹ Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Autor do livro *Saudades de Lídia e Armido, poema atribuído a Bernardo Vieira Ravasco: estudo e edição*. São Paulo: Alameda, 2018.
marlachat@hotmail.com

el capitán Francisco de Orellana.

O frei com suas narrativas e escritos sobre essa expedição registrou informações a respeito do “mito das amazonas americanas”, em seus escritos cita que em 24 de junho de 1542, que os viajantes encontraram povos indígenas liderados por mulheres e que segundo narrativas orais de outros índios, nessas tribos não existia a presença de homens.

Percebe que os espanhóis em seus relatos fizeram uma relação dessas índias com as conhecidas guerreiras amazonas da mitologia grega. Assim o rio Amazonas a partir da relação feita pelo frei Carvajal ficou mais conhecido como “Rio das Amazonas”.

Alguns estudiosos de história como Johnni Langer² em seu artigo “As Amazonas: História e Cultura Material no Brasil Oitocentista” examina a repercussão do mito das amazonas, enfatizando a existência de uma sociedade mítica na região amazônica, realmente não passou apenas do imaginário.

Desde a descoberta do Brasil, o encontro de Francisco Orellana com mulheres guerreiras constitui um dos mais intrigantes e polêmicos episódios de nossa história. Alimentado por um grande repertório de imagens estereotipadas por parte do conquistador europeu, o mito das amazonas fascinou a ponto de serem incluídas em ilustrações majestosas da cartografia europeia. Sobrevivendo ao iluminismo, ao contrário de outras fantasias coloniais, as mulheres guerreiras foram identificadas nos séculos XVIII e XIX como sendo uma tribo indígena, herdeiras de antigas civilizações desconhecidas de nosso país. (LANGER, 2004, p.01).

De acordo com o autor as informações acerca da existência dessas personagens dentro do espaço amazônico relatadas por Gaspar de Carvajal em 1541, que descreveu uma cidade de pedra habitada por mulheres guerreiras com imensos templos dedicados ao sol e repletos de ídolos feitos em ouro e prata.

Ainda hoje muitos historiadores procuram explicações a respeito da veracidade das informações colhidas pelos “descobridores”, buscando elucidar se as amazonas guerreiras passaram de uma quimera ou não.

No texto Cristóbal de Acuña que é discutido dentro do artigo, indica que após quase cem anos da expedição de Francisco de Orellana, houve outra viagem realizada pelo explorador português Pedro Texeira.

Nos relatos Cristóbal de Acuña padre jesuíta no século XVII, que na época estava a serviço do rei da Espanha, a coroa espanhola tinha o propósito de colonizar e explorar as terras que eram banhadas pelo “Rio das Amazonas”, em virtude da riqueza encontrada na região e a urgente catequização dos povos da floresta (índios).

Nesse sentido muito do que se construiu sobre a nossa região amazônica e consequência

² Doutor em História pela UFPR; Professor da Universidade do Contestado – SC.

de todo um processo construído ao longo da história, os estudos e a compreensão dos textos e narrativas sobre a Amazônia, realizados pelas Ciências Humanas, a exemplo das Letras, Antropologia, História e Sociologia revelam que eles foram subsídios fundamentais, utilizados pelos europeus, para tramar, inventar e fixar imaginários e estereótipos sobre a região. (MAFRA, 2012)

Percebe-se que as narrativas oficiais sobre as terras da Amazônia foram realizadas por aqueles que prestavam serviço para a coroa portuguesa e espanhola, essas pessoas estavam subordinadas ao interesse dessas monarquias, nessa concepção os povos que aqui já viviam eram considerados selvagens e em muitos momentos denominados como bárbaros, isso ocorreu devido a cultura e as práticas nativas diferentes a do europeu (colonizador),

Diante desse contexto cria-se uma historicidade fundamentada nos relatos orais do colonizador que reproduz um discurso, onde a resistência do índio em não ser escravizado se justificativa segundo os interesses da exploração colonialista nas terras da Amazônia como característica negativa, sendo rotulados como preguiçosos, como seres inferiores, com baixo desenvolvimento cognitivos.

Essas ideias foram difundidas e colocadas como umas das grandes dificuldades para transformações da região. Nesse sentido de acordo como o artigo mais que a pertinência da verdade dos fatos narrados sobre o passado nos textos, está o discurso que apresenta aos olhos dos ouvintes ou leitores aquilo que tem aparência da verdade, com a finalidade de colocar aspectos visando os fins morais, políticos e religiosos.

O texto de Cristóbal de Acuna é impregnado de uma retórica que tem como função a primazia de ratificar o discurso técnico e abalizar doutrinas morais, religiosas, políticas e jurídicas.

Relevante frisar que o texto tem gênero é histórico, sua narrativa sobre o “novo descobrimento do Rio das Amazonas” pressupõe a veracidade dos fatos que se sucederam nesse período, isso ocorre em virtude ter sido escrito por uma pessoa que estava nesta viagem, ou seja, alguém que participou e relatou a história através de suas narrativas.

O texto de Cristóbal Acuña faz referência ao “Rio das Amazonas” como o maior e mais célebre rio do mundo, mas também enfatiza as vantagens econômicas que a coroa espanhola poderia usufruir, Acuña pontua a utilidade desse aspecto como sendo um fato divino ter encontrado tantos tesouros para o rei, isso deixa explícito que estava propagando a fé católica e a fortuna da monarquia da Espanha.

Análise da representação do Rio das Amazonas que Cristóbal de Acuña realiza nos remete a um momento da história que buscou evidenciar nuances na visão dos colonizadores das

terras amazônicas e seus reais objetivos em relação a este espaço geográfico brasileiro que é constituído de cultura e historicidade pelos povos que aqui habitavam.

Os fatos destacam e sintetizam que o jesuíta Acuña pontuou todas as vantagens possíveis para a Espanha, no aspecto político, econômico e religioso, descrevendo as possíveis vantagens da colonização naquele contexto, tanto para o rei como para a igreja católica.

O artigo também analisa “A epopeia de Pedro de Santo Eliseu” como denomina o texto, enfocando-se a representação que nela se faz do Rio das Amazonas, do século XVIII, esta obra relata a viagem de Belém a Nova Cartagena realizada, em 1714, sobre a supervisão do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire, esta expedição foi liderada pelo sargento-mor Pascoal de Lima.

Importante enfatizar que o artigo traz uma informação a respeito Pedro de Santo Eliseu, ele traduziu do castelhano para o português a relação de Cristóbal de Acuña acerca do *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*. Dessa forma é relevante salientar que o relato de Acuña pode ter servido de base para os escritos produzidos por Eliseu.

O texto do frei Eliseu (Viagem) é uma poesia de gênero épico com discurso longo, quase sempre em verso heroico, nas linhas do poema o que se percebe é a referência que se faz em relação ao poder da monarquia portuguesa e a grandiosidade do Rio das Amazonas.

Observar-se que na descrição do Rio das Amazonas é enfatizado a magnitude das águas do rio e também são exaltadas a beleza e sua imponência. Dentro do poema épico encontra-se também a localização geográfica de forma detalhada.

As duas obras analisadas inserem-se em gêneros distintos e foram compostas em tempos diferentes, estando distantes suas composições em mais de um século. Ademais, ainda que ambas sigam preceptivas retóricas e poéticas e tenham propósitos políticos.

A relação de Acuña visa aos interesses da Coroa Espanhola de expansão das Índias de Castela sobre o Rio das Amazonas, num tempo (o final da chamada “União Ibérica”) em que se mostrava acentuada a rivalidade entre espanhóis e portugueses; já a epopeia de Eliseu, num outro tempo (o da “paz ibérica”), exalta a Coroa de Portugal, que, justa, decidiu libertar os prisioneiros “castelhanos” e levá-los de volta à América Espanhola, mas deixando claro o poema que a “grã-conquista” do rio – denominado, por improbidade, “das Amazonas” – foi portuguesa. (LACHAT, 2019, p.119).

Relevante pontuar algumas diferenças entre os textos, apesar de o gênero histórico e gênero épico se relacionarem em diversos pontos, mas também pertinente enfatizar as semelhanças existente entre as obras, fatores específicos que evidenciam a relação das concepções histórica, religiosa, poética e política.

Nas obras existe uma “visão do paraíso” onde se destacar a abundância e a riqueza do Rio das Amazonas, outra semelhança consiste que ambos foram escritos no período das revoluções nos séculos XVI e XVIII.

Observa-se igualmente o funcionamento da concepção teológico-política dentro dos textos, sempre referenciando tanto a política como a fé, a religiosidade.

A análise e discussão sobre os textos contribui para atualização das minhas referências na construção da proposta de pesquisa que tem como tema A LITERATURA ORAL DO POVO INDÍGENA KARIPUNA DO OIAPOQUE, cujo objetivo geral é registrar as diversas formas de expressão literária os *Conhecimentos da Cultura Material e Imaterial dos Moradores da aldeia Kunanã*, que envolvem o resgate de cantos, saberes sobre as plantas medicinais usadas nas curas dentro das comunidades, por meio dos encontros do pajé com os karuanas.

Acredita-se que, por meio do registro em forma de literatura, pode ser **produzido material didático** para compor a prática pedagógica dos professores da educação básica e desta forma, manter viva a cultura da pajelança entre as crianças, jovens e adultos, este será o produto final da pesquisa: a produção de livros de literatura indígena Karipuna para crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental

Diante do exposto percebe-se que as narrativas vivenciadas pelos índios que vivem e viviam no “Rio das Amazonas” necessitam de espaço de vez, voz e fala no discurso que permeiam a historicidade dos povos da floresta que possuem ainda preservam sua cultura através da oralidade.

Os textos me fizeram perceber a necessidade de afirmar e reafirma a importância de fortalecer a existência e a resistência das comunidades tradicionais. Esse fortalecimento se dará através dos relatos contados pelos povos da floresta, na visão do colonizado, não mais sobre o olhar do colonizador, na perspectiva eurocêntrica, pautada na exploração e no desrespeito a religiosidade e cultura desses povos.

Que por séculos foi imposto uma catequização, que ainda hoje retira as peculiaridades predominantes das tradições que são basilares para a sobrevivência dessas comunidades.

Tecer narrativas que estabeleçam a realidade desses povos é de fundamental importância, visto que na pesquisa busca-se o registro da nossa cultura material e imaterial, assim como, possibilitar o acesso de toda a comunidade a este conhecimento que está em extinção devido a presença de igrejas evangélicas em todas as aldeias da comunidade indígena Karipuna.

Contar nossa história proporcionará a utilização da nossa literatura como apoio pedagógico para afirmação e reafirmação de nossas memórias e identidades dentro das escolas.

Nesse sentido os textos oportunizam uma reflexão sobre a relevância das memórias e

dos relatos orais contados e evidenciados segundo a perspectiva das comunidades tradicionais, pois possibilitam a transmissão de nossa cultura para os nossos descendentes.

Bem como, a sobrevivência das tradições e costumes que fazem parte da identidade de nosso povo. Por isso ter conhecimento dos relatos do colonizador é importante para construirmos alicerces baseados nas reais necessidades que vivenciamos com a ausência de perpetuar nossa cultura.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo observou-se que os conhecimentos são extremamente relevantes para dialogar com a importância das narrativas foi de suma importância os artigos lidos, a história que conhecemos dos povos indígenas do Brasil contada pelos portugueses e uma invenção, se fomos analisar nos indígenas já estávamos habitando o Brasil muito antes da chegada dos portugueses.

Agora os indígenas podem ser os protagonistas de suas próprias histórias, falar sobre a importância e a contribuição deste artigo Rio das Amazonas que embasou para investigar a importância que tem a cultura, os pajés, o povo é algo fantástico inexplicável. As cosmologias, onde todos os sábios mais velhos são mestres narradores, curadores doutores das florestas os guardiões de todos os saberes.

Por muitos anos foram tratados como seres selvagens, agora está na hora de contar a história, a chama dos ancestrais permanece viva. Os sábios os mais antigos ensinam todos os dias as narrativas de suas histórias vividas, cantos, danças o fazer dos remédios o lutar pela nossa existência nos dias atuais

REFERÊNCIAS

LACHAT, Marcelo. **Dossiê História & poesia épica**, v. 21, n. 38, p. 107-122, Uberlândia, jan.-jun. 2019.

LANGER, Johnni. **As Amazonas: História e Cultura Material no Brasil Oitocentista** Revista de humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Serido – Campus de Caico. V. 05. N. 10, abr./jun. de 2004.

MAFRA, S. S. **A visão Amazônica do pe. Cristobal de Acuña: da viagem a invenção da Amazônia.**




Capítulo 6

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E VIOLÊNCIA CONTRA O OBSTETRA: DILEMAS ÉTICOS

DOI:10.29327/5422121.1-6

Carlos Eduardo Mendes Pinto
Denise Machado Duran Gutierrez



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E VIOLÊNCIA CONTRA O OBSTETRA: DILEMAS ÉTICOS

Carlos Eduardo Mendes Pinto

Denise Machado Duran Gutierrez

A gestação é um processo fisiológico do ciclo reprodutivo que culmina, na maioria das vezes, com o nascimento de um novo ser, acarretando a todos os envolvidos grande sensação de satisfação e alegria. Porém, o caminho a ser percorrido é longo, necessita de cuidados especiais com relação à saúde da mulher, da criança e da família, tanto do ponto de vista físico, quanto psicossocial (LIMA; SILVA, 2011). Embora seja um processo fisiológico, trata-se também de um evento social e cultural complexo, manifestado em uma experiência íntima, pessoal, sexual, emocional e espiritual, que envolve interações entre indivíduos, grupos sociais e instituições, com poderes e legitimidades diferenciados (SENS; STAMM, 2019).

A gestação leva a mudanças tanto no corpo da mulher quanto no seu humor, afetando suas relações interpessoais com o companheiro(a), familiares, outros filhos, vizinhos e amigos (SILVA; SILVA, 2009). Pode também interferir nas suas atividades profissionais, necessitando ausentar-se do trabalho para comparecer às consultas de pré-natal, realizar exames ou devido aos sintomas ou intercorrências que possam surgir. Além disso, algumas vezes, dependendo de quais as atividades exercidas profissionalmente pode haver necessidade de mudança de função ou de setor para adequação à nova realidade. O desemprego de mães jovens é ainda uma realidade mais impactante em várias dimensões da vida das mulheres (HEILBOURN et al, 2002).

Associada aos fatores familiares e laborais há ainda grande expectativa quanto à saúde da criança e ao seu nascimento. Trata-se de um momento que, apesar de aguardado e inevitável, gera sentimentos mistos de alegria, medo, ansiedade, angústia, euforia, enfim uma gama de emoções ligadas às incertezas dos acontecimentos futuros (MALDONADO, 2013). Estes sentimentos decorrem de vários fatores, como: saber o local em que ocorrerá o parto; o tipo de parto, se normal ou cesariana; se será necessário realizar algum procedimento com a mãe ou o recém-nascido; quem será o acompanhante e se a instituição o acolherá e deixará acompanhá-la durante toda sua internação; como se deslocará até a maternidade; se haverá leito disponível para

internação; se será atendida pelo seu médico ou pelo plantonista da vez; se conseguirá amamentar de maneira adequada e cuidar do recém-nascido e de si mesma. Enfim, várias situações que podem interferir negativa ou positivamente na experiência da maternidade.

Considerando essa complexidade de fatores e para melhor compreender a questão da *violência obstétrica* e suas relações com a *violência contra os obstetras*, em forma inclusive de processos judiciais muito comuns na atualidade, é preciso contextualizar com informações sobre a ocorrência do parto no Brasil e sua história de desenvolvimento na biomedicina no mundo ocidental.

Os historiadores da ciência médica são unânimes em afirmar que ao longo do tempo e até o século XVIII o parto era praticado socialmente como evento natural, sociocultural, rito integrador dos grupos familiares e de ocorrência em ambientes cotidianos da casa, entre as mulheres. Já no final do século XIX, no compasso do desenvolvimento médico, passa a ser um espaço de atuação da biomedicina (SANFELICE et al., 2014). No curso histórico o parto torna-se, portanto, campo hegemônico do poder e do saber médico. O parto é submetido assim, desde meados do século XX, a um processo de (RE) interpretação cultural em que o saber biomédico assumiu autoridade sobre o evento e o corpo da mulher. Seu lugar de ocorrência deixa de ser a casa, como evento do cotidiano, e passa a ser o hospital, como evento costumeiramente ligado ao risco e à doença. A presença do médico torna-se assim compulsória e imprescindível.

Como reação a isso, na década de 1980, surgiu o movimento social pela humanização do parto que começa a questionar a centralidade do hospital e da figura do médico no parto (ZANARDO et al., 2017). Afinal não se podia continuar a encarar esse evento como doença ou agravo à saúde, como vinha acontecendo.

Ainda no final do século XX, também cresce o movimento da *Medicina Baseada em Evidências*, que busca fundamentar os cuidados médicos em evidências científicas de eficácia e segurança dos procedimentos e coloca em cheque a medicina hegemônica, extremamente intervencionista até então amplamente adotada. Diniz e Chacham (2006), afirmam que no Brasil e na América Latina houve uma lenta incorporação e resistência contra as contribuições da Medicina Baseada em Evidências mesmo nas instituições de formação médica. Essas têm abraçado o Modelo Intervencionista, o amplo uso de tecnologias, exames sofisticados e procedimentos cirúrgicos, em detrimento do cuidado centrado na mulher, visando o incentivo ao parto normal.

Evidentemente é preciso ver que, para além da disputa de saberes estão os vários e muitos interesses econômicos que subjazem às aparentes escolhas técnicas. Essa leitura

macroestrutural, embora fundamental, não será desenvolvida aqui nesse texto. Ao contrário optamos por uma reflexão que sistematiza conhecimentos que, ora dão evidência da ocorrência e importância do combate à violência obstétrica, ora abrem caminhos de reflexão sobre as pressões e violências simbólicas às quais os médicos obstetras estão submetidos. O caminho aqui é mais de problematizar a questão do que dar efetivas respostas finais, ainda ausentes no âmbito da bioética.

No Brasil, na contramão dos países desenvolvidos com os melhores sistemas de saúde, prevalecem os partos hospitalares e dentre esses prevalecem os partos cesáreos (BRASIL, 2015), configurando uma verdadeira epidemia de cesáreas. Essa escolha pelos partos cesáreos, embora de ampla aceitação da classe médica no Brasil, não se baseia em evidências científicas. Ao contrário, é indicada apenas quando a situação de risco à saúde da mãe ou bebê está bem configurada. Além da cesárea, grande número de procedimentos e novas técnicas, desnecessários e de uso duvidoso e controverso, tem sido sistematicamente adotados, os quais infligem dor, desconforto e aumentam o risco das parturientes (tricotomia, episiotomias, punção venosa, amniotomia, ministração de ocitocina, dentre outros) (BRASIL, 2014).

No âmbito internacional a OMS (World Health Organization, 1996), afirma que o parto deve ser entendido como um evento natural e o nascimento por via vaginal considerado o melhor modelo, tomando-se em conta os desfechos de saúde materna e do bebê. Este se estabelece como estratégia preferencial de intervenção mínima e considerada o paradigma a ser seguido na assistência (ANDRADE; LIMA, 2014; DINIZ; CHACHAM, 2006). Nos últimos anos as políticas de saúde tem avançado no sentido de reconhecer os direitos das mulheres quanto ao tratamento humanizado, participação e presença de acompanhantes, consultas pré-natais bem informadas e direito de escolha quanto às varias dimensões do parto e puerpério. No entanto, não faltam descrições na literatura de como na prática esses direitos têm sido violados e não reconhecidos em nome de supostas referências técnicas ou conveniências dos serviços.

Para indicar a violência obstétrica diversas expressões já foram utilizadas, como “*violência no parto*”, “*abuso obstétrico*”, “*desrespeito e abuso*”, “*violência de gênero no parto e aborto*”, “*violência institucional de gênero no parto e aborto*”, “*assistência desumana*”, “*crueldade no parto*”, “*violação dos Direitos Humanos das mulheres no parto*” (TESSER *et al.*, 2015).

De forma geral, a violência obstétrica pode ser caracterizada por diversas situações, como abusos: físicos, emocionais, sociais e institucionais. Pode decorrer de falhas sistêmicas nos diferentes níveis de atenção dos sistemas de saúde e inclui atos intencionais ou inadvertidos que possam vir a causar sofrimento ou ferir a autonomia da paciente (SOUSA; MORAIS, 2018).

Um conjunto muito vasto e diverso de condutas pode ser identificado na *dimensão física* da violência obstétrica: 1. Toques vaginais repetitivos e de forma intempestiva que causam dor e desconforto, realizados por diferentes profissionais, em curto intervalo de tempo, na maioria das vezes desnecessários, ocorrendo pela troca de plantão ou com fins didáticos; 2. Episiotomia de rotina, sem uma indicação precisa e muitas vezes sem anestesia, com a justificativa nem sempre bem fundamentada, de facilitar o nascimento e diminuir os riscos de lacerações perineais, ou de que como a parturiente já está sentindo dor, não irá sentir o corte; 3. Imobilização em posições desconfortáveis e dolorosas, que acabam prejudicando a evolução natural do trabalho de parto; 4. Cesariana realizada sem uma indicação precisa, sem o consentimento da mulher e sem que a mesma entenda a real necessidade do procedimento, com falsas justificativas ou por simples comodidade da equipe médica; 5. Realização de tricotomia, enema e venóclise de rotina, procedimentos que além de não trazerem nenhum benefício cientificamente comprovado acarretam desconforto; 6. Realização da manobra de Kristeller sem a devida justificativa, a qual já se encontra banida em vários locais, devido aos riscos maternos e fetais; 7. Uso indiscriminado de Ocitocina para acelerar o nascimento; 8. Manutenção da paciente em jejum prolongado e desnecessário.

Os *abusos emocionais* da mesma forma são diversos e impactantes à saúde da paciente e são relacionados à: 1. Falta de privacidade em enfermarias coletivas, na presença de acompanhantes de outras pacientes; 2. Recusa não justificada na aceitação dos planos de parto por parte dos profissionais que prestam a assistência; 3. Recusa em aceitar a presença dos acompanhantes, muitas vezes alegando a falta de estrutura física para os mesmos; 4. Humilhações de caráter sexual; 5. Tentativas de diminuir a capacidade da mulher de suportar as dores do parto, ou dissuadi-la do parto normal.

Aparecem ainda referências aos *abusos sociais* geralmente relacionados aos preconceitos e estigmas arraigados na sociedade, com relação ao estado civil da mulher solteira, pacientes homoafetivas que vão à maternidade com suas companheiras, baixo nível de escolaridade, raça de minorias étnicas, classe social empobrecida, grande multiparidade, idade avançada ou juvenil.

As instituições como um todo podem ser perpetradoras de violência obstétrica, caracterizando *abusos institucionais*, os quais em teoria seriam os que mais facilmente se poderia prevenir, pois dependem de ações práticas do poder público: 1. Falta de acesso ao pré-natal; 2. Falta de insumos para a realização de exames e acesso a medicamentos necessários; 3. Número insuficiente de leitos nas maternidades próximas às residências levando à uma peregrinação pelas unidades hospitalares, utilizando geralmente recursos próprios para o transporte; 4. Falta de

ambiente físico adequado para uma assistência humanizada ao parto e para o acompanhante, o qual muitas vezes passa o período de internação dormindo em cadeiras desconfortáveis e inadequadas à manutenção da saúde, 5. Aplicação de protocolos institucionais desatualizados, que não apresentam evidências científicas que os justifiquem.

Como se pode observar há um grande leque de situações que podem ser identificadas como violência obstétrica, algumas difíceis de se caracterizar, pois podem apresentar um caráter de subjetividade e interpretação pessoal. Tanto pacientes quanto quem está prestando assistência, podem ter dificuldade em identificar tais atos de violência, de modo que um profissional pode estar cometendo um ato de violência obstétrica sem estar plenamente ciente disso. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014) aponta que *“atualmente não há consenso internacional sobre como esses problemas podem ser cientificamente definidos e medidos. Em consequência, sua prevalência e impacto na saúde, no bem-estar e nas escolhas das mulheres não são conhecidas”*. É crucial, contudo, destacar que reconhecer a violência obstétrica como uma realidade, não deve implicar em culpabilizar nenhuma categoria profissional específica, posto que essa violência se consolida em termos estruturais (SOUSA; MORAIS, 2018). Não se pode, portanto, atribuir a uma única classe profissional a responsabilidade por todas as situações às quais as gestantes podem ser submetidas, como se vem observando atualmente em relação à classe médica, e em especial aos obstetras.

A resistência em tratar o tema é bem percebida na falta de consenso em relação à própria conceituação da violência obstétrica no Brasil, embora seja inegável que ela na prática ocorra com frequência (ZANARDO et al, 2017).

O termo *“violência obstétrica”* vem se consolidando nos últimos anos. A intensificação desse debate coincide com a emergência de uma nova construção legal que engloba elementos da qualidade da assistência obstétrica e maus tratos às mulheres durante o parto (SOUSA; MORAIS, 2018). O termo é muitas vezes utilizado de maneira *“genérica”* para todos os profissionais que tem contato com a paciente, desde a recepção até o momento da alta hospitalar. Porém, o que chama atenção, é que, embora a violência obstétrica possa ser atribuída a qualquer pessoa em contato com a paciente, inclusive seu acompanhante, na prática aparece uma maior referência do termo dirigido aos médicos obstetras, que fazem o acompanhamento da gestante. Tais referências atuam como se os médicos pudessem de todo modo responder por todo um conjunto de experiências desqualificantes que acontecem com a gestante. Tal compreensão gera um ambiente relacional negativo, marcado por conflitos na relação médico-paciente, que além de comprometer a qualidade do atendimento prestado pode resultar em demandas judiciais extremamente desgastantes para todos. Faz-se importante ressaltar que a relação médico-paciente é um processo especial de

interação humana, que e dimensões técnicas, humanísticas, éticas e estéticas, não sendo uma relação banal, pois está cercada de sentimentos diversos, como angústia, medo e incertezas (SENS; STAMM, 2019).

Na assistência pré-natal, a gestante deve ser orientada rotineiramente, de maneira individual ou na forma de reuniões. Nessas é instruída sobre como se dá o trabalho de parto, o parto e puerpério, as possíveis intercorrências que podem mudar o planejamento prévio e as condutas que podem ser necessárias para um nascimento adequado, além dos seus direitos garantidos por lei. Ainda assim, muitas mulheres não são informadas sobre os seus direitos e a autonomia sobre seu corpo no momento do parto, o que tem levado à violência obstétrica praticada pelos profissionais de saúde (SILVA *et al*, 2017).

O que se vê na prática é uma assistência pré-natal deficiente, na qual as pacientes têm difícil acesso, tanto às consultas quanto aos exames, com uma sobrecarga de pacientes no serviço, o que compromete o tempo da consulta e dificulta o esclarecimento das dúvidas e as orientações necessárias. Além disso, na maior parte das vezes, as paciente se apresentam desacompanhadas, o que acaba fragilizando ainda mais essas pacientes por falta de suporte social e a mediação de pessoas significantes que as ajudem a compreender as informações oferecidas.

Estamos nos movendo aqui num espaço sensível, povoado por contradições, em que de um lado reconhecemos a existência da violência obstétrica e a necessidade de enfrentá-la com seriedade; e, de outro lado também reconhecemos o sofrimento dos profissionais de saúde que se veem aossados entre várias pressões de desempenho e produtividade, de eficiência, de adesão a técnicas, sob a mira de ataques e ameaças de vários atores (gestores, familiares, outros colegas, pacientes, seguradoras, etc.).

Para entender esses processos e contradições é preciso ver que o parto não acontece num vazio social, ao contrário, trata-se de verdadeiro acontecimento biopsicossocial, envolto em valores culturais, sociais e afetivos, com alto poder de significância na vida da mulher e sua família (ANDRADE; LIMA, 2014).

O que dizem as pautas legais?

No Brasil ainda não há uma legislação específica no que se refere à violência obstétrica, no entanto algumas Leis Estaduais e Municipais têm servido de modelo para projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, visando uma melhor definição e criando mecanismos que facilitem denúncias e possível punição dos responsáveis.

A lei mais citada como referência para os projetos propostos é de Santa Catarina, Lei 17.097, de 17 de Janeiro de 2017 de autoria da deputada Ângela Albino, a qual propõe o PL./0482.9/2013, publicado no DOE: 20.457, de 19/01/2017, a qual dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina.

Nela se considera a violência obstétrica como *“todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério”*. Qualifica ainda a ofensa verbal ou física, dentre outras, as seguintes condutas: 1. Tratar a gestante ou parturiente de forma agressiva, não empática, grosseira, zombeteira, ou de qualquer outra forma que a faça se sentir mal pelo tratamento recebido; 2. Fazer graça ou recriminar a parturiente por qualquer comportamento como gritar, chorar, ter medo, vergonha ou dúvidas; 3. Fazer graça ou recriminar a mulher por qualquer característica ou ato físico como, por exemplo, obesidade, pelos, estrias, evacuação e outros; 4. Não ouvir as queixas e dúvidas da mulher internada e em trabalho de parto; 5. Tratar a mulher de forma inferior, dando-lhe comandos e nomes infantilizados e diminutivos, tratando-a como incapaz; 6. Fazer a gestante ou parturiente acreditar que precisa de uma cesariana quando esta não se faz necessária, utilizando de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados e sem a devida explicação dos riscos que alcançam ela e o bebê; 7. Recusar atendimento de parto, haja vista este ser uma emergência médica; 8. Promover a transferência da internação da gestante ou parturiente sem a análise e a confirmação prévia de haver vaga e garantia de atendimento, bem como tempo suficiente para que esta chegue ao local; 9. Impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência durante todo o trabalho de parto; 10. Impedir a mulher de se comunicar com o “mundo exterior”, tirando-lhe a liberdade de telefonar, fazer uso de aparelho celular, caminhar até a sala de espera, conversar com familiares e com seu acompanhante; 11. Submeter a mulher a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas, exame de toque por mais de um profissional; 12. Deixar de aplicar anestesia na parturiente quando esta assim o requerer; 13. Proceder a episiotomia quando esta não é realmente imprescindível; 14. Manter algemadas as detentas em trabalho de parto; 15. Fazer qualquer procedimento sem, previamente, pedir permissão ou explicar, com palavras simples, a necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado; 16. Após o trabalho de parto, demorar injustificadamente para acomodar a mulher no quarto; 17. Submeter a mulher e/ou bebê a procedimentos feitos exclusivamente para treinar estudantes; 18. Submeter o bebê saudável a aspiração de rotina, injeções ou procedimentos na

primeira hora de vida, sem que antes tenha sido colocado em contato pele a pele com a mãe e de ter tido a chance de mamar; 19. Retirar da mulher, depois do parto, o direito de ter o bebê ao seu lado no Alojamento Conjunto e de amamentar em livre demanda, salvo se um deles, ou ambos necessitarem de cuidados especiais; 20. Não informar a mulher, com mais de 25 (vinte e cinco) anos ou com mais de 2 (dois) filhos sobre seu direito à realização de ligadura nas trompas gratuitamente nos hospitais públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS); 21. Tratar o pai do bebê como visita e obstar seu livre acesso para acompanhar a parturiente e o bebê a qualquer hora do dia.

Como se pode ver na relação acima, trata-se de uma pauta legal bastante exaustiva compreendendo diversos aspectos ligados as condutas que podem constituir violência obstétrica. A proposta sem dúvida significa um avanço importante para a superação desses quadros de violência, porém é insuficiente para promover mudanças profundas de condutas alicerçadas em profundas representações sociais que, de um lado vê o *médico* com um profissional indiferente as dores e relapso em seus procedimentos, sem tato humano; e, de outro lado, vê a mulher como ser desprezível e incapaz de compreender e gerir a própria saúde.

As pesquisas recentes evidenciam que o acompanhamento da parturiente por um familiar durante o parto contribui para o bem-estar físico e emocional dessa mulher (OLIVEIRA *et al.*, 2011). A presença do acompanhante fornece o apoio emocional que a mulher necessita para vivenciar este momento, oferecendo conforto e encorajamento. Essa presença permite reduzir os sentimentos de solidão, a ansiedade e os níveis de estresse causados pela vulnerabilidade da mulher e outros fatores, como desconforto durante o trabalho de parto, medo diante do que está por vir, ambiente não familiar e contato com pessoas desconhecidas. O apoio contínuo durante o parto e o nascimento também contribui para elevar a autoestima da mulher (DODOU *et al.*, 2014).

A presença de acompanhante pode ser considerada um marcador de segurança e qualidade do atendimento, e também um indicador da incorporação de vários dos princípios do Sistema Nacional de Saúde (SUS), como a integralidade dos cuidados de saúde, a universalidade, a equidade e a humanização. Se a presença dos acompanhantes no parto deve ser implementada como uma política de saúde universal e equitativa, a informação regular sobre esta presença deve ser parte de protocolos de serviços e dos treinamentos para os profissionais, incluindo a responsabilização dos serviços que recusam a proteger e cumprir os direitos das mulheres (DINIZ *et al.*, 2014).

Na prática diária, o que se observa, no entanto, é uma série de dificuldades quanto à presença do acompanhante, seja por falta de estrutura física, rejeição por parte da equipe de saúde, ou pelo despreparo do acompanhante escolhido pela paciente, que não participa do pré-natal e não

tem ciência do que ocorrerá durante o trabalho de parto, podendo inclusive acarretar confrontos desnecessários entre as partes. Importante lembrar que a presença de um acompanhante durante todo o período de pré-parto, parto e puerpério é um direito garantido pela Lei 11.108 que altera a Lei 8.080 de 1990, sendo acrescentado do Capítulo VII, que versa sobre o acompanhamento da gestante, em 07 de Abril de 2005.

Embora se preconize que o que deve prevalecer no momento do parto com relação à escolha da via de parto, seja o parto normal ou cesariana à pedido, sem uma indicação médica específica; ocorre uma contradição legal, a partir da publicação da Lei do Ato Médico, Lei 12842, de 10 de Julho de 2013:

Artigo 4º- São atividades privativas do médico:

II- Indicação e execução de intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios.

XI- Indicação de internação e alta médica nos serviços de saúde.

Como se observa a cesariana como ato cirúrgico, mesmo sendo uma via de parto, *a priori* continua um procedimento cuja indicação deveria ser exclusivamente médica. No entanto, observa-se uma prática muito frequente, principalmente na rede privada, de realização de cesarianas à pedido da paciente ou família, e caso o médico não concorde com a realização da mesma e se recuse a realizá-la, mesmo estando amparado pela lei, corre o risco de ser acionado judicialmente por violência obstétrica, por não atender à solicitação da paciente.

E o que fazer na rede pública, onde muitas vezes não há estrutura adequada devido à superlotação, falta de insumos hospitalares e profissionais em número suficiente? Como conduzir uma paciente que não está disposta a submeter-se ao parto vaginal, pouco colaborativa, com pressão da família ameaçando a equipe às vezes até de violência física por achar que o parto vaginal está “sendo forçado”?

O próprio Código de Ética Médica (CEM, 2019) acaba por resguardar este direito de escolha da paciente, como se observa no Capítulo V, na relação com pacientes e familiares, onde se diz no artigo 31 que “*é vedado ao médico: desrespeitar o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas terapêuticas, salvo em caso de iminente risco de morte*” (p. 27).

Recentemente Projeto de Lei 435/2019 da Deputada Janaína Paschoal, sancionada em Lei pelo Governador do Estado (D.O. do Estado de São Paulo, 2019) causou grande debate, por

defender que as pacientes usuárias do SUS devem ter direito de optar pela cesariana eletiva após 39 semanas e pela analgesia de parto, mesmo naqueles casos em que o trabalho de parto está transcorrendo sem intercorrência. A proposta vai claramente na contramão do que preconiza o Ministério da Saúde, que objetiva reduzir o número alarmante de cesarianas no Brasil, que varia entre 50 a 90% dependendo da instituição, bem acima dos 10 a 15 % sugeridos pela OMS.

Se por um lado, essa lei pode eliminar um viés social importante, pois as pacientes na rede pública acabam não tendo direito de escolha na via de parto, pode também se tornar um motivo de conflitos entre pacientes, equipe e gestores. Pois, uma vez que a cesariana demanda maior gasto, maior tempo de internação e necessidade de salas de cirurgia disponíveis para procedimentos eletivos, o que muitas vezes não existe, devido à grande demanda de urgências, essas não serão priorizadas. Além disso, vai de encontro com a Lei do Ato Médico que estabelece ao médico o direito de indicar qualquer procedimento cirúrgico.

O que dizem as entidades médicas?

De acordo com o parecer CFM 32/2018 (CFM, 2018) a expressão “*violência obstétrica*” é vista como uma agressão contra a medicina e especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, contrariando conhecimentos científicos consagrados, reduzindo a segurança e a eficiência de uma boa prática assistencial e ética.

O parecer trata da utilização da expressão violência obstétrica como pejorativa e estigmatizante ao profissional médico, uma vez que as situações que a caracterizam não dependem exclusivamente dos médicos. Cita-se também o termo “*boas práticas*”, usado pelas entidades que criticam a atuação médica, que por si só já discrimina as condutas médicas que não estejam em acordo com sua visão do que seria uma assistência adequada ao parto.

Entre suas conclusões cita-se que o termo violência obstétrica deveria receber outra designação devido a todas as outras inadequações institucionais, de equipe e outros personagens envolvidos; a necessidade de leis, regras e protocolos para um atendimento com segurança garantindo os princípios da boa prática médica e da bioética; a participação diminuída dos médicos após portarias, programas oficiais do Ministério da Saúde e mudanças na legislação do SUS, sem que as entidades de classe participassem das discussões; criação de leis nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, algumas vezes com claro viés político-ideológico, que buscam transferir a responsabilidade pelas mazelas no atendimento de saúde aos médicos. Algumas sugerindo até mesmo pena de detenção caso a paciente se sinta vítima de violência obstétrica, intensificando os conflitos entre sistema, médicos e pacientes, acarretando quase sempre demandas judiciais.

O efeito desses documentos e legislações pode ser antagônico ao que se procura e deseja para ambas as partes.

A Resolução 293/2019 do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) dispõe sobre a proibição de adesão, por parte dos médicos, a quaisquer documentos, dentre eles o plano de parto ou similares, que restrinjam a autonomia médica na adoção de medidas de salvaguarda do bem estar e da saúde para o binômio materno fetal. Tal Resolução se baseou no Capítulo I, incisos VII, VIII e XXI do Código de Ética Médica (CEM), Artigos 20 e 32 do CEM, Resolução Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 2.144/2016, Artigo 3º Lei 9263/1996 e Parecer nº 32/2018 (CFM) e determina em seu Artigo 1º que “é vedado ao médico aderir e/ou subscrever documentos que restrinjam ou impeçam sua atuação profissional, em especial nos casos de potencial desfecho desfavorável materno e/ou fetal” (CREMERJ, 2019).

Entre os motivos dessa Resolução cita-se a interferência na tomada de decisões acerca de procedimentos por pessoas sem o devido preparo técnico; o temor dos médicos de serem processados caso não sigam estas orientações, muitas sem fundamento científico, com viés antimédico e o risco de denúncias de violência obstétrica no caso de recusa em assinar o Plano de Parto (CREMERJ, 2019). Finaliza o texto garantindo o respeito à autonomia da gestante, mas jamais trazendo riscos ao binômio materno-fetal.

O Plano de Parto tem por finalidade garantir a autonomia da mulher em seu processo de parturição, sendo de grande valia quando a gestante está ciente de como transcorre a evolução do trabalho de parto, suas variações e intercorrências e discutido com seu médico assistente a real necessidade de realizar determinados procedimentos. Na prática, porém o que se observa são pacientes chegando à maternidade com um Plano de Parto acessado em meios eletrônicos, cuja confecção muitas vezes é realizada por outros profissionais da área da saúde e até por pessoas que não são da área, trazendo tópicos polêmicos, solicitando que procedimentos às vezes necessários, mas que por algumas entidades não médicas são considerados violência obstétrica ou proscritos não sejam realizados em hipótese alguma, colocando o médico em uma situação de conflito com a gestante e seus acompanhantes, sem que a mesma tivesse sido devidamente esclarecida quanto a cada item contido no documento.

Há duas décadas se discute em nível mundial a necessidade de mudanças no modelo de atendimento ao parto. Há grande divergência na literatura quanto aos modelos mais ou menos intervencionistas no que diz respeito aos seus riscos e benefícios, mas observa-se uma tendência a optar-se cada vez mais pelos modelos menos intervencionistas.

Independente do modelo adotado ou preconizado tem-se visto debates acalorados na sociedade e no meio político, onde por um lado atacam-se os médicos por serem mais intervencionistas, e por outro lado atacam-se as entidades não médicas, por não terem o mesmo nível de treinamento para resolução de possíveis intercorrências que possam ocorrer, uma vez que mesmo sendo um evento fisiológico do processo reprodutivo, não é totalmente isento de riscos.

No meio de todo esse debate se encontram as gestantes, que muitas vezes não tem acesso a um pré-natal de qualidade, preocupadas com o momento do parto e em como será seu atendimento.

Os modelos intervencionistas, ainda que estejam sendo substituídos não podem ser totalmente abandonados, visto há situações em que se tornam imperiosos. Por outro lado os modelos não intervencionistas devem estar cientes dos riscos e ter suporte para intervenções quando se fizerem necessárias. O perigo que se observa por um lado é a criminalização de procedimentos médicos por um lado, e a banalização do nascimento como um processo fisiológico sem risco, por outro lado.

A existência da violência obstétrica é um fato inegável e deve ser combatido por todos os envolvidos na assistência materno-infantil. É necessário também mudanças no modelo de Ensino Médico, para que as novas gerações de médicos e obstetras tenham, além do aprendizado técnico, o conhecimento de como realizar um atendimento humanizado e cientificamente embasado no momento do parto.

Há, ainda, a necessidade de: 1. Maior conscientização das gestantes quanto à importância de realizar um pré-natal de qualidade, quanto aos seus direitos e ao papel de cada prestador de assistência no momento do parto; 2. Maior investimento por parte dos órgãos governamentais na assistência básica e no acesso às unidades hospitalares, garantindo à mãe e ao bebê um parto saudável.

Entendemos ser, da maior importância, achar-se um ponto de equilíbrio entre esses modelos, evitando atritos entre médicos, doulas, equipe de enfermagem, pacientes e acompanhantes, uma vez que todos estão interessados no bem estar materno-infantil, cada um com sua visão e com seu papel neste momento importante da vida da mulher. Cada um deles apresenta argumentos legítimos e racionais em defesa de aspectos fundamentais da saúde.

Para sintetizar alguns posicionamentos entre as partes integrantes desse cenário apresentamos o quadro 1 que pode ajudar na continuidade dessa discussão.

Quadro 1. Síntese dos posicionamentos de pacientes e da classe médica.

<i>Argumentos - Violência obstétrica</i>	<i>Argumentos - Violência Contra os obstetras</i>
Mãe separada do bebê	Ofensas verbais, ameaças e agressões físicas.
Cesáreas não informadas, nem pactuadas com a mulher e família.	Exigência de se realizar cesariana sem indicação médica sob ameaça de processo judicial ou agressão física
Impedimento à presença do acompanhante (marido ou outros)	Intimidações para que haja resolução de problemas institucionais como falta de leitos ou insumos
Parto é assunto da família e da mulher, que devem ter protagonismo.	Negação em se aceitar condutas e procedimentos por indicação médica, culpando os mesmos de eventuais intercorrências caso não sejam realizados, alegando não ter conhecimento da real necessidade dos mesmos.
Intervencionismo desnecessário	Questionar a capacidade técnica de indicar e realizar procedimentos, mesmo quando necessários, por achar que não podem mais ser utilizados no cenário atual. Imposição do plano de parto, sem prévia discussão sobre o mesmo.
Falta de informação	Acusar e “condenar” o médico sem que o mesmo tenha oportunidade de explicar os fatos ocorridos, em caso de desfecho negativo para mãe ou feto.
Ofensas, humilhação e expressão de preconceitos arraigados em relação à saúde e à sexualidade da mulher.	Expor fotos e filmagens do médico, sem sua autorização, na TV ou em mídias sociais, com acusações muitas vezes infundadas, com intuito de denegrir sua imagem pessoal e profissional.

Fonte: Construídos pelos autores (2020).

Considerações finais

Os dados apontam para a necessidade de uma conceituação de violência obstétrica, preferencialmente em documentos legais que a defina e criminalize. Tal conceituação auxiliará na identificação e enfrentamento dessas situações. Consideram-se necessárias mudanças nas práticas

assistenciais vigentes, visando reduzir as intervenções desnecessárias e as violações aos direitos das mulheres.

Também se faz necessário pacificar as relações esclarecendo direitos e deveres de todos os atores de modo que os médicos obstetras não se vejam intimidados e acuados em seu trabalho. Afinal, uma sociedade em que há muito litígio, apresenta sinais de falta de diálogo e informação de qualidade para todos.

Referências

ANDRADE, M. A. C.; LIMA, J. B. M. C. O modelo obstétrico e neonatal que defendemos e com o qual trabalhamos. In **Cadernos Humaniza SUS - Humanização do parto e nascimento**, v. 4, p. 19-46. Brasília, DF: UECE/Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos Humaniza SUS - Volume 4: Humanização do parto e do nascimento**. Brasília, DF: UECE/ Ministério da Saúde, 2014. Acesso em 26 de julho, 2016, em http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana**. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) – Brasília, DF: Autor, 2015. Acesso em 15 de agosto, 2015, em http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2015/Relatorio_PCDTCesariana_CP.pdf

CFM. PARECER 32/2018. Interessado: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal; Assunto: Violência Obstétrica; Relator: Cons. Ademar Carlos Augusto, 2018.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. p. 27, 2019.

CREMERJ. RESOLUÇÃO 293/2019. DOERJ 06/02/2019 Parte V, p. 5, Rio de Janeiro, 2019.

DA SILVA, L. J.; DA SILVA, L. R. Mudanças na vida e no corpo: vivências diante da gravidez na perspectiva afetiva dos pais. **Esc. Anna Nery**, v. 13, n. 2, p. 393-401, 2009.

DE OLIVEIRA, A. S. S.; RODRIGUES, D. P.; GUEDES, M. V. C.; FELIPE, G. F.; DE GALIZA, F. T. O acompanhante no momento do trabalho de parto e parto: Percepção de puérperas. **Cogitare Enferm** v. 16, n. 2, p. 247-253, 2011.

DINIZ, S. G.; CHACHAM, A. S. O “corte por cima” e o “corte por baixo”: o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo. **Questões de saúde reprodutiva**, v. 1(1), p. 80-91, 2006.

DINIZ, C. S. G.; d'ORSI, E.; DOMINGUES, R. M. S. M.; TORRES, J. A.; DIAS, M. A. B.; SCHNACK, C. A.; LASNKY, S.; TEIXEIRA, N. Z. F.; RANCE, S.; SANDALL, J. Implementação da presença de acompanhantes durante a internação para o parto: dados da pesquisa nacional Nascer no Brasil. **Cad. Saúde Pública** v. 30 (suppl 1), p. 140-153, 2014.

DODOU, H. D.; RODRIGUES, D. P.; GUERREIRO, E. M.; GUEDES, M. V. C.; LAGO, P. N.; MESQUITA, N. S. A contribuição do acompanhante para a humanização do parto e nascimento: percepção de puérperas. **Esc. Anna Nery** v. 18, n. 2, p. 262-269, 2014.

HEILBORN, M. L.; SALEM, T.; ROHDEN, F.; BRANDÃO, E.; KNAUTH, D.; VÍCTORIA, C.; AQUINO, E.; McCALLUM, C.; BOZON, M. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

SILVA, J. L. E; FERREIRA, E. DA F.; MEDEIROS, M.; ARAÚJO, M. L.; DA SILVA, A.G.C.B.; VIANA, E. DE S. R. Avaliação da adaptação psicossocial na gravidez em gestantes brasileiras. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v. 33, n. 8, p. 182-187, 2011.

MALDONADO, M.T. **Psicologia da Gravidez**, 2013 E-book. Disponível em < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=k2aqCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=gravidez+psicologia&ots=qUmznCDJvb&sig=braBNP_utOR7ocifHqqafDa6GNQ#v=onepage&q=gravidez%20psicologia&f=false >. Acesso em 14 de abril de 2020.

Organização Mundial da Saúde - OMS. (2014). *Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde*. Genebra, 2014.

SANFELICE, C. F. DE O.; ABBUD, F. DA S. F.; PREGNOLATTO, O. S., DA SILVA, M. G.; SHIMO, A. K. K. Do parto institucionalizado ao parto domiciliar. **Revista Rene**, v.15, n. 2, p. 362-370, 2014.

SENS, M. M.; STAMM, A. M. N. DE F. Percepção dos médicos sobre violência obstétrica na sutil dimensão da relação humana e médico-paciente. **Interface- comunicação, saúde, educação**. v. 23, p. 1-16, 2019.

SILVA, T. S.; MELO, R. S.; SODRÉ, M. P.; MOREIRA, R DE C. R.; SOUZA, Z. C. S. N. A extensão universitária e a prevenção da violência obstétrica. **Rev. Ciência Ext.** v. 13, n. 1, p. 176-189, 2017

SOUSA, L. DE A. R.; MORAIS, A. V. Posicionamento FEBRASGO-Violência Obstétrica. P.4-10. 2018

TESSER, C. D.; KNOBEL, R.; ANDREZZO, H. F. A.; DINIZ, S. D. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade**, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015

Lei nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017 DOE: 20.457 Santa Catarina, 2017

Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005. DOU, Brasília, 2005

Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013. DOU, Brasília, 2013

Lei nº 17.137, de 23 de agosto de 2019. DOE, São Paulo, v.129, n. 160, p. 1, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Care in normal birth: a practical guide. Report of a technical working group**. Geneva: Autor, 1996. Acesso em 30 de agosto, 2015, em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/63167/1/WHO_FRH_MSM_96.24.pdf

ZANARDO, G. L. DE P.; URIBE, M. C.; DE NADAL, A. H. R.; HABIGZANG, L. F. Violência obstétrica no Brasil: Uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**. v. 29, p. 1-11, 2017.

Capítulo 7

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS DE ESTOQUE PARA EVITAR OBSOLESCÊNCIA DE MATERIAIS NA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE PAPEL RECICLÁVEL

DOI: 10.29327/5422121.1-7

Leonardo Jeronimo da Silva Junior
Marcelly Teresa da Silva Santos
Roberta Vanessa Aragão Felix da Silva
Joás Tomaz de Aquino

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS DE ESTOQUE PARA EVITAR OBSOLESCÊNCIA DE MATERIAIS NA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE PAPEL RECICLÁVEL

Leonardo Jeronimo da Silva Junior

Marcelly Teresa da Silva Santos

Roberta Vanessa Aragão Felix da Silva

Joás Tomaz de Aquino

RESUMO

A presente pesquisa demonstra a importância de uma gestão de estoques eficiente no setor de almoxarifado, uma vez que o estoque é uma das partes que contempla um valor expressivo do custo de qualquer organização. Existe a necessidade de manter um estoque com alto valor na empresa que foi feito o estudo, uma vez que demandas surgem de forma inesperada e com isto aumenta-se a necessidade de uma administração efetiva. Com o auxílio de conceitos e definições sobre gestão de estoques, gestão de materiais, obsolescência e curva ABC escritos por diversos autores conseguimos base teórica para compreender as principais causas dos problemas relacionados e de forma prática com a experiência e conhecimento da área, como também levantamento dos dados extraídos do sistema em uso e entrevista com profissionais das áreas que se relacionam, conseguimos assim propor sugestões de melhorias que minimizem e eliminem o alto índice de materiais obsoletos, visando posteriormente apresentação do estudo a gestão da área. Os resultados demonstram um aprimoramento significativo no controle gerencial, contribuindo para a redução de perdas e a gestão mais eficiente de estoques excedentes. A pesquisa evidencia que a aplicação da curva ABC exerce um impacto direto nas decisões relacionadas à composição do estoque. Ao promover uma gestão mais precisa, essa abordagem contribui para a minimização de desperdícios e capacita o administrador a realizar investimentos estratégicos com foco na maximização da lucratividade.

Palavras-chave: custos de estoques; obsolescência; gestão de materiais; lucratividade; curva ABC; eficiência; gestão de materiais.

ABSTRAT

This research demonstrates the importance of efficient inventory management in the warehouse sector, since inventory is one of the parts that accounts for a significant amount of the cost of any organization. There is a need to maintain a high-value stock in the company where the study was carried out, since demands arise unexpectedly and thus increase the need for effective administration. With the help of concepts and definitions on inventory management, materials management, obsolescence and the ABC curve written by several authors, they achieved a theoretical basis to understand the main causes of related problems and in a practical way with experience and knowledge of the area, as also raised From the data extracted from the

system in use and interviews with professionals from related areas, we were able to propose suggestions for improvements that minimize and eliminate the high rate of obsolete materials, changes subsequently presented from the study to the management of the area. They demonstrate a significant improvement in the control of managerial results, contributing to the reduction of losses and the more efficient management of surplus stocks. Research shows that the application of the ABC curve has a direct impact on decisions related to stock composition. By promoting more precise management, this approach contributes to minimizing waste and enabling administrators to make strategic investments focused on maximizing profitability.

Key words: inventory costs; obsolescence; materials management; profitability; ABC curve; efficiency; materials management.

1 INTRODUÇÃO

A percepção do valor dos estoques varia conforme a estrutura organizacional, com algumas empresas mantendo estoques de baixo valor em relação aos custos operacionais, enquanto outras possuem estoques significativos, especialmente quando o armazenamento é o foco principal. A globalização, que intensifica a interdependência entre nações e organizações, impacta a produção e oferta de bens, exigindo uma gestão crítica de produtos e processos para manter a competitividade (Hitt; Ireland; Hoskisson, 2018; Alves, 2022).

Para desenvolver estratégias eficazes e aumentar a competitividade, as organizações têm focado na análise detalhada dos custos logísticos. No Brasil, um estudo do Instituto de Logística e Supply Chain (2022) revelou que os custos logísticos representam 12,2% do PIB e consomem, em média, 7,6% da receita líquida das organizações. Entre esses custos, destacam-se os relacionados ao transporte, tecnologia, embalagens e estoque. O gerenciamento de estoques é essencial para garantir o suprimento contínuo de materiais necessários ao processo produtivo e manter a disponibilidade de produtos finais no mercado, especialmente em setores como a indústria de embalagens de papéis recicláveis, onde os materiais frequentemente têm vida útil limitada (Alves, 2022).

A administração de materiais é vital para a eficiência operacional, focando na gestão eficaz dos recursos materiais das organizações. Em setores de larga escala, como produção, logística e estoques, o planejamento e controle de materiais são fundamentais para fornecer suprimentos adequados às operações diárias (Dias, 2023). Contudo, a indústria de embalagens de papéis recicláveis enfrenta o desafio da obsolescência de materiais, principalmente peças para manutenção de máquinas, que têm prazo de validade limitado e estão sujeitas a desgaste natural, tornando parte dos estoques inadequada para uso (Slack *et al.*, 2018).

Nesse contexto, a implementação de estratégias eficazes para a redução de custos de estoque é essencial. Isso pode incluir sistemas de previsão de demanda, políticas de estoque mínimo e máximo, revisões periódicas de estoque e aprimoramento da gestão de fornecedores. A gestão de estoques é um componente crítico na tomada de decisões em muitas empresas, afetada por fatores

como quantidades e condições de estoque (Melchiors *et al.*, 2019).

A problemática de pesquisa é: “Como a implementação de estratégias de gestão de estoques pode contribuir para a redução dos custos relacionados à obsolescência de materiais na indústria de embalagens de papéis recicláveis?”. O objetivo geral é desenvolver uma estratégia de gestão de estoque que reduza custos nessa indústria, prevenindo a obsolescência de materiais e mantendo a disponibilidade dos necessários ao processo produtivo.

Os objetivos específicos incluem identificar itens obsoletos, analisar as causas da obsolescência e propor ações para lidar com esses itens. Este estudo é relevante para aumentar a eficiência operacional, identificando e propondo alternativas para lidar com materiais obsoletos, melhorando a produção e reduzindo custos (Ballou, 2006; Alves, 2022; Nascimento *et al.*, 2023).

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção são apresentados os principais conceitos da literatura, considerados pertinentes para o desenvolvimento do trabalho proposto: gestão de materiais, gestão de estoques, obsolescência de materiais e curva ABC.

2.1 Gestão de Materiais

De acordo com Bernardin e Russell (2015), a administração eficiente de materiais é vital para a sobrevivência e o desempenho operacional da empresa, sendo essencial para evitar atrasos na produção e garantir a satisfação dos clientes. Uma gestão de materiais bem estruturada reduz custos, diminui investimentos em estoques, melhora as condições de compras através de negociações com fornecedores e aprimora a qualidade dos produtos e serviços (Ballou, 2006; Gonçalves, 2020).

Dias, Pimenta e Teixeira (2014) reforçam a ideia de que a gestão de materiais deve ser integrada às demais áreas da empresa, como produção, compras e logística, destacando que essa gestão envolve todo o ciclo de vida do material, desde a definição das necessidades até o descarte adequado. Arnold e Chapman (2006) também enfatizam a importância da gestão de todo o ciclo de vida do produto e a adoção de técnicas como just-in-time e kanban para aumentar a eficiência e reduzir custos.

A gestão da cadeia de suprimentos é uma abordagem que integra os processos de gestão de materiais ao longo de toda a cadeia produtiva, otimizando os fluxos de materiais, financeiros e de informação. Pires (2004) e Christopher (2018) destacam que a redução do lead time traz benefícios como maior capacidade de resposta ao mercado e maior eficiência operacional.

Segundo Gonçalves (2020), o processo de compras envolve o planejamento, acompanhamento e seleção de fornecedores, assegurando que os materiais sejam recebidos no momento desejado e com qualidade. Para garantir a eficácia desse processo, o uso de recursos tecnológicos, como sistemas ERP, é fundamental para organizar e integrar os dados das diversas áreas da empresa.

Diante das diferentes abordagens apresentadas pelos autores, é possível perceber que a gestão de materiais é um tema amplo e complexo, que envolve diferentes processos e atividades dentro da empresa. É importante que as empresas busquem aprimorar a sua gestão de materiais, adotando técnicas e abordagens que permitam reduzir custos, aumentar a eficiência e aprimorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

2.2 Gestão de Estoques

A gestão de estoques é crucial para a eficiência organizacional, abrangendo materiais desde matérias-primas até produtos acabados, garantindo fornecimento contínuo, minimizando custos e atendendo às demandas do mercado (Dias, 2023). Ballou (2006) define estoques como acúmulos de bens que consomem recursos financeiros para sua manutenção, enquanto Moreira (2008) os descreve como bens mantidos de forma improdutiva por algum tempo.

Estoques são fundamentais na cadeia de suprimentos, proporcionando fluxo contínuo de materiais e lidando com incertezas de demanda e produção, como destaca Christopher (2016). Eles atuam como amortecedores, equilibrando flutuações na oferta e demanda, influenciando diretamente os processos produtivos.

Existem diversos tipos de estoques, como matéria-prima, itens em processamento, manutenção e produtos acabados, cada um com papel específico no processo produtivo (Dias, 2019). Dias (2023) alerta que todos os estoques geram custos, incluindo seguros, conservação e obsolescência, sendo a obsolescência um desafio crítico que impacta financeiramente (Ballou, 2006; Gonçalves, 2020).

Estoques também garantem segurança frente a imprevistos, como mudanças climáticas ou deterioração rápida de materiais, requerendo a formação de "estoques de segurança" para manter a qualidade operacional (Novaes, 2021).

A falta de gestão eficiente de estoques afeta diversos departamentos, levando a perdas e alocação excessiva de insumos, com impactos negativos para a empresa (Rigoletto, Pereira e Duran, 2017). Em contrapartida, Vargas, Baccin e Sellitto (2017) destacam que uma gestão eficiente minimiza variabilidade, custos operacionais e melhora a rentabilidade.

Compreender práticas adequadas de gerenciamento de estoques é essencial para otimizar

recursos, atender demandas sem excessos e evitar a obsolescência de materiais, que impacta significativamente os custos de estoque (Nogueira, 2019).

2.3 Obsolescência de Materiais e Curva ABC

A obsolescência de materiais é um desafio significativo para as empresas, ocorrendo quando materiais se tornam obsoletos devido a avanços tecnológicos ou mudanças nas preferências dos consumidores (Goetsch e Davis, 2014; Chopra e Meindl, 2012). Isso pode levar a custos excessivos, perda de eficiência e dificuldades na gestão de estoques (Christopher, 2018). Estoques obsoletos representam uma perda financeira considerável, resultante de mudanças no mercado ou falhas no planejamento da demanda (Ballou, 2007).

Para mitigar a obsolescência, é essencial implementar políticas eficazes de gestão de estoques, incluindo a análise regular de itens obsoletos e a avaliação dos estoques pelo seu valor líquido (Ballou, 2007; Silva, 2019). A gestão eficaz da obsolescência minimiza perdas e otimiza recursos organizacionais. Ballou (2007) enfatiza ainda que estoques obsoletos representam uma perda financeira considerável, pois, além de ocuparem espaço e recursos que poderiam ser utilizados de forma mais eficiente, esses materiais frequentemente não conseguem ser vendidos ou utilizados, levando a perdas que impactam diretamente o lucro da empresa.

Nesse contexto, a Curva ABC, baseada no princípio de Pareto, surge como uma ferramenta crucial para o planejamento logístico e a gestão de estoques, diferenciando itens com base em sua importância (Ballou, 2011; Braga, Pimenta e Vieira, 2008). A curva classifica os itens em três grupos: A, que corresponde a 10-20% dos itens e representa 60-80% do valor; B, que inclui 20-30% dos itens, responsáveis por cerca de 20% do valor; e C, composto por itens de menor importância (Dias, 2011).

A Curva ABC é amplamente utilizada para otimizar a alocação de recursos, priorizando produtos de alta demanda e valor, o que resulta em redução de custos e melhoria da eficiência operacional (Pozo, 2002; Dias, 2023). Além disso, essa ferramenta ajuda a identificar oportunidades de negócio, equilibrando oferta e demanda, o que contribui para a satisfação do cliente (Ravinder; Misra, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Lakatos e Marconi (2010) definem pesquisa científica como "o conjunto de procedimentos racionais e sistemáticos que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos". Essa abordagem assegura a objetividade, validade e confiabilidade dos resultados. O presente

estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, combinando elementos de ambas as abordagens para equilibrar a compreensão contextual e a exploração de padrões estatísticos (Creswell, 2014). Essa combinação permite a análise de questões complexas, utilizando técnicas adequadas para integrar dados qualitativos e quantitativos.

O estudo é exploratório e descritivo (Creswell, 2018), uma etapa essencial para compreender e investigar um fenômeno ou problema. Essa metodologia não só explora novos territórios, mas também identifica áreas que precisam de investigação mais aprofundada. Especificamente, o estudo foca na obsolescência de materiais na indústria de embalagens de papéis recicláveis e nas estratégias para minimizar seu impacto no estoque, oferecendo diretrizes concretas para melhorar a gestão de estoques e reduzir perdas.

A pesquisa utilizou o método de estudo de caso único, explorando a obsolescência ao analisar suas características, dinâmicas e relações com o ambiente. A técnica de triangulação foi escolhida para análise de dados, combinando múltiplas fontes de informação para obter uma compreensão abrangente do fenômeno (Creswell, 2007). Essa escolha se justifica pela constante transformação de materiais em obsoletos na indústria, foco deste estudo.

O levantamento bibliográfico inicial foi seguido pela análise dos registros da empresa e do cenário em que ela opera, resultando em dados sobre mais de 14 mil itens em estoque, dos quais 264 são desclassificados, totalizando mais de R\$ 900.000,00. Entrevistas semiestruturadas com o coordenador do almoxarifado e a supervisora comercial, conduzidas remotamente e gravadas, forneceram insights sobre a estruturação dos estoques e as causas da obsolescência.

A pesquisa empregou entrevistas, análise de documentos internos e observação participante para compreender a gestão de estoques e a obsolescência de materiais. As entrevistas exploraram práticas de gestão e desafios na eficácia do estoque, enquanto a análise de documentos ajudou a identificar padrões de consumo e a evolução dos materiais. A observação participante permitiu uma imersão no ambiente de armazenamento, registrando fluxos de trabalho e pontos de ineficiência. A triangulação desses métodos validou as informações e possibilitou uma compreensão robusta do problema, identificando padrões e áreas que necessitam de melhorias na gestão de estoques e na redução da obsolescência.

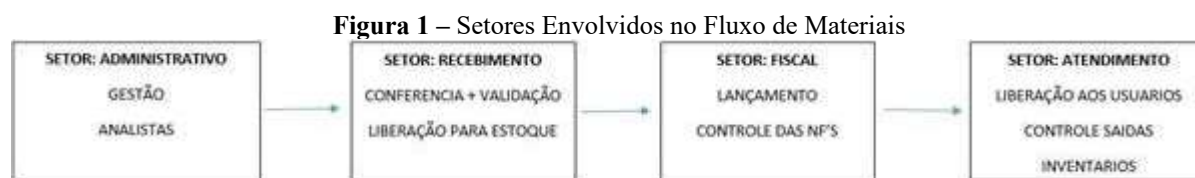
No que tange ao lócus de investigação, a indústria "X", com mais de um século de atuação no mercado e três décadas em Goiana-PE, é líder na produção e exportação de papéis para embalagens no Brasil. O estudo foca no almoxarifado da empresa, onde foram identificados 264 itens obsoletos em estoque, totalizando R\$ 907.637,93 (Dados internos, 2023).

Para gerenciar estoques, a empresa utiliza o sistema SAP (tipo ERP), que integra e padroniza processos, melhorando a eficiência e a tomada de decisões. A reposição de materiais é

baseada nas médias de consumo fornecidas pelo SAP, em conjunto com a equipe de controles, respeitando o lead time para atender clientes internos e externos.

4 RESULTADOS

A figura 1 apresenta o fluxo desde a requisição de materiais, até a chegada dos mesmo no almoxarifado.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A tabela 1 representa o resultado da curva ABC da empresa analisada.

Tabela 1 – Curva ABC

Nº itens	Valor	Curva	% Valor (R\$)	% de itens
86	R\$ 723.661,66	A	79,73%	32,58%
69	R\$ 137.452,78	B	15,14%	26,14%
109	R\$ 46.523,49	C	5,13%	41,29%
264	R\$ 907.637,93			

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O quadro 1 exibe as principais vozes dos itens de classificação “A” na curva de Pareto.

Quadro 1 – Classificação dos itens “A”

Cód. Material	Unidade Medida	Quantidade	Descrição do Material	Valor do Estoque	Percentual	Classificação
40489	CDA	1,000	Lona Sup Ondul BHS DWR 38887	R\$ 37.295,26	4,109%	A
40487	CDA	2,000	Guia IMP	R\$ 16.173,09	1,782%	A
40475	CDA	3,000	Eixo Amarrad RO-TR-C2 Mosca 0601011100	R\$ 15.375,66	1,694%	A
239124	CDA	1,000	Servo REG Ondul ARW 109894002 32	R\$ 14.705,02	1,620%	A
355720	CDA	16,000	Correia Transp 6,30 MM 115,0X 10400MM	R\$ 42.407,48	4,672%	A

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O quadro 2 exibe as principais vozes dos itens de classificação “B” na curva de Pareto.


Quadro 2 – Classificação dos itens “B”

Cód. Material	Unidade Medida	Quantidade	Descrição do Material	Valor do Estoque	Percentual	Classificação
263524	CDA	1,000	Acoplamento IMP	R\$ 2.674,01	0,295%	B
129024	CDA	40,000	Oleo Hidr Cosan 118689	R\$ 2.657,44	0,293%	B
128989	CDA	3,000	Modulo Ondul BHS ARW BHS 102778000 32428	R\$ 2.654,37	0,292%	B
232517	CDA	2,000	Faca Circular A2/1040-IP416	R\$ 2.551,65	0,281%	B
128912	CDA	35,000	Escova Amarrad SEECIL N10	R\$ 2.527,70	0,278%	B

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O quadro 3 exibe as principais vozes dos itens de classificação “C” na curva de Pareto.

Quadro 3 – Classificação dos itens “C”

Cód. Material	Unidade Medida	Quantidade	Descrição do Material	Valor do Estoque	Percentual	Classificação
3418	CDA	 12,000	Correia Transp 4,7X 80,0X 3315MM	R\$ 1.331,87	0,147%	C
74304	CDA	9,000	Lamina Orelha IMP FLEX 5PA 5PA- 53/FGT17	R\$ 1.328,69	0,146%	C
128861	CDA	1,000	Regua Aliment Flexo Gluer 15035	R\$ 1.230,00	0,136%	C
133350	CDA	11,000	Faca Circular 50A- 001 1	R\$ 1.224,50	0,135%	C
128901	CDA	1,000	Correia Transp 3,50 MM 480,00 MM 6100MM	R\$ 1.207,26	0,133%	C

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O quadro 4 apresenta a entrevista feita com o gestor no tópico de gestão de estoques.

Quadro 4 – Entrevistas com a Gestão (Gestão de estoques)

FUND. TEÓRICA	PERGUNTAS	RESPOSTAS
Gestão de Estoque (Dias, 2023)	Como a empresa determina os níveis de estoque para diferentes tipos de materiais?	É determinado de acordo com o estudo de produtividade, que consequentemente se dará ao estudo de mercado. Ou seja, é feito toda uma previsão da demanda anual para aquisição de peças/produtos/insumos necessários para o andamento das máquinas.
	Quais são os principais desafios que a empresa enfrenta na gestão de estoque de materiais para embalagens de papéis recicláveis?	O primeiro desafio é a assertividade e coerência por parte dos profissionais no sentido de demanda do mercado global, mundialmente falando para que não venha ocorrer erros. O segundo desafio, já que se trata de uma empresa de papéis recicláveis, seria o compromisso com o meio ambiente, pois não basta apenas a preocupação com produtividade, custos e afins; existe também esse compromisso ambiental, onde ambos precisam andar juntos. Em outras palavras, é necessário falar o que é produzido, e o que será feito com a destinação dos resíduos. A equipe responsável por realizar esse estudo mercadológico, é o time comercial, onde tem pessoas destinadas ao estudo de gestão de mercado, ou seja, esse time é responsável por projetar o mercado que será vendido os produtos (embalagens de papéis recicláveis).
	Como a empresa	Como temos um critério para que o item se transforme em estocável, e

	lida com itens sazonais ou sujeitos a mudanças na demanda?	dentro desse critério precisamos ter uma visão que ele é um item que vai participar da produtividade. E dentro de 1 ano, por exemplo, que você vai ter algumas trocas, né? Então, ou seja, ele precisa ser um item que vai trocar 2 vezes pelo menos um ano, tá? Se for uma, ele vai ter que responder um questionário de criticidade pra gente ver qual o tamanho da criticidade dele, o nível para que a gente possa manter esse item no estoque, porque a saúde do estoque é não ter um estoque elevado, justamente para não se tornar um estoque obsoleto lá na frente. Então ele tem que ter giro. Então quando a gente fala de itens sazonal que você tem ali esporádico, a utilização dele, a orientação da companhia é que esse item seja adquirido de forma direta, ou seja, o usuário compra ele por fora do estoque e não por dentro do estoque.
--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O quadro 5 expõe a entrevista feita com o gestor no tópico de obsolescência de materiais.

Quadro 5 – Entrevistas com a Gestão (Obsolescência)

FUND. TEÓRICA	PERGUNTAS	RESPOSTAS
Obsolescência (Christopher, 2018)	Como a empresa lida com itens sazonais ou sujeitos a mudanças na demanda?	<p>Como temos um critério para que o item se transforme em estocável, e dentro desse critério precisamos ter uma visão que ele é um item que vai participar da produtividade. E dentro de 1 ano, por exemplo, você vai ter algumas trocas, né? Então, ou seja, ele precisa ser um item que vai trocar 2 vezes pelo menos um ano, tá? Se for uma, ele vai ter que responder um questionário de criticidade pra gente ver qual o tamanho da criticidade dele, o nível para que a gente possa manter esse item no estoque, porque a saúde do estoque é não ter um estoque elevado, justamente para não se tornar um estoque obsoleto lá na frente. Então ele tem que ter giro. Então quando a gente fala de itens sazonal que você tem ali esporádico, a utilização dele, a orientação da companhia é que esse item seja adquirido de forma direta, ou seja, o usuário compra ele por fora do estoque e não por dentro do estoque.</p>
	Quais são os critérios usados para identificar materiais obsoletos no estoque?	<p>Falando do quesito custo, o ideal é existir uma programação para que possíveis compras não se tornem obsoleto. O almoxarifado precisa verificar o giro de determinado material antes da sua aquisição. Um material pode se tornar obsoleto por dois cenários: a máquina que usufrui de X material pode passar por um upgrade onde esse material não se torne mais usável; ou, o upgrade pode partir dos próprios fabricantes do material, onde teria algum tipo de melhoria desse material ou peça e posteriormente, esse material ou peça seria substituído por uma versão melhor, o que faz ele se tornar obsoleto. Para esses casos, o almoxarifado precisa fazer uma análise criteriosa juntamente com o usuário do material para definir se realmente o material se tornará obsoleto, ou seja, que o mesmo não tenha intenções de utilizar o material. Além disso, existe um outro critério onde, se o material tiver 1 ano sem giro, o mesmo já estará em estado de alerta. E se o material estiver há 2 anos sem giro, o mesmo já deverá seguir para o depósito de obsoletos.</p>
	Como a empresa	Ao identificar o material em estado obsoleto, o almoxarifado seguirá

	<p>lida com materiais obsoletos atualmente?</p>	<p>o critério de verificar se as outras unidades da fábrica têm alguma intenção de absorver o determinado material, ou em caso de desinteresse das unidades, o material seguirá para venda em leilão. E em últimos casos (quando os dois casos citados não deem certo), o material segue para descarte. Porém, antes dessa decisão, é feito novamente a averiguação da possibilidade de transferência para outras unidades, ou o leilão. Caso, não tenha jeito depois dessas duas tentativas, o material deve seguir para descarte de maneira regulamentada.</p> <p>Obs: se o material não estiver mais em condição de uso, é necessário fazer a descaracterização do mesmo antes de seguir para o descarte.</p>
--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O quadro 6 expõe a entrevista feita com o gestor no tópico de curva ABC.

Quadro 6 – Entrevistas com a Gestão (Curva ABC)

FUND. TEÓRICA	PERGUNTAS	RESPOSTAS
<p>Curva ABC (Ballou, 2006)</p>	<p>A empresa utiliza a curva ABC na gestão de estoque? Em caso afirmativo, como os itens são classificados?</p>	<p>Hoje na empresa, temos uma classificação que não é uma classificação por material único, ou seja, ele tem uma classificação de curva ABC pelas quantidades do item, então obviamente que se a gente tiver um drive no estoque, o valor de R\$ 100.000,00, por exemplo, ele vai ser um item da curva A. Se a gente tiver 10 rolamentos de R\$100,00, provavelmente ele estará na curva B. Mas se tiver 100 rolamentos, ele vai se tornar na curva A pelo seu montante. Obviamente que temos que olhar para o giro dele, então ele tem que ter o acumulativo de 100 rolamentos durante o seu giro pra gente definir que é uma curva A. Então a gente entende que aquele estoque esta curva A.</p> <p>Agora, quando a gente parte pro obsoleto, o critério é por quantidades também.</p> <p>Então a gente olha para aquele itens e aí esse é um item de curva A, a gente vai ter um critério diferente para analisar o descarte. É enviado para a controladoria, onde a controladoria vai estar avaliando com as áreas também é mais um filtro, né? Se a gente pode seguir com aquele material de fato para obsoleto, ou a gente pode seguir com ele para uma venda. E acionar alguma outra empresa que utiliza aquele item, mesmo sendo o item defasado de repente, não é de sua referência. Talvez ele tenha um reaproveitamento em uma outra fábrica ou até mesmo em outra fábrica que não seja da companhia. Então a gente tem essa oportunidade também de fazer essa avaliação quando o item é o item de curva mais forte, que seria o item curva A. Os itens de curva B e C a gente já não tem um critério forte de avaliação, então como eles são de menor valor, ele parte na mesma condição do leilão e posterior descarte.</p>
	<p>Como a da classificação ABC curva as de influencia decisões estoque?</p>	

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O quadro 7 expõe o plano de ação com foco na redução do estoque obsoleto.

Quadro 7 – Plano de Ação para Redução de Estoques Obsoletos

Objetivo	Ação	Responsável	Prazo	Recursos Necessários
Melhorar softwares de gestão	Avaliar e selecionar novo software	Equipe de Inovação e Tecnologia	120 dias	Orçamento, equipe
	Treinar equipe no uso do novo software	Equipe de Materiais e Suprimentos	120 dias	Material, tempo
Implementar formulários	Desenvolver formulários de avaliação	Equipe de Materiais e Suprimentos	120 dias	Software
	Treinar equipe na utilização dos formulários	Equipe de Materiais e Suprimentos	120 dias	Material, tempo
Análises de mercado precisas	Contratar consultoria especializada	Equipe de Comercial	60 dias	Orçamento, tempo
	Estabelecer cronograma de reciclagem	Equipe de Comercial	60 dias	Tempo, planejamento
Capacitações periódicas	Desenvolver programa de capacitação	Equipe de Comercial	Semestralmente	Material, tempo

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

	Realizar sessões de capacitação periódicas	Equipe de Comercial	Mensal	Orçamento, equipe
Estudos de transferências	Analisar viabilidade de transferências	Analistas de Almoxarifado	Mensal	Orçamento, equipe
	Implementar transferências viáveis	Analistas de Almoxarifado	Mensal	Orçamento, equipe
Monitoramento e revisões	Estabelecer sistema de monitoramento	Equipe de Materiais e Suprimentos + Controladoria	Mensal	Software, tempo
	Revisar e adaptar planos conforme necessário	Equipe de Materiais e Suprimentos + Controladoria	Mensal	Tempo, planejamento

5 DISCUSSÕES

Esta seção apresenta uma análise detalhada da empresa estudada, abordando seu histórico no setor, incluindo o tempo de atuação, juntamente com a descrição do fluxo adotado para gerenciar os materiais armazenados em seu estoque.

5.1 Fluxo Atual do Almoxarifado

É essencial compreender o fluxo de materiais dentro do almoxarifado, pois esse processo desempenha um papel fundamental na eficiência operacional e na gestão dos estoques. Para visualizar esse fluxo de forma mais clara, foi apresentado por meio da figura 1 (pág 16), o detalhamento das etapas e os setores envolvidos no gerenciamento dos materiais.

O processo descrito na Figura 1 demonstra a complexidade e a interdependência das atividades desempenhadas em cada estágio do fluxo de materiais, evidenciando a importância de uma gestão estratégica e integrada para garantir a eficácia na administração dos estoques.

No contexto das operações do almoxarifado, o fluxo atual segue um processo estruturado para garantir a eficiência na gestão de materiais. Inicia-se com a análise das requisições por parte dos analistas de materiais e suprimentos, responsáveis por validar os pedidos de compra e estabelecer parâmetros, como o *lead time* e as quantidades mínimas para reposição.

Seguindo adiante, o processo de recebimento é executado com precisão, envolvendo a conferência que avalia tanto a qualidade quanto a quantidade dos volumes recebidos. Após essa verificação, há a autorização para a guarda dos materiais, uma etapa que ocorre após o lançamento das notas fiscais, pelo setor fiscal.

O controle diário do estoque é conduzido pelos almoxarifes do turno, que desempenham um papel fundamental na liberação e na manutenção da acuracidade do inventário, garantindo a conformidade e a exatidão das informações.

5.2 Critérios de Compras utilizados pela Empresa X

A empresa adota um processo detalhado para a seleção de fornecedores parceiros que abasteçam suas necessidades. As solicitações são enviadas pelos usuários, predominantemente engenheiros e planejadores de manutenção, que destacam as demandas e o prazo necessário para instalação em máquinas e equipamentos.

Os analistas do almoxarifado, responsáveis pela gestão dessas solicitações, criam RC's (Requisições de Compras), as quais são encaminhadas à equipe de compras. Esta equipe, por sua vez, realiza a busca e a seleção de fornecedores previamente homologados e aptos a fornecer os produtos necessários. A escolha de tais fornecedores segue um conjunto de critérios que incluem histórico de entrega, conformidade com padrões de qualidade, capacidade de fornecimento consistente e alinhamento com as políticas de sustentabilidade da empresa.

Ainda, a Empresa X mantém um relacionamento contínuo e estratégico com seus fornecedores, realizando avaliações regulares que vão além do desempenho comercial. Estas avaliações também contemplam aspectos éticos, sociais e ambientais, refletindo o compromisso da empresa com práticas responsáveis de aquisição e suprimentos.

5.3 Curva ABC

A empresa X possui critérios rigorosos para classificar materiais estocados como obsoletos. Isso pode ocorrer quando uma máquina passa por um upgrade que torna o material inutilizável, ou

quando os fabricantes lançam versões melhoradas do material. Nessas situações, o almoxarifado, junto com o usuário do material, avalia a real necessidade de mantê-lo em estoque. Além disso, materiais sem movimentação por 1 ano são considerados em estado de alerta, e após 2 anos, são transferidos para o depósito de obsoletos.

O estudo aplicou o princípio da Curva ABC, que segue o Princípio de Pareto, onde 20% dos itens (Classe A) representam 80% do valor total. A Classe B inclui 30% dos itens, responsáveis por 15% do valor, e a Classe C, com 50% dos itens, contribui com apenas 5% do valor. Os itens da Classe A, de alta relevância financeira, representam cerca de 32,58% do número total de itens obsoletos, mas correspondem a 79,73% do valor. Esses itens, sem movimentação por 2 anos e sem previsão de uso, exigem gestão rigorosa.

A Classe B, com 26,14% dos itens, representa 15,14% do valor e também requer atenção. A Classe C, com 41,29% dos itens, contribui com apenas 5,13% do valor e pode ser gerenciada com mais flexibilidade. A empresa verifica com os usuários a possibilidade de reutilização ou transferência dos materiais entre unidades. Em último caso, os itens são descaracterizados e descartados.

5.4 Entrevistas com a Gestão

As entrevistas realizadas com os gestores e líderes da empresa “X” desempenham um papel fundamental na compreensão aprofundada dos desafios enfrentados na gestão de estoques e na identificação de estratégias para lidar com a obsolescência de materiais. Essa seção destaca os principais pontos discutidos durante essas interações e as informações obtidas diretamente da perspectiva da gestão.

Diante o cenário obtido por meio da Curva ABC (tabela 1) que foi apresentado anteriormente, nesta sessão, foi realizado uma entrevista com coordenador de almoxarifado.

O recorte apresentado por meio do (quadro 4), revela, em um primeiro momento, que a determinação dos níveis de estoque é resultado de um estudo metódico que considera a produtividade e, conseqüentemente, a previsão da demanda anual. A empresa se apoia fortemente no estudo de mercado para adquirir os materiais essenciais ao funcionamento das máquinas.

Os desafios enfrentados na gestão de estoque de materiais para embalagens de papéis recicláveis são diversos. Além da necessidade de precisão na demanda global para evitar erros, a empresa destaca a importância de conciliar essa demanda com seu compromisso ambiental. O cuidado com a destinação dos resíduos é tão relevante quanto a produtividade e os custos.

No que diz respeito aos itens sazonais ou sujeitos a mudanças na demanda, a empresa estabelece critérios específicos. Os materiais devem ter um movimento considerável dentro de um

período determinado, pelo menos duas vezes ao ano, para serem mantidos no estoque. Caso contrário, são considerados para aquisição direta pelo usuário, fora do estoque.

Essas respostas refletem a importância de uma gestão estratégica de estoque, alinhada tanto com as necessidades do mercado quanto com os compromissos ambientais da empresa. O equilíbrio entre esses fatores é crucial para a eficiência operacional e a sustentabilidade dos negócios.

No quadro 5 é detalhado os Critérios de Obsolescência utilizados pela empresa X.

Quando questionados sobre esses itens, os entrevistados destacaram a importância de um critério específico para transformar um item em estocável. Esse critério envolve a participação ativa do item na produtividade, exigindo, por exemplo, que o material tenha uma rotatividade mínima de duas vezes por ano para permanecer no estoque. Itens com menor rotatividade passam por uma avaliação de criticidade, determinando o nível de importância para manter esse item no estoque.

No caso de itens sazonais ou esporádicos, a orientação da empresa é que sejam adquiridos de forma direta, ou seja, o usuário adquire esses itens por fora do estoque. Isso demonstra uma abordagem específica para itens com baixa demanda ou uso esporádico, mantendo-os fora do estoque regular para evitar a obsolescência.

Quanto aos critérios para identificar materiais obsoletos, os entrevistados ressaltaram a importância de considerar não apenas questões financeiras, mas também mudanças tecnológicas e upgrades que tornam certos materiais obsoletos. Critérios de inatividade também foram mencionados: um material com um ano sem movimento já está em estado de alerta, enquanto dois anos sem movimento levam o material ao depósito de itens obsoletos.

Em relação ao tratamento dado a materiais obsoletos, a empresa adota um procedimento hierárquico. Inicialmente, verificam se outras unidades da empresa têm interesse em absorver esses materiais. Se não houver interesse, os materiais podem ser vendidos em leilão. E, por fim, caso nenhuma das opções anteriores seja viável, os materiais seguem para um processo regulamentado de descarte.

No quadro 6 apresenta-se a parte da entrevista sobre a aplicação da Curva ABC na gestão de estoques. Essa classificação (quadro 6), é determinada principalmente pela quantidade e valor acumulado de determinado item em estoque. Itens com maior valor, mesmo em menor quantidade, são designados como pertencentes à curva A, enquanto itens com valores menores e maiores quantidades podem ser identificados como pertencentes à curva B ou C, dependendo do seu montante total.

O critério de classificação também considera o giro dos itens. Para que um item seja categorizado como curva A, ele precisa alcançar um determinado acumulado de movimentação, garantindo que sua importância seja avaliada além do simples valor. Essa abordagem reflete a

importância do equilíbrio entre a quantidade e a relevância financeira de um item no contexto do estoque.

No que se refere aos itens obsoletos, especialmente os da curva A, há um processo mais detalhado para avaliar o descarte. A controladoria é envolvida para uma análise mais aprofundada, juntamente com outras áreas, visando determinar se o item pode ser considerado obsoleto ou se há oportunidades de venda ou realocação para outras empresas. Itens das curvas B e C (quadros 2 e 3), devido ao seu menor valor, são direcionados mais prontamente para leilão e eventual descarte.

5.5 Proposta de Mitigação de Obsolescência na Gestão de Estoques

Após análise, foram identificadas áreas críticas na gestão de estoques que influenciam a obsolescência de materiais. Para abordar esses desafios, algumas estratégias são propostas.

Primeiramente, recomenda-se aprimorar os softwares de gestão de estoque, adotando soluções mais precisas e atualizadas, acompanhadas de treinamentos detalhados para a equipe. Além disso, propõe-se implementar formulários padronizados para avaliar criticamente itens antes de entrarem no estoque, filtrando materiais suscetíveis à obsolescência.

Outro ponto é a melhoria dos estudos de mercado, com consultorias externas e benchmarking, permitindo revisões periódicas alinhadas aos objetivos da empresa. Paralelamente, serão implementados programas regulares de capacitação, abrangendo tanto conhecimento teórico quanto prático das ferramentas tecnológicas.

Para os materiais já obsoletos, será conduzido um estudo para transferi-los para outras unidades da empresa ou, caso não sejam absorvidos, serão descaracterizados e descartados, liberando espaço nos galpões.

Essas ações visam não apenas diminuir a obsolescência, mas também melhorar a eficiência operacional, minimizar perdas financeiras e otimizar o espaço de armazenamento.

5.6 Plano de Ação para Mitigação de Estoque Obsoleto

Na busca por soluções práticas para lidar com a obsolescência de estoques identificada, propõe-se um plano de ação estruturado (quadro 7), com medidas tangíveis e aplicáveis para mitigar o impacto negativo da obsolescência, fortalecendo a gestão de estoques da empresa.

Este plano de ação (quadro 7), foi desenvolvido com base nas conclusões obtidas na análise dos estoques obsoletos e tem como finalidade promover a eficiência operacional e financeira da empresa. A implementação dessas estratégias visa não apenas mitigar o impacto da obsolescência, mas também estabelecer práticas preventivas para garantir a sustentabilidade do estoque a longo prazo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal diagnosticar as potenciais origens dos estoques obsoletos em uma indústria do ramo de embalagens de papéis recicláveis, e como esses estoques impactam o resultado final da empresa. Atualmente, é evidente o aumento da competitividade entre as organizações, que se esforçam para conquistar novas fatias de mercado em meio a uma disputa globalizada. Para se manterem ativas nessa competição, as empresas precisaram se adaptar às constantes mudanças nas demandas e comportamentos dos clientes.

Nesse contexto, a busca por maior lucro e a redução de custos tornam-se imperativos, refletindo a realidade da organização estudada. É crucial manter um equilíbrio nos estoques de matéria-prima, visto que, como destacado ao longo deste trabalho, ter material obsoleto nas prateleiras equivale a ter recursos financeiros que não podem ser aproveitados.

O gerenciamento de estoques, muitas vezes negligenciado, pode resultar em lucros ou perdas substanciais. A gestão eficiente dos estoques, aliada à previsão de demanda, é essencial para que a organização esteja preparada para atender às exigências do mercado e dos clientes. Isso implica manter um estoque saudável que possa atender à demanda com o menor custo de manutenção possível.

Este estudo identificou diversas causas de obsolescência de materiais, sendo a principal delas o mau planejamento resultando em compras em excesso; má comunicação com as áreas que irão utilizar os materiais. A agilidade em atender à demanda de algum maquinário, que embora crucial, muitas vezes resulta em riscos de obsolescência justamente devido a falta de planejamento pulando as etapas do processo de compras.

É crucial destacar que itens obsoletos afetam negativamente o capital de giro da empresa, uma vez que o investimento em matéria-prima não se converte em produtos acabados e faturados para o cliente. Além disso, a necessidade de um acompanhamento específico via sistema é evidente, permitindo que todas as alterações sejam registradas de maneira eficaz para facilitar o acesso a informações no futuro.

A sugestão de implementação de estratégias no sistema e no processo para evitar a entrada de novos itens obsoletos, visando a manutenção de um estoque saudável, é uma conclusão prática e alinhada com os desafios identificados ao longo da pesquisa. Isso demonstra uma preocupação com a eficiência operacional e a sustentabilidade financeira a longo prazo da empresa.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. V. P. **Aplicação da gestão de estoque**: um estudo de caso numa siderúrgica para a

redução de obsolescência de estoque de fio-máquina. 2022. 65 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, João Monlevade, 2022.

ARNOLD, J. R. T.; CHAPMAN, S. N. **Introduction to materials management**. 6. ed. New Jersey: Pearson, 2006.

BALLOU, R. H. **Business logistics/supply chain management: planning, organizing, and controlling the supply chain**. 5. ed. [S. l.]: Pearson Education, 2007.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Logística Empresarial**. Porto Alegre: Bookman, 5. ed., 2006.

BALLOU, R. H. **Logística: administração da cadeia de suprimentos**. [S. l.]: Pearson, 2011.

BERNARDIN, H. J.; RUSSELL, J. S. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BOWERSOX, D. J. *et al.* **Gestão logística da cadeia de suprimentos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BRAGA, L. M.; PIMENTA, C. M.; VIEIRA, J. G. V. Gestão de armazenagem em um supermercado de pequeno porte. **Revista P&D em Engenharia de Produção**, [S. l.], n. 8, p. 57-77, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Vidal-Vieira/publication/228673906_Gestao_de_armazenagem_em_um_supermercado_de_pequeno_porte/links/548065c70cf2ccc7f8bcd33f/Gestao-de-armazenagem-em-um-supermercado-de-pequeno-porte.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Supply chain management: strategy, planning, and operation**. 5. ed. [S. l.]: Pearson, 2012.

CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 4. ed. São Paulo: Cengage, 2018.

CHRISTOPHER, M. **Logistics & Supply Chain Management**. 5. ed. [S. l.]: Pearson, 2016.

CRESWELL, J. W. **Educational Research: pearson new international edition pdf ebook: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research**. 4. ed. [S. l.]: Pearson, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRESWELL, J. W. **Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

CRESWELL, J. W. **Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, M. A. P.; PIMENTA, R. S.; TEIXEIRA, R. **Gestão de materiais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: princípios, conceitos e gestão. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

GOETSCH, D. L.; DAVIS, S. **Quality management for organizational excellence**: introduction to total quality. 7. ed. [S. l.]: Pearson, 2014.

GONÇALVES, P. **Administração de Materiais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégica**: Competitividade e globalização – Conceitos. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522127986/pageid/1>. Acesso em: 19 maio 2023.

INSTITUTO DE LOGÍSTICA E SUPPLY CHAIN. **Gestão de Estoques**. Ilos. 2022. Disponível em: <https://www.ilos.com.br/web/solucoes-por-tema/gestao-de-estoques/>. Acesso em: 19 maio 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELCHIORS, G. *et al.* Previsão de Demanda e Gestão de Estoque: um estudo realizado em uma empresa de polpas de fruta. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 39., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ENEGEP, 2019. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_291_1641_37429.pdf. Acesso em: 12 abr. 23.

MOREIRA, D. A. **Administração da Produção e Operações**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NASCIMENTO, A. N. *et al.* **Gestão de estoques**: a importância da acuracidade de estoque. 2023. Disponível em: ric.cps.sp.gov.br. Acesso em: 12 abr. 23.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**: estratégia, operação e avaliação. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

PIRES, S. R. I. **Gestão da cadeia de suprimentos**: conceitos, estratégias, práticas e casos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAVINDER H.; MISRA, R. B. ABC Analysis For Inventory Management: Bridging The Gap Between Research And Classroom. **American Journal Of Business Education**, [S. l.], v. 7, n. 3., 257 – 263, 2014. Disponível em: <https://clutejournals.com/index.php/AJBE/article/view/8635>. Acesso em: 19 maio 2023.

RIGOLETO, A. A.; PEREIRA, E. M.; DURAN, J. E. A gestão de estoque como ferramenta

estratégica na redução de custos. **Revista Eletrônica Organizações e Sociedade**, v. 6, n. 6, p. 103-114, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321992787_A_GESTAO_DE_ESTOQUE_COMO_FERRAMENTA_ESTRATEGICA_NA_REDUCAO_DE_CUSTOS. Acesso em: 19 maio 2023.

SILVA, D. V. **Gestão de estoques: métodos de controle e avaliação utilizados pelos varejistas na cidade de Delmiro Gouveia – Al.** 2019. 72 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5291/1/Gest%C3%A3o%20de%20estoques%20m%C3%A9todos%20de%20controle%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20utilizados%20pelos%20varejistas%20na%20cidade%20de%20Delmiro%20Gouveia%20-%20AL.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

SLACK, N; BRANDON-JONES, A; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VARGAS, E. J.; BACCIN, B.; SELBITTO, M. A. Análise integrada para a tomada de decisão: os efeitos da modelagem no gerenciamento de estoques e o impacto sobre o indicador de rentabilidade - ROI. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 17, n.1, p. 325- 350, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/2556>. Acesso em: 19 maio 2023.

VIANA, J. J. **Administração de Materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2006.



Capítulo 8

AUTOAVALIAÇÃO DAS ESCOLAS? SIM, MAS...

DOI: 10.29327/5422121.1-8

Maria da Conceição Gomes Lamela Silva



AUTOAVALIAÇÃO DAS ESCOLAS? SIM, MAS...

Maria da Conceição Gomes Lamela Silva

Palavras-chave: Autoavaliação. Avaliação externa. Qualidade. Melhoria.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo a partilha dos resultados de um projeto de investigação que se encontra em desenvolvimento e cuja temática central é a avaliação das escolas, focando-se, contudo, num dos domínios de análise estabelecidos: a implementação do processo de autoavaliação.

Com efeito, a avaliação das escolas tem mobilizado os diversos atores educativos, bem como os responsáveis pelas políticas educacionais, numa perspetiva de melhoria do serviço prestado pelas escolas, por um lado, o do próprio sistema educativo, por outro. Segundo Lima (2015, p. 1341), “a avaliação tornou-se o cerne da política educacional”, transparecendo uma imagem de inevitabilidade da avaliação nas diversas dimensões da organização escolar, desde a avaliação dos alunos, dos docentes, das próprias instituições educativas, sendo, deste modo, a avaliação entendida “como a solução para os problemas de ineficácia que afetam muitos serviços e instituições e como meio para melhorar o seu funcionamento” (Morgado, 2016, p. 55).

Emerge, assim, tanto dos normativos vigentes, como dos discursos políticos, a autonomia das escolas como a forma através da qual estas podem alcançar maior poder decisório nas diversas vertentes do funcionamento das organizações educativas, ou seja, ao nível organizacional, curricular e pedagógico, com a conseqüente necessidade de autorregular o seu desempenho.

Deste modo, estaremos na presença de “uma conceção instrumental e técnica de autonomia, enquadrada num modelo de administração educativa do tipo centralizado” (Torres, 2011, p. 95), onde esta pretensa autonomia constitui um dos argumentos justificativos da implementação de processos de avaliação, nomeadamente das organizações escolares. Lima (2015, p. 1341) refere tratar-se de “uma autonomia, sobretudo retórica, por parte das escolas, as quais permanecem subordinadas a uma administração fortemente centralizada, a uma direção atópica, ou fora do seu

lugar, localizada nos serviços concentrados e desconcentrados do Ministério da Educação, e não no interior da escola”. Também Afonso (2010, p. 359) sublinha que “a autonomia das escolas, mais retórica do que real, acaba assim por ser um pretexto para a avaliação e para a responsabilização dos sujeitos”.

De acordo com Azevedo (2002), a crescente autonomia da escola implica, inevitavelmente, processos rigorosos de avaliação e prestação de contas à comunidade em que aquela se insere. É exigida uma avaliação de qualidade, pautada por padrões de utilidade, exequibilidade, legitimidade e exactidão, própria de uma sociedade democrática (Alaiz, Góis & Gonçalves, 2003).

Santos Guerra (2002) salienta a implementação de processos de avaliação que abarquem o funcionamento holístico da escola, nas várias dimensões da realidade organizacional, que permitam às comunidades educativas conhecer a forma como são geridos os recursos disponíveis e quais os resultados alcançados.

Analisando a relação entre avaliação e qualidade, Morgado (2016, p. 56) destaca o papel da avaliação

“se concebida e realizada em torno de dois referentes principais:

- a) a descentralização, decorrente de uma efetiva delegação de poderes e do aumento da autonomia das instituições, a que se associa tanto a responsabilização como a prestação de contas;
- b) a definição de metas e objetivos, com a consequente previsão de resultados, o que faz da recolha de informação e da avaliação elementos preponderantes no final desse processo”.

Com a publicação da Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, é aprovado o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, num processo que assenta na complementaridade entre a autoavaliação, a realizar no seio de cada organização escolar, e a avaliação externa, a desenvolver no âmbito nacional ou por área educativa.

A referida lei determina os termos de análise em que deve assentar o processo avaliativo, os quais correspondem, sumariamente, ao grau de concretização do projeto educativo; à realização de atividades promotoras do desenvolvimento integral dos alunos; ao desempenho dos órgãos de administração e gestão, bem como das estruturas de orientação educativa; aos níveis de sucesso educativo dos alunos e, por último, à promoção de uma cultura de colaboração entre todos os elementos da comunidade educativa.

Perante este quadro legislativo, fica patente a relação entre a autonomia e avaliação, porquanto a primeira só será verdadeiramente alcançada pelas escolas quando estas desenvolverem os seus próprios processos de avaliação, que deverão conduzir à gradual melhoria do serviço educativo prestado à comunidade, envolvendo e implicando todos os atores educativos.

Iniciado em 2006, o atual programa de avaliação externa das escolas configura um percurso contínuo de mudança e melhoria do modelo subjacente, contando com contributos diversos, consubstanciados nos grupos de trabalho criados, ao longo do processo, para o efeito. Tutelado pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, está em curso o terceiro ciclo de avaliação externa das escolas, iniciado em 2018, após a conclusão dos primeiro e segundo ciclos, que decorreram entre 2006 e 2011 e de 2011 a 2017, respetivamente.

Das várias alterações ocorridas ao longo do processo, importa aqui salientar o destaque assumido pela autoavaliação que, no terceiro ciclo e no que concerne ao quadro de referência subjacente, surge como domínio autónomo e o primeiro a ser considerado.

Independentemente das mudanças implementadas em cada um dos ciclos avaliativos, considera-se que a avaliação externa das escolas preservou os objetivos delineados em consonância com a Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, “nomeadamente ao nível da regulação da educação, da melhoria da qualidade do sistema educativo, do sucesso educativo, do desenvolvimento da comunidade educativa, da garantia da credibilidade do desempenho das escolas” (Sousa, Maia, Morgado & Pacheco, 2021, p. 29).

2. METODOLOGIA

É neste contexto de implementação do terceiro ciclo de avaliação externa das escolas, onde é dado efetivo enfoque ao processo de autoavaliação desenvolvido pelas mesmas, que procuramos compreender os contributos propiciados pela autoavaliação no contexto da avaliação institucional e a sua relação com a avaliação externa, na perspetiva dos vários atores educativos.

A investigação em curso contempla, assim, dois estudos de caso (Stake, 2007; Morgado, 2013) onde a análise documental (cujo *corpus* corresponde a documentos produzidos por entidades diversas), o inquérito por entrevista (individual e focal) e o inquérito por questionário são as técnicas de recolha de dados privilegiadas. Para a análise dos dados recolhidos, recorreu-se à análise de conteúdo e a procedimentos estatísticos (frequência, média, desvio padrão e coeficiente de correlação).

Tratando-se de um recorte do projeto de investigação, neste momento centraremos a análise e discussão dos dados recolhidos através de entrevistas realizadas aos diretores e aos coordenadores das equipas de autoavaliação de dois agrupamentos de escolas localizados na região norte do país, intervencionados nos três ciclos de avaliação externa, com um contexto organizacional semelhante e com resultados distintos no terceiro ciclo de avaliação, particularmente no domínio da autoavaliação. Trata-se, portanto, de um estudo de natureza qualitativa, com recurso a inquérito por entrevista, semiestruturada, em termos de técnica de recolha de dados.

A partir da questão de investigação definida - *Que perspetivas têm os diferentes atores educativos sobre os processos e as práticas de autoavaliação no contexto da avaliação institucional?* – estabeleceram-se três domínios de análise, a partir dos quais de estruturaram os diversos instrumentos de recolha de informação, a saber: conceções de autoavaliação; implementação do processo de autoavaliação e efeitos da autoavaliação.

Como já referido, centramos a presente reflexão na dimensão relativa à implementação do processo de autoavaliação, focada na perspetiva dos diretores e dos coordenadores das equipas de autoavaliação dos agrupamentos de escolas abrangidos pelo estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Da análise às entrevistas realizadas ressaltam cinco áreas onde são identificados constrangimentos mais significativos à implementação do processo de autoavaliação: constituição da equipa, formação qualificada, abrangência e focos da avaliação, gestão do tempo e instrumentos de recolha de informação.

A constituição da equipa de autoavaliação é assinalada, desde logo, como a primeira dificuldade com que o diretor se confronta para a implementação do processo. Esta prende-se, por um lado, com a disponibilidade e o interesse dos membros da comunidade educativa para integrar a equipa e, por outro, com certos constrangimentos legais na distribuição do serviço, nomeadamente do serviço docente. Acresce, nesta matéria, a prevalência de um corpo docente mais envelhecido, que, de acordo com a perspetiva dos diretores e dos coordenadores das equipas de autoavaliação, se revela menos motivado para o desempenho de mais estas funções relativas à autoavaliação da escola. Decorre daqui um outro fator assinalado como um constrangimento a não descurar, ou seja, o excesso de trabalho com que se deparam os docentes no contexto educativo atual. O facto de a autoavaliação ser vista por uma parte substancial da comunidade educativa como um processo

muito burocratizado também interfere negativamente na disponibilidade e interesse em integrarem a respectiva equipa.

No que concerne à formação, os entrevistados apontam a ausência ou escassez de oferta de formação específica na área da avaliação das escolas como um fator relevante nas dificuldades sentidas na implementação da autoavaliação. Em consequência desta, resulta a falta de pessoal docente qualificado nas escolas para desenvolver, com a desejável qualidade, a avaliação institucional.

A definição da abrangência e dos focos da avaliação afigura-se como outro dos constrangimentos assinalados. Estes relacionam-se, de um modo geral, com a avaliação de alguns domínios do funcionamento da escola, com particular destaque para dimensões relacionadas com a liderança, quer de topo, quer das lideranças intermédias. A sistematicidade do processo de autoavaliação surge também destacada como uma dificuldade significativa com que a escolas se deparam e que se encontram intrinsecamente relacionada com a complexidade das organizações escolares.

Os diretores referem ainda que as limitações na gestão do tempo têm impacto negativo na implementação do processo de autoavaliação. Assim, assinalam a ausência de qualquer referência legal a um crédito horário específico para o exercício das funções de coordenação da autoavaliação como uma dificuldade significativa na gestão do próprio processo. Entendem, igualmente, que o crédito horário disponível é limitado, sujeito a muitas solicitações, nomeadamente as atividades de apoio direto aos alunos, pelo que a sua utilização para funções ou atividades relativas à avaliação da escola é muito limitada. Neste âmbito, é ainda relevada a dificuldade de participação na equipa dos elementos não docentes, com destaque para os assistentes técnicos e operacionais, decorrente dos seus próprios horários de trabalho e da escassez de recursos, o que limita a sua disponibilidade de tempo para colaboração nas diferentes fases do processo autoavaliativo.

Quanto à elaboração e à aplicação dos instrumentos de recolha de dados, é destacada a dificuldade subjacente à sua construção, particularmente. Os entrevistados referem a facilidade de acesso pela generalidade dos elementos da comunidade educativa a equipamentos eletrónicos que facilitam a aplicação digital dos instrumentos de recolha de informação, nomeadamente os inquéritos por questionário. Todavia, apontam dificuldades na construção dos itens dos referidos questionários, que podem mesmo condicionar os resultados obtidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando tecer algumas breves considerações acerca da análise dos dados apresentados, importará salientar que, em qualquer um dos agrupamentos de escolas abrangidos pelo estudo - que, como já referido, obtiveram diferentes classificações no domínio da autoavaliação na avaliação externa - foram salientados constrangimentos no que concerne à implementação da sua autoavaliação. Verifica-se, porém, que em nenhum dos casos tais dificuldades foram impeditivas da operacionalização da mesma.

Ficou de igual modo bem patente a interferência da liderança na qualidade do trabalho desenvolvido, ou seja, uma liderança mais comprometida com o processo autoavaliativo conduz a resultados mais impactantes na organização, desde o envolvimento dos diversos membros da comunidade educativa nas várias etapas da avaliação até à sua própria sustentabilidade.

Será igualmente de salientar que certas circunstâncias ou aspetos referidos por alguns dos entrevistados como fatores que interferem negativamente na implementação do processo autoavaliativo, são encarados por outros como oportunidades de melhoria e, portanto, aproveitados para incrementar mudanças no seio da organização escolar. De facto, muitas das limitações assinaladas afiguram-se passíveis de serem debeladas a partir de opções de gestão, no âmbito das competências dos diretores e da autonomia das escolas.

Nos dois agrupamentos de escolas em estudo, independentemente das dificuldades assinaladas e dos resultados obtidos no domínio da autoavaliação no contexto da avaliação externa, os entrevistados reconhecem a importância da implementação da autoavaliação da escola, desde logo por viabilizar o autoconhecimento e estimular a autorreflexão no seio da comunidade educativa. Concomitantemente, salientam a influência da avaliação externa na indução de práticas de autoavaliação e no crescente reconhecimento da parte da comunidade da sua importância para a melhoria da qualidade do serviço prestado. Nesse sentido, reconhecem a necessária complementaridade entre autoavaliação e avaliação externa, que devem operar numa lógica de cooperação.

Em jeito de conclusão, considera-se que para o incremento de práticas autoavaliativas consistentes e consequentes é imprescindível um planeamento estratégico da autoavaliação. Neste, impõe-se a conceção do processo de autoavaliação em estrita articulação com os documentos orientadores da política educativa da escola, de modo a proporcionar uma visão holística da organização escolar. Será também importante a definição de um plano de implementação da autoavaliação para um período temporal pré-estabelecido (ciclo avaliativo) e bem como a constituição da equipa de autoavaliação em consonância com o período temporal definido.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. Políticas educativas e auto-avaliação da escola pública portuguesa: apontamentos de uma experiência". *In: Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, Vol. 21, n.º 46, 2010. p. 343-362.
- ALAIZ, V., GÓIS, E. & GONÇALVES, C. **Auto-avaliação de escolas: pensar e praticar**. Porto: Edições Asa, 2003.
- AZEVEDO, J. et al. (Eds.). **Avaliação de escolas: consensos e divergências**. Porto: Edições Asa, 2002.
- LIMA, L.C. A avaliação institucional como instrumento de racionalização e o retorno à escola como organização formal. *In Educ. Pesqui.*, São Paulo, Vol. 41, n.º especial, 2015. p. 1339-1352.
- MORGADO, J. C. **Estudo de caso**. Santo Tirso: De Facto, 2013.
- MORGADO, J. C. Da qualidade da avaliação à de qualidade. *In* O. S. Oliveira, S. P. Pereira & N. P. Drabach (Org.), **Políticas e gestão da educação: olhares críticos em tempos sombrios**. Curitiba: UTFPR Editora, 2016. p. 52-69.
- SANTOS GUERRA, M. A. **Entre bastidores. O lado oculto da organização escolar**. Porto: Edições Asa, 2002.
- SOUSA, J., MAIA, I. B., MORGADO, J. C. & PACHECO, J. A. Avaliação institucional de escolas no quadro da globalização, internacionalização e *accountability*. *In* D. A. Peralta & J. A. Pacheco (Orgs.), **Currículo e avaliação externa. Entre políticas internacionais e práticas nacionais**. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2021.
- STAKE, R. **A arte de investigação com estudos de caso**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- TORRES, L. L. A construção da autonomia num contexto de dependências. Limitações e possibilidades nos processos de (in)decisão na escola pública. *In Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 32, p. 91-109, 2011.



Capítulo 9

TELETRABALHO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE: CONTEXTO E DESAFIOS

DOI: 10.29327/5422121.1-9

Tatiane Fonseca de Carvalho
Brunna Carvalho Almeida Granja



TELETRABALHO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE: CONTEXTO E DESAFIOS

Tatiane Fonseca de Carvalho

Brunna Carvalho Almeida Granja

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada entre 2022 e 2023, via Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPE/CNPq). O trabalho trouxe como tema central uma nova relação de trabalho que passou a ser experimentada em massa, durante a pandemia de COVID-19 e que permitiu aos servidores públicos a realização de suas atividades fora das instalações físicas das instituições, mais conhecida como teletrabalho. Cabe esclarecer, no entanto, que no serviço público, o teletrabalho só é possível com a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Ao considerar a complexidade das universidades, no cenário da administração pública, buscou-se identificar as potencialidades e desafios do PGD nas Universidades Federais situadas na Região Nordeste. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada discussão sobre as nuances que envolvem o PGD e a Nova Administração Pública, no hiato de 23 anos para sua efetiva normatização. A partir da legislação do governo federal elencou-se como categorias de análise (1) modelo de trabalho; (2) controle de jornada; (3) participantes; (4) cargos; e (5) estrutura, e mediante análise de conteúdo dos normativos internos das universidades, à luz dessas categorias, foi possível inferir que o PGD implica nova relação trabalho pautada na flexibilidade dos servidores para realização de suas atividades, de um lado, ao passo que exige maior produtividade, de outro. No âmbito geral, o PGD permite maior eficiência das instituições públicas, mas trará a problematização sobre o seu esvaziamento.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz como tema central uma nova relação de trabalho que permite aos servidores públicos a realização de suas atividades em ambiente fora das instalações físicas das instituições, conhecido como teletrabalho.

Em âmbito geral, o teletrabalho surge na década de 1970, viabilizado pela disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação. Com conceito cunhado por Jack Neilles, a modalidade é associada à “modernização” das relações de trabalho, visando competitividade e flexibilidade nos negócios (TACHIZAWA E MELLO, 2003).

Algumas das características do teletrabalho estão associadas ao aumento da produtividade, à redução de custos operacionais das organizações e à flexibilidade na organização do tempo para

realização das atividades por parte dos trabalhadores. De outro, à melhoria da qualidade de vida dada a flexibilidade da presença física nos ambientes organizacionais e a melhor possibilidade da gestão do tempo na execução das atividades.

Com seu avanço no mundo do trabalho, a modalidade passa a ser legitimada pela Organização Internacional do Trabalho através da Convenção nº 177 de 1996, quando ganha reconhecimento internacional. O Brasil, apesar de não ter sido signatário desta Convenção, já apresentava experiências em organizações com a adoção do teletrabalho, em empresas multinacionais, na década de 1990.

Contudo, no campo normativo, o trabalho a distância é citado sem regulamentação, na Lei 12.551/2011, que altera o artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, nesta época, o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, já apontava a marca de mais de 30 milhões de teletrabalhadores no país.

Na esfera pública, por sua vez, a regulamentação do teletrabalho é marcado por um hiato de 23 anos. A primeira menção ao tema está no Decreto nº1590, de 10 de agosto de 1995 que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências”. Nele, há indicação de implantação do Programa de Gestão em substituição ao controle de frequência praticado à época, mas o documento não trata diretamente sobre o trabalho a distância, deixando uma lacuna normativa quanto à execução de tal Programa. Contudo, o decreto sinaliza para uma nova relação entre organização pública e servidores, através de entregas por resultados e aumento do desempenho dos servidores públicos.

O Programa de Gestão, nos moldes do Decreto, dialoga com a perspectiva da Reforma Gerencial da Administração proposta por Bresser-Pereira, então Ministro da República. Para ele, uma das características Reforma estava na responsabilização (*accountability*) dos órgãos públicos, por meio da administração por objetivos consonante com o gerencialismo. Para alguns autores que analisaram a Reforma Administrativa de 1995, como Fadul e Silva (2008), a sua motivação estava pautada na eficácia das políticas públicas e na melhoria do desempenho das organizações governamentais, mas apresentava também um conteúdo econômico, tendo como eixo norteador a crise fiscal.

Apesar da discussão sobre a modernização do serviço público, a pauta sobre novas relações de trabalho só volta a surgir em 2017, com o advento da Reforma Trabalhista expressa na Lei 13.467/2017. Na Lei, o teletrabalho é incorporado no artigo 75-B, considerado como “prestação de serviço preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias

de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”. A compreensão trazida pela Reforma Trabalhista inspirou a Instrução Normativa nº 01 de 31 de agosto de 2018, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que “estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) relativos à implementação de Programa de Gestão, de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995”. Mas, apesar da regulamentação, o Programa de Gestão, que permite a realização do teletrabalho, apresentou baixa adesão pelos órgãos ligados ao executivo federal.

Contudo, em 2020, dado o contexto de pandemia de COVID-19, cujo isolamento social tornou-se obrigatório como uma das medidas para evitar a disseminação do vírus, as instituições públicas e privadas são obrigadas a adaptarem suas atividades. Diante desse cenário, o trabalho remoto apresentou-se como uma realidade, inclusive para a maioria das organizações públicas. O impacto desse novo contexto levou à publicação da Instrução Normativa nº 65 de 30 de julho de 2020 do Ministério da Economia, que “estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) relativos à implementação de Programa de Gestão, revogando a normativa de 2018.

A nova Instrução Normativa e a experimentação do trabalho fora das dependências dos órgãos, mesmo que forçada pelo contexto de pandemia, incentivaram a estruturação do teletrabalho de forma regular. Além disso, após dois anos de readequação das relações de trabalho, há uma demanda dos próprios servidores para a manutenção das condições que permitam a estruturação do teletrabalho. Deste modo, é promulgado o Decreto nº 11.072 de 17 de maio de 2022 da Presidência da República que “dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, bem como revoga o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590.

Com objetivo de regulamentar o Decreto nº 11.072 é publicada a Instrução Normativa nº 89 de 13 de dezembro de 2022, do Ministério da Economia que “estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), relativas à implementação e execução de Programa de Gestão e Desempenho (PGD)”, revogando a IN 65/2020.

Diante das inúmeras mudanças desde a publicação da IN 02/2018, é possível inferir sobre a dificuldade em normatizar esta nova relação de trabalho no âmbito do executivo federal e, conseqüentemente, nas Universidades enquanto autarquias desse sistema. Além da pluralidade de

normas, a diversidade dos órgãos interfere na efetiva implantação do que se compreende por teletrabalho. Constatando-se que, nas instituições públicas é recente o teletrabalho, mas que este aponta para o futuro nas relações de trabalho, esta pesquisa busca contribuir com a produção bibliográfica no campo.

Vale salientar ainda, que no período de pandemia, as instituições e os servidores vivenciaram uma experiência de excepcionalidade com o trabalho remoto. Este foi possível em função do contexto pandêmico, mas, a implantação do teletrabalho só é possível com a instituição do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), disciplinado por ordenamento jurídico específico. É perceptível a mudança de cultura das instituições onde vários serviços foram adaptados à nova realidade. Tais adequações levaram à instituição de nova cultura organizacional nos órgãos e, conseqüentemente ao aumento da demanda dos servidores públicos para formalização dessa nova modalidade de trabalho.

O delineamento da pesquisa foi em torno das universidades públicas por se tratarem de uma estrutura bastante complexa do executivo federal. Ligadas ao Ministério da Educação (MEC), as universidades possuem como finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão. Atuam em diversas áreas de formação, passando por cursos de bacharelados e licenciaturas e, alguns casos, com educação básica quando possuem escolas de aplicação. A diversidade de setores e serviços tornam a implantação do PGD um grande desafio a essas instituições. Somado a isso, as regras que direcionam as ações nas universidades dialogam, sobretudo, com os normativos relacionado à educação, o que exige uma composição de orientações internas a fim de organizar melhor o seu funcionamento.

Observando esse cenário das universidades que, diante de uma aparente demanda dos servidores públicos pela implantação do teletrabalho, de um lado e a formalização da legislação federal, de outro, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: quais as potencialidades e desafios para implantação do teletrabalho, através do Programa de Gestão e Desempenho nas universidades públicas do Nordeste?

Em função da proximidade com a realidade das universidades, as autoras optaram por verificar a implantação do PGD nas universidades. E, numa tentativa de afunilar ainda mais o olhar, foi delimitado o estudo nas universidades da região nordeste, atendendo ao objetivo geral: **Analisar as potencialidades e desafios do Programa de Gestão e Desempenho, que permite a adoção do teletrabalho, nas Universidades Federais da Região Nordeste.**

Sabe-se que associado ao objetivo geral de um estudo, os objetivos específicos dão norte à realização de uma pesquisa. Para este estudo, são eles: (1) discutir as nuances que envolvem o

Programa de Gestão e a Nova Administração Pública; (2) analisar os normativos referente ao Programa de Gestão e Desempenho, que permite a adoção do teletrabalho, no âmbito do Governo Federal; e (3) verificar as possibilidades e desafios de implantação do teletrabalho nas Universidades Federais da Região Nordeste.

Para responder à questão de pesquisa, objetivos geral e específicos, foi realizada pesquisa bibliográfica para composição do referencial teórico, além de pesquisa documental, com análise de conteúdo, como metodologia. As discussões, por sua vez, apresentaram os principais desafios para a implementação do PGD nas organizações estudadas.

Foi possível compreender o PGD como um possível avanço na gestão pública, pois oferece a capacidade de mensurar o desempenho por meio de dados concretos, melhorando a qualidade dos serviços prestados, por outro lado, pode representar um grande desafio quando ao estímulo ao esvaziamento das universidades.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratória e descritiva. Exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito, e tem como principal objetivo o aprimoramento de ideias (GIL, 2007). Já o caráter descritivo se expressa, pois “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2007, p. 42).

A operacionalização, por sua vez, foi possível através da coleta de dados, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Apesar da semelhança, compreende-se que na pesquisa bibliográfica serão analisados materiais já elaborados constituídos por livros, artigos, dissertações, teses, dentre outros, o que garantirá as discussões no âmbito do referencial teórico. Já a pesquisa documental relaciona os materiais que não receberam tratamento analítico ainda, tais como documentos de órgãos públicos, em nosso caso, as leis, decretos, instruções normativas, resoluções internas das universidades.

Para a análise dos materiais coletados, foi adotada a estratégia de análise de conteúdo sistematizada por Bardin (2004), que envolve a identificação, a codificação e a categorização dos dados. O método permite ao pesquisador fazer inferências de elementos importantes encontrados em textos, de modo que tais elementos possam ser identificados como norteadores da análise. A pesquisa realizou a análise dos documentos, que comporta a organização do material coletado,

juntamente com o referencial teórico mais aderente à temática, formando o *corpus* da pesquisa. A exploração do material permitiu a codificação do material em categorias que subsidiou a análise. São elas: (1) modelo de trabalho; (2) controle de jornada; (3) participantes; (4) cargos; e (5) estrutura.

Por fim, a discussão dos resultados deu-se através das relações estabelecidas entre a teoria e os dados coletados e categorizados, com isso, foi possível inferir sobre as possibilidades e limitações da implementação do PGD nas Universidades Federais do Nordeste.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 O Programa de Gestão e Desempenho e a Administração Pública

Tratar sobre Programa de Gestão e Desempenho (PGD) requer a compreensão de seu papel na administração pública. De acordo com o Decreto nº 11.072/2022, o PGD é “instrumento de gestão que disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes, com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade”. Contudo, essa temática é inserida no contexto de uma proposta de reforma administrativa, na década de 1995.

Por isso, pensar na estrutura do PGD requer a compreensão do seu papel na administração pública e, de acordo com a pesquisa bibliográfica deste estudo, o referencial teórico que ancora a estrutura do PGD está amparado na compreensão de que a Reforma Gerencial do Estado de 1995 representa a origem de uma proposta que alcançará as bases do Programa de Gestão e Desempenho, inspirada na Nova Administração Pública (NAP).

Muitos autores se debruçaram sobre as reformas administrativas e a perspectiva da Nova Administração Pública (NAP), dentre eles: Keinert (1994), Bresser-Pereira (1996; 1998; 1999; 2007), Pollitt e Bouckaert (2002), Paula (2005; 2007), Fadul e Silva (2008), Abrucio (2007; 2012), Costa, F., (2008), Filipim, Rosseto e Rosseto (2010), Denhardt (2012), Mota (2013), Pinto e Santos (2017) e, Faganello (2017), contudo, na apresentação deste projeto, somente alguns serão tomados como referência.

Keinert (1994), num estudo aprofundado sobre as reformas administrativas no Brasil, identificou que diferentes períodos apontavam para características distintas: Administração Pública como Ciência Jurídica (1900-29), Ciência Administrativa (1930-79), Administração Pública como Ciência Política (1980-89) e a Administração Pública como Administração Pública (1989- ...). Contudo, o viria a ser a “Administração Pública como Administração Pública”, apresentou-se com

os contornos da Nova Administração Pública (NAP). Para Andion (2012), que faz algumas críticas ao trabalho de Keinert, a NAP apresenta-se como um campo que vai além do aspecto administrativo. Para o autor,

tais reformas tomavam por base uma receita comum ancorada em uma agenda neoliberal internacional focalizando: a diminuição do aparelho do Estado; a desregulamentação; o controle fiscal; a privatização de empresas públicas e a aplicação de técnicas empresariais no âmbito governamental (p.08).

Apesar disso, a NAP ganha destaque com a narrativa da valorização da administração pública, com a adoção de técnicas gerenciais das organizações privadas transferidas o contexto público. Ainda, segundo Andion (2012)

Sem dúvida, a NAP e seus princípios trouxeram importantes mudanças na administração pública em todo mundo. No Brasil, em específico, a NAP foi a base para a terceira grande Reforma Administrativa implantada pelo então Ministro Bresser Pereira, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (p. 09)

A reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ficou conhecida como a “Reforma Gerencial de 1995”, encampada pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado – MARE, sob a coordenação do Ministro Bresser-Pereira. A proposta do Ministro era superar a ineficiência do serviço público, inspirado nas reformas implementadas desde a década de 1980, em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, especialmente, na Grã-Bretanha. Para Bresser-Pereira (1999), a Reforma envolve os seguintes aspectos:

- a) a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios;
- b) a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado, estabelecendo-se uma distinção entre as atividades exclusivas, que envolvem o poder do Estado e devem permanecer no seu âmbito, as atividades sociais e científicas, que não lhe pertencem e devem ser transferidas para o setor público não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado;
- c) a distinção entre as atividades do núcleo estratégico, que devem ser efetuadas por políticos e altos funcionários, e as atividades de serviços, que podem ser objeto de contratações externas;
- d) a separação entre a formulação de políticas e sua execução;
- e) maior autonomia para as atividades executivas exclusivas do Estado que adotarão a forma de agências executivas;

- f) maior autonomia ainda para os serviços sociais e científicos que o Estado presta, que deverão ser transferidos para (na prática, transformados em) organizações sociais, isto é, um tipo particular de organização pública não-estatal, sem fins lucrativos, contemplada no orçamento do Estado — como no caso de hospitais, universidades, escolas, centros de pesquisa, museus, etc.;
- g) assegurar a responsabilização (*accountability*) por meio da administração por objetivos, da criação de quase-mercados e de vários mecanismos de democracia direta ou de controle social, combinados com o aumento da transparência no serviço público, reduzindo-se concomitantemente o papel da definição detalhada de procedimentos e da auditoria ou controle interno — os controles clássicos da administração pública burocrática — que devem ter um peso menor. (p. 06-07)

É perceptível os elementos políticos, no que se refere à concepção do Estado, para além da questão gerencial. No entanto, para Bresser-Pereira (1999), a Reforma abarcou três dimensões: a institucional, a cultural e a gerencial.

Como contrapondo da Reforma, Paula (2007) tece duras críticas ao projeto defendido pelo governo FHC. Para a autora, a reforma incorporou, de um lado, as recomendações neoliberais de redução do tamanho do Estado e de outro, mesmo que se propondo a superar a burocracia, o modelo de gestão proposto manteve a dicotomia entre a administração e política. Ou seja, a separação entre formulação e execução de políticas o que remete a uma estratégia conservadora no campo da administração.

Fadul e Silva (2008) apontam que, apesar da crise fiscal ter sido o eixo norteador da Reforma Gerencial, sua motivação estava na eficácia das políticas públicas, no ajuste das contas públicas e na melhoria do desempenho das organizações governamentais. E, para esses autores, a Reforma conseguiu alcançar algum êxito, no campo instrumental.

Ainda relacionado ao campo instrumental, para Abrucio (2007), uma das mais significativas ações da Reforma foi a implantação do governo eletrônico. E, como um dos eixos bem-sucedidos, o uso da tecnologia da informação “tem levado à redução dos custos, bem como ao aumento da transparência nas compras governamentais, reduzindo o potencial de corrupção” (p.77).

A ideia de modernização da gestão pública tem sido um dos grandes sustentáculos das mudanças na forma de organização do trabalho no setor público. E, um dos frutos da Reforma é o Programa de Gestão, sinalizado no Decreto nº1590 de 1995.

Apesar desse indicativo de um Programa de Gestão no Decreto de 1995, a materialização do que seria esse instrumento só entra na agenda governamental em 2018, após a aprovação da reforma trabalhista. Isto mostra que, apesar de Fadul e Silva (2008) apontarem para um avanço no campo

instrumental a própria administração pública leva 23 anos para normatizar o que se compreende por Programa de Gestão. Nesse ínterim, o que é apontado por Abrucio (2007) como ascensão do governo digital ganha espaço em função do avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

No mundo do trabalho, as TICs veem provocando o surgimento de novas relações entre empregadores e empregados. E, uma das principais mudanças diz respeito à oportunidade da realização do trabalho fora do espaço físico das organizações. Faz-se referência aqui ao teletrabalho. Nas organizações privadas o teletrabalho já era uma realidade antes da pandemia, principalmente nas aéreas de tecnologia. Alguns autores trazem essa discussão e apresentam um arcabouço teórico para ajudar na compreensão do fenômeno que agora enfrenta a administração pública. Nilles (1997), Kugelmass (1996), Melo (1999), Steil e Barcia (2001), Tachizawa e Mello (2003), Nogueira e Patini (2012), Aderaldo, Aderaldo e Lima (2017), Filardi e Castro (2017), Rocha e Amador (2018) e, Oliveira e Pantoja (2018) são autores que veem discutindo sobre a temática, partindo do conceito cunhado Jack Nilles.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no documento da Convenção nº 177/1996 da OIT o teletrabalho é conceituado como o trabalho desempenhado por uma pessoa, em sua casa ou outro local de sua escolha, desde que não seja o local de trabalho do empregador, mediante remuneração, para produzir um produto ou prestar um serviço de acordo com as especificações do empregador, independentemente de quem fornecerá os equipamentos, materiais ou outros elementos para sua realização (OIT, 1966).

No Brasil, a produção acadêmica sobre teletrabalho ainda é escassa, inclusive quando se trata de sua inserção nas organizações públicas. Para Faria (2020), apesar de usar o termo e o conceito de teletrabalho, nos moldes da OIT, o país não é signatário dessa Convenção, “significando que o país não confirmou sua vontade de estender os direitos básicos aos teletrabalhadores, sobretudo da igualdade do tratamento dispensado aos trabalhadores convencionais” (p. 30).

Considerando que o país se encontra em estágio inicial na implementação do Programa de Gestão nos diversos órgãos, este estudo buscou compreender o estado da arte do arcabouço legal referente ao tema.

3.2 O desenvolvimento do Programa de Gestão e Desempenho no Brasil

A primeira vez que surge o termo Programa de Gestão num normativo é em 1995, no Decreto nº 1.590, que disciplina a jornada dos servidores federais. Apesar de haver o indicativo de implantação

do Programa de Gestão para as unidades da Administração Federal essa implantação só se inicia de forma maciça após a experiência de trabalho remoto, durante a pandemia de COVID-19. E, a crítica empregada por Faria (2020) em relação ao atraso do Brasil em reconhecer os teletrabalhadores confirma-se na constatação de que, para a iniciativa privada, os teletrabalhadores só passam a ser regulados em 2017, com a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através da Lei nº 13.467, quando dedica um capítulo ao teletrabalho. E, no serviço público, em 2018.

No ímpeto de acompanhar as transformações do mundo do trabalho, o governo federal edita, em 2018, a Instrução Normativa nº 01 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas, onde disciplina o Programa de Gestão, que pode ser executado através do teletrabalho. Nesse intervalo, entre o Decreto nº 1590/95 e a IN 01/2018, alguns órgãos implantaram o Programa de Gestão, com destaque para a Controladoria Geral da União (CGU), que iniciou a experiência em 2014, sendo considerada uma experiência exitosa, no que se refere à eficiência de gestão.

Entre 2018 e 2020, poucos órgãos aderem à realidade do Programa de Gestão até que, em 2020, com cenário de pandemia de COVID-19, onde o isolamento social passa a ser uma estratégia para evirar a propagação do vírus, o trabalho remoto passa a ser um imperativo. Nova organização do trabalho que perdurou durante todo o período de pandemia.

Diante do contexto de incertezas, o Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, editou a IN nº 44, de 10 de junho de 2020, alterando a IN nº01. E, em seguida, com o recrudescimento da pandemia, entra em vigor, a partir de setembro do mesmo ano, a IN nº 65 de 30 de julho de 2020. Ou seja, o Governo Federal passou a induzir a adoção do teletrabalho como uma alternativa à nova conjuntura.

A IN 65/2020, diferente da IN em 2018, ganhou visibilidade, pois a administração pública já estava vivenciando a experiência do trabalho remoto. O que acelerou, em muitos casos, a discussão sobre as novas relações entre Instituições e servidores. Durante dois anos, instituições e servidores, em certa medida, já estavam adaptados à nova modalidade de trabalho, quando é lançada a IN nº36 de 05 de maio de 2022, pelo Ministério da Economia, que estabelece o retorno ao trabalho em modo presencial. Para as instituições que desejassem permanecer com atividades remotas, seria necessária a adoção do Programa de Gestão e Desempenho, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020. A partir dessa orientação, só assim, seria possível a execução de atividades em regime não presencial. Com isso, observou-se uma corrida para a regulamentação do PGD nos órgãos, como uma estratégia de implantação do teletrabalho. Nas universidades, por exemplo, 26

das 69 possuem alguma regulamentação interna sobre PGD, até o fechamento do estudo, agosto de 2023.

Outro ponto importante a se destacar refere-se à instabilidade da norma. Entre 2018 a 2023, foram editadas cinco instruções normativas, um decreto e uma portaria. Isso demonstra a instabilidade do tema e um dos grandes desafios do estudo.

Ao realizar a análise dos instrumentos legais sobre PGD, foram elencadas cinco categorias: (1) modelo de trabalho; (2) controle de jornada; (3) participantes; (4) cargos; e (5) estrutura. E, com esse olhar foram estabelecidas comparações entre os textos, conforme quadro a seguir.

Quadro 01: Comparativo dos Normativos Federais sobre PGD

	Decreto 1590/95	IN 01/2018	IN 44/2020	IN 65/2020	Decreto 11072/2022	IN 89/2022	IN 02/2023
Modelo de trabalho	Teletrabalho parcial	Teletrabalho parcial ou Integral			Teletrabalho parcial ou Integral	Teletrabalho integral	
						Modelo parcial: Deve ser 60% teletrabalho e 40% presencial	
Controle de Jornada	Presencial: Folha de ponto ou ponto eletrônico	Presencial ou teletrabalho parcial: Folha de ponto ou ponto eletrônico				Presencial ou teletrabalho parcial: Folha de ponto ou ponto eletrônico	
	Teletrabalho ou externo: Relatório semanal da efetiva prestação do serviço.	Controle de assiduidade: Teletrabalho: Plano de atividade.				Controle de assiduidade: Plano de entregas: Plano de atividades mensurado por pontuação para a meta.	
Participantes		Percentual de participação indicado pelo Ministério do Estado	Prevê percentual mínimo e máximo de participantes e plano de atividades com tempo mínimo.			70% das equipes podem participar do teletrabalho de forma parcial e 50% de forma integral.	São priorizados no modelo integral de teletrabalho PCDs, mobilidade reduzida, gestantes e lactantes e servidores com horário especial.
Cargos		Cargo comissionado está elegível	Cargo comissionado está elegível				

			quando houver vínculo efetivo e plano de atividade.				
Estrutura					A estrutura do teletrabalho deve seguir a regulamentação, sendo custeada pelo servidor.	Os equipamentos de trabalho devem atender a exigências de ergonomia e regras de segurança do trabalho custeadas pelo servidor; O órgão fornecerá equipamentos eletrônicos.	

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se que o Decreto nº 1.590/1995, só tem uma linha que trata do Programa de Gestão. Nele, não há nenhuma menção de como o Programa pode ser implementado e, em relação às dimensões de análise, pode-se inferir que, quanto ao (1) modelo de trabalho orienta-se de forma presencial; sobre o (2) controle de jornada, este passe a ser sem a obrigatoriedade do sistema de ponto; quanto aos (3) participantes e aos (4) cargos, infere-se que sejam todos os servidores, sem distinção de carreira e cargo; e quanto à (5) estrutura, também não há esclarecimento. Nesse sentido, conclui-se que não há parâmetro para comparar o Decreto 1.590, com as demais normas federais.

No que se refere às INs 01/2018, 44/2020 e 65/2020, é possível visualizar algumas similaridades, pois quanto ao (1) modelo de trabalho, permitem a implantação da modalidade teletrabalho, através do PGD, sendo teletrabalho parcial ou total. O teletrabalho parcial indica a obrigatoriedade da presença nas instalações físicas dos órgãos. De todos os normativos, somente a IN 89/2022 indicou um percentual de presencialidade. Infere-se que, nas demais orientações essa é uma decisão da gestão local. A modalidade de teletrabalho total é regulamentada de maneira mais incisiva no Decreto nº 11.072/2022, mas todas as INs trazem um apontamento quanto os casos que são permitidos o afastamento total do ambiente físico. A inovação nessa categoria está na IN 02/2023 que aponta como prioridade o teletrabalho total para pessoas com deficiência (PCDs), mobilidade reduzida, gestantes e lactantes e servidores com horário especial.

O (2) controle de jornada é o único tópico tratado desde 1995. E, constitui-se como um dos principais aspectos que demarca os princípios do PGD, pois muda o paradigma da relação de trabalho ao cobrar do trabalhador a entrega de suas atividades, ao invés do seu tempo disponível para a instituição. Ou seja, nesse tipo de controle, o trabalho realizado é considerado como um fator de assiduidade. E, dialogando com a proposta de reforma gerencial, onde a eficiência administrativa é um dos eixos, pode-se afirmar que o PDG tem relação estreita com a dimensão instrumental apresentada por Fadul e Silva (2008). Deste modo, o PDG, com a possibilidade de teletrabalho, representa um compromisso de produtividade entre instituição e servidor.

Quanto aos (3) participantes e aos (4) cargos, as INs e o Decreto de 2022 apontam para todas as carreiras e, em relação aos cargos, não deixam clara a distinção entre servidores com ou sem cargo de gestão. Uma questão delicada que não é tratada de forma detalhada nos normativos, diz respeito aos cargos de magistério superior e magistério do ensino básico, técnico e tecnológico. Nesse caso, cada órgão deve normatizar a adesão das carreiras ao Programa.

Em relação à (5) estrutura, os normativos a partir de 2020 indicam que é de responsabilidade do servidor assumir os custos de equipamentos, mobiliários e acesso à internet, softwares e outros para a realização de seu trabalho. Além disso, os servidores não têm direito ao auxílio transporte e adicionais ocupacionais, em dias de teletrabalho. Isso por que, o PGD tem como outro princípio gerar economia para a administração pública.

Feita essa primeira análise dos normativos entre 1995 a março de 2023, buscou-se compreender o estado da arte que define e regulamenta o PGD no executivo federal, mais especificamente, nas Universidades Federais da Região Nordeste.

3.3 O PGD nas Universidades Federais do Nordeste

As discussões sobre Programa de Gestão e teletrabalho, até o período de pandemia, era algo abstrato para a realidade das universidades públicas brasileiras. No entanto, com a necessidade do isolamento social, assim como as demais instituições, as universidades viram-se numa condição em que precisaram repensar suas estruturas e adaptar sua forma de trabalho ao novo contexto. Nesse sentido, o tema sobre teletrabalho passa a figurar os debates das comunidades acadêmicas trazendo à tona os aspectos relacionados à eficiência e produtividade dos serviços, de um lado e, a qualidade de vida dos trabalhadores, de outro.

Num levantamento em relação às universidades federais do país, foram encontrados 25 que até maio de 2023, possuíam algum normativo (resolução, instrução normativa ou portaria) que

indicasse a implantação do PGD no órgão. Diante das reais condições em analisar os dados, foi limitada à análise às universidades situadas na Região Nordeste.

Portanto, de modo a compreender quais as principais possibilidades e desafios para a implementação do PGD nas universidades no Nordeste, foi realizado um levantamento das universidades existentes, bem como, a identificação daquelas que apresentaram alguma norma interna que discipline a implementação do Programa de Gestão e Desempenho.

No levantamento, foram identificadas 20 instituições das quais 11 possuem alguma regulamentação que discipline a implantação do PGD. No quadro a seguir está sintetizado os achados.

Quadro 02: Universidades do Nordeste x normativo PGD

Estado	Instituição	Sigla	Norma para PGD
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	Ufal	Não
Bahia	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Não
	Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	Sim
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Não
	Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	Sim
Ceará	Universidade Federal do Cariri	UFCA	Não
	Universidade Federal do Ceará	UFC	Sim
	Universidade Federal da Lusofonia Afro-brasileira	Unilab	Sim
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Sim
Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	Sim
	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Não
Pernambuco	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	Ufape	Não
	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Não
	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	Sim
	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Univasf	Sim
Piauí	Universidade Federal Delta do Parnaíba	UFDPAr	Não
	Universidade Federal do Piauí	UFPI	Sim
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Sim
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Ufersa	Não
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe	UFS	Sim

Fonte: Elaborado pelas autoras

Após identificação das universidades que dispõem de normativa interna, foi realizada análise dos documentos considerando as categorias (1) modelo de trabalho; (2) controle de jornada; (3) participantes; (4) cargos e (5) estrutura.

Percebeu-se que, de forma geral, há um espelhamento das orientações federais e, que as diferenças estão entre o modelo de jornada adotado, o percentual permitido de teletrabalho, as unidades participantes e os cargos. A estrutura foi o ponto de maior similaridade entre as instituições estudadas. No quadro a seguir é possível visualizar as convergências e divergências em relação às categorias analisadas.

Quadro 03: O PGD nas Universidades Federais do Nordeste

Instituição	Modelo de trabalho	Controle de Jornada	Participantes	Cargos	Estrutura
UFOB	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de entregas e resultados.	Caberá ao dirigente da unidade a definição do percentual de participação no teletrabalho.	Não poderão participar servidores cuja atividade não permita mensuração de resultado e desempenho.	Os equipamentos de trabalho serão custeados pelo servidor e devem atender a exigências de ergonomia;
UFSB	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de frequência eletrônica através do sistema integrado de gestão de recursos humanos.	Caberá ao dirigente da unidade de Administração a definição dos critérios e quantidade de vagas.	Não poderão participar servidores cuja atividade requiera atendimento ao público.	Os equipamentos de trabalho devem atender a exigências de ergonomia e regras de segurança do trabalho custeadas pelo servidor; O órgão poderá disponibilizar equipamentos eletrônicos mediante justificativa.
UFC	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de entregas e resultados.	Caberá ao dirigente da unidade selecionar 30% dos servidores para participação no PGD.	Podem participar todos os servidores técnicos administrativos da parte acadêmica ou administrativa.	Os equipamentos de trabalho serão custeados pelo servidor;
Unilab	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de entregas e resultados.	Caberá ao dirigente da unidade definir o % de participantes, desde que não ultrapasse os 30% estabelecidos pela universidade.	Não poderão participar servidores cuja atividade não permita mensuração de resultado e desempenho.	Os equipamentos de trabalho serão custeados pelo servidor e devem atender a exigências de ergonomia, segurança da informação e uso de software;
UFMA	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de entregas e resultados.	Caberá a unidade definir apurar os interessados em participar da modalidade, e definir o total de vagas.	Não poderão participar servidores cuja atividade requiera presença física ou externa, e diminuição da capacidade de atendimento ao público.	Os equipamentos de trabalho serão custeados pelo servidor e devem atender a exigências de ergonomia, segurança da informação e uso de

					software;
UFMG	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de entregas e resultados.	As unidades administrativas de tecnologia da informação, suporte da SEI da Pro Reitoria de gestão administrativo financeira, procuradoria jurídica e comissão para execução do projeto piloto.	Poderão participar servidores voluntários das unidades citadas anteriormente.	Os equipamentos de trabalho serão custeados pelo servidor e devem atender a exigências de ergonomia;
UFRPE	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de entregas e resultados.	Caberá ao dirigente e chefias das unidades determinar de forma equitativa até 80% dos servidores para a modalidade de teletrabalho integral.	Não poderão participar servidores cuja atividade requeira presença física ou externa, e diminuição da capacidade de atendimento ao público e servidores que tenha sofrido processo administrativo.	Os equipamentos de trabalho serão providenciados pelo servidor e devem atender as normas de segurança da informação e LGPD;
Univasf	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de ocorrências definidos pela área de gestão de pessoas.	As vagas serão definidas em edital de acordo com a necessidade do setor sendo no máximo 50% do quadro de pessoal da unidade para teletrabalho integral.	Não poderão participar servidores cuja atividade requeira presença física ou externa, e diminuição da capacidade de atendimento ao público.	Os equipamentos de trabalho serão custeados pelo servidor e devem atender a exigências de ergonomia;
UFPI	Presencial, Teletrabalho parcial ou Integral	Controle de entregas e resultados.	As unidades administrativas Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), como unidade acadêmica, na Superintendência de Recursos Humanos (SRH), na Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e na Pró-Reitoria de Administração (PRAD), do Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina), na Coordenação Administrativo-Financeira dos Campi Professora Cinobelina Elvas (Bom Jesus), Amílcar Ferreira Sobral (Floriano) e Senador Helvídio Nunes Barros (Picos), para execução do projeto piloto.	Não poderão participar servidores cuja atividade requeira presença física ou externa, e diminuição da capacidade de atendimento ao público.	Os equipamentos de trabalho serão custeados pelo servidor e devem atender a exigências de ergonomia, segurança da informação e uso de software;
UFRN	Presencial e Teletrabalho	Mantém-se o ponto eletrônico com justificativa de "transição PGD" até a regularização de	Caberá ao dirigente observar as atribuições de cargos de forma a preservar a atividade meio e fim da instituição.	Caberá ao dirigente observar as atribuições de cargos de forma a preservar a atividade meio e fim da instituição.	A infraestrutura será mantida pelo servidor e devem atender a exigências de teletrabalho, segundo manual da

		banco de horas.			PROGESP;
UFS	Presencial e Teletrabalho	Controle por plano individual.		Não poderão participar servidores cuja atividade não permita mensuração de resultado e desempenho ou esteja ligado a serviços essenciais como saúde e segurança.	

Fonte: Elaborado pelas autoras

No contexto do (1) modelo de trabalho, o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) oferece três possibilidades. A primeira é a manutenção do trabalho presencial nos órgãos, visando atender à demanda e manter um serviço de atendimento eficiente. Isso é preferível para cargos em que a produtividade não pode ser medida e que exigem contato direto com o público. Alguns serviços adotam o teletrabalho parcial, com a elaboração de escalas de trabalho, onde cada servidor alterna entre trabalho presencial e remoto. Essa modalidade é mais adequada para funções que exigem algum contato, mesmo que indireto, com o público. Já o teletrabalho integral envolve o trabalho remoto em tempo integral.

Niles (1982) descreve o teletrabalho como o futuro das atividades profissionais por proporcionar aumento de produtividade, satisfação do trabalhador e por tornar obsoleto os longos trajetos diários ao trabalho. A prática do teletrabalho já abordada nas organizações, acentuou-se no contexto pandêmico, promovendo a similaridade entre empresas privadas e instituições públicas ao adotar modelos semelhantes de acompanhamento de atividades, com foco na produtividade e otimização de recursos. Arelada à necessidade dos setores participantes desse novo modelo de trabalho, a estratégia nas empresas privadas visa integrar tecnologia e relações sociais proporcionando um ambiente cooperativo entre os colaboradores, propício à criatividade e inovação. Nas universidades, no entanto, há uma dificuldade em relação à implantação de ferramentas tecnológicas, tendo em vista à diminuição sucessiva de investimento, afetando diretamente essas áreas.

No que se refere ao (2) controle de jornada, a assiduidade nos órgãos públicos tem sido o principal indicador de produtividade dos servidores. O cumprimento do horário estabelecido é entendido como a realização do que é esperado do servidor. No entanto, o PGD propõe um novo modelo que flexibiliza a atuação dos trabalhadores, substituindo o controle de horário por um sistema baseado em entregas e produtividade. Esse sistema é construído com base no tempo de cada atividade, nas diretrizes e nas expectativas de entrega.

Defende-se que, independentemente do local físico em que o servidor esteja alocado, suas ações podem ser acompanhadas com base na qualidade das entregas e na eficiência da produção. Os servidores que apoiam esse modelo acreditam que a flexibilidade proposta levará a um aumento da produtividade e permitirá uma melhor organização e planejamento de suas jornadas de trabalho.

As universidades enfrentam desafios nesse contexto, especialmente em relação à mensuração das ações dos servidores, pois é necessário definir o papel dos líderes na supervisão das equipes e das entregas, além de realizar reuniões e formação continuada para garantir a conformidade com as metas e tratar qualquer desvio ou anomalia. Nesse sentido, a área de gestão de pessoas desempenha um papel importante nesse novo contexto, oferecendo cursos às equipes, apoiando os servidores de forma remota, acompanhando suas ações, bem como lidando com as mudanças e assumindo uma postura mais atenciosa em relação ao bem-estar em um contexto fora do espaço físico.

A área de tecnologia da informação também desempenha um papel fundamental nesse modelo, desenvolvendo sistemas integrados que permitem aos servidores acompanharem suas ações e aos gestores acompanhar suas equipes, além de oferecer suporte personalizado às equipes de trabalho. Um exemplo disso é o sistema POLARE, criado pela UFRN, que permite o gerenciamento de metas, prazos, entregas e acompanhamento das ações das equipes inseridas no PGD.

No que diz respeito aos (3) participantes do PGD, essa definição ocorre em cada universidade, acompanhando as discussões de sua comunidade acadêmica, pois cabe a cada instituição decidir quem está apto a participar das ações. Para iniciar o projeto, é necessário preparar a equipe com um plano de atividades, garantindo que o atendimento presencial não seja afetado e que a eficiência do órgão seja mantida.

Nesse sentido, as universidades têm adotado abordagens divergentes, com algumas definindo um percentual de trabalho presencial e teletrabalho, como é o caso da UFC, enquanto outras têm considerado a necessidade específica de cada instituição e setor, como a UFRPE. Outras ainda optaram por selecionar órgãos para participar do projeto piloto, a fim de experimentar diferentes formas de atuação na academia, como é o caso da UFPI.

Esse tópico destaca a singularidade das instituições, pois, com base nas atividades e ações de cada setor e instituição, não é possível duplicar o que cada um realiza, possibilitando que cada órgão demonstre sua efetividade na gestão pública com uma atuação direcionada.

Já em relação aos (4) cargos aderentes ao PGD, vale salientar que as universidades têm observado se as atividades realizadas podem ser mensuradas, se podem ser realizadas de forma remota e se atendem efetivamente às necessidades dos usuários do serviço. Esse cuidado é essencial

para garantir ao mesmo tempo, um bom atendimento e uma boa execução da modalidade de teletrabalho.

A (5) estrutura para a realização do teletrabalho tais como equipamentos eletrônicos, internet, segurança de dados e ergonomia, passa a ser responsabilidade do servidor. É uma questão apontada na legislação federal e irradiada para os normativos internos das universidades. Apesar dos custos, os servidores preferem arcá-los, pois colocam como contrapartida questões sobre a qualidade de vida familiar, os custos de deslocamento e, de outro lado, a integração entre suas atividades realizadas no trabalho e seus interesses particulares.

Em suma, o teletrabalho representa um novo paradigma de trabalho nas universidades do Nordeste, trazendo consigo desafios e oportunidades. Por meio de uma abordagem adequada, que envolve a gestão de pessoas, a tecnologia da informação e a consideração das particularidades de cada instituição, é possível aproveitar os benefícios proporcionados pelo PGD, como a possibilidade do teletrabalho, promovendo um ambiente cooperativo, inovador e eficiente.

Com uma atuação direcionada e o apoio adequado, as universidades do Nordeste têm o potencial de se adaptar às demandas atuais e estabelecer um modelo de teletrabalho que promova o crescimento e a excelência no serviço público. Por outro lado, duas questões são importantes para a reflexão desse novo paradigma: o PGD é aderente às carreiras do magistério, no âmbito do ensino superior? O PGD, com a adoção do teletrabalho pode levar ao esvaziamento do ambiente acadêmico, enfraquecendo os laços da comunidade interna e com a sociedade?

4. CONCLUSÕES

Este estudo explorou a dinâmica do Programa de Gestão e Desempenho, incluindo a implementação do teletrabalho, nas Universidades Federais da Região Nordeste. Foram analisadas as potencialidades e desafios associados a essa iniciativa, buscando responder à pergunta fundamental: quais são as oportunidades e obstáculos na adoção do teletrabalho, através do PGD nas universidades federais da Região Nordeste?

O Programa de Gestão e Desempenho, concebido para aprimorar a eficiência dos serviços públicos prestados à população, tem sido objeto de discussões contínuas. Estas discussões se concentram principalmente na avaliação da produtividade dos servidores, envolvendo defensores e opositores que buscam o cenário ideal para sua implementação. Nas universidades federais do Nordeste, foram analisados normativos que indicam sua implementação. Observou-se o

compromisso dos gestores na implementação e no desempenhado um papel ativo na promoção do teletrabalho, incorporando essa modalidade nos referidos órgãos.

Para as instituições, o incentivo à adoção do teletrabalho oferece alguns benefícios, incluindo a melhoria da qualidade de vida dos servidores, a redução do tempo gasto em deslocamentos e a capacidade de medir com clareza a produtividade por meio de planos de atividades supervisionados pelos gestores. No entanto, a transição para esse novo ambiente de trabalho não é isenta de desafios. É essencial fornecer suporte e acompanhamento contínuo para que os servidores possam se adaptar adequadamente ao novo modelo.

Os gestores das unidades enfrentam o desafio de migrar de uma visão operacional sistêmica para uma abordagem gerencial, à medida que o Programa de Gestão e Desempenho é implementado. Isso implica acompanhamento rigoroso, avaliação dos resultados esperados e desenvolvimento de ações de melhoria. O investimento na formação de líderes e o acompanhamento constante da adaptação são cruciais para o sucesso dessa mudança, bem como o relato das ações às instâncias superiores.

Por fim, considera-se esse Programa como um possível avanço na gestão pública, pois oferece a capacidade de mensurar o desempenho por meio de dados concretos, melhorando a qualidade dos serviços prestados, por outro lado, pode representar um grande desafio quando ao estímulo ao esvaziamento das universidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 67-86, 2007.

ADERALDO, I. L.; ADERALDO, C. V. L.; LIMA, A. C. Aspectos críticos do teletrabalho em uma companhia multinacional. *CADERNOS EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 511-533, 2017.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 120, n. 1, p. 7-40, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre a reforma gerencial de 1995. *Revista do Serviço Público*, Brasília, n. 4, p. 5-29, 1999.

COSTA, F. L. D. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 829-874, 2008.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a pratica da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FADUL, É. M. C.; SILVA, L. P. D. Retornando o debate sobre a estado e a nova administração pública. *EnANPAD, XXXII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4ª edição. São Paulo, Ed. Atlas, 2007.

KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994.

Nilles, J M. “Telework may soon make daily long-distance commutes obsolete while enhancing worker productivity vity and satisfaction”, *Technology Review*, vol. 85, no. 3, pp. 56–62, 1982.

NOGUEIRA, A. M.; PATINI, A. C. Trabalho remoto e desafios dos gestores. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 121-152, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Sobre o trabalho a domicílio*. 1996. http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242947/lang--pt/index.htm. Acesso em 12 de maio de 2022.

PAULA, A. P. P. D. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007

Documentos

ALAGOAS. Instrução normativa nº 3, de 03 abril de 2023. [...] Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: https://pgd.ufs.br/uploads/page_attach/path/18051/Instru__o_Normativa_03_2023-PROG EP.pdf. Acessado em 31 de mai. 2023.

BRASIL. Decreto nº1.590, de 10 de agosto de 1995. [...]. *Diário oficial da união*, Brasília, DF, ano [1995]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1590.htm. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Instrução normativa nº2, de 29 de março de 2018. [...] *Diário oficial da união*, Brasília, DF, ano [2018]. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a->

informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-1-de-29-de-marco-de-2018-revogada-pela-in-no-1-de-2019. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Instrução normativa nº44, de 10 de junho de 2020. [...] Diário oficial da união, Seção 1, p. 27. Brasília, DF, ano [2020]. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-1-de-29-de-marco-de-2018-revogada-pela-in-no-1-de-2019>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Decreto nº11.072, de 17 de maio de 2022. [...]. Diário oficial da união, Brasília, DF, ano [2022]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.072-de-17-de-maio-de-2022-401056788>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Instrução normativa nº89, de 13 de dezembro de 2022. [...] Diário oficial da união. Brasília, DF, ano [2022]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgp-seges/sedgg/me-n-89-de-13-de-dezembro-de-2022-451152923>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Instrução normativa nº2, de 10 de janeiro de 2023. [...] Diário oficial da união. Brasília, DF, ano [2023]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgp-seges/me-n-2-de-10-de-janeiro-de-2023-457679698>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Instrução normativa nº24, de 31 de julho de 2023. [...] Diário oficial da união, Seção 1, p. 57. Brasília, DF, ano [2023]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-conjunta-seges-sgprt/mgi-n-24-de-28-de-julho-de-2023-499593248>. Acesso em: 27 set. 2023.

CEARÁ, Resolução CONAD/ UNILAB nº 09, de 25 de outubro de 2021. [...] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/09/Resolucao-no-09_2021-Aprova-o-Programa-de-Gestao-da-Unilab-corrigida.pdf. Acessado em 31 de mai. 2023.

ITABUNA. Portaria nº 259/2023, de 20 de março de 2023. [...] Reitoria da Universidade Federal do Sul da Bahia. Disponível em: https://ufsb.edu.br/images/boletins/2023/BS_Extraordin%C3%A1rio_n%C2%BA_16.pdf. Acessado em 31 de mai. 2023.

MARANHÃO. Portaria GR nº 385/2022 – MR, de 31 de maio de 2022. [...] Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/progep/programa-de-gestao/portaria-programa-de-gestao/portaria-no-267-de-30-de-abril-de-2021.pdf>. Acessado em 31 de mai. 2023. PARAIBA. Portaria nº 83, de 27 de setembro de 2022. [...] Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em:

https://portal.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/Boletim_de_servico/boletim%20de%20servio%20-%2055%202022.pdf. Acessado em 31 de mai. 2023.

PERNAMBUCO. Resolução CONSU/UFRPE nº 225, de 14 de setembro de 2022. [...] Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: https://www.progepe.ufrpe.br/sites/default/files/2022-10/RECU225.2022_PGD.pdf. Acessado em 31 de mai. 2023.

PERNAMBUCO. Portaria normativa nº1, de 30 de setembro de 2022. [...] Ministério da educação / Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/progepe/progepe/publicacoes/2022/boletim-extraordinario-34-2022>. Acessado em 31 de mai. 2023.

PIAUÍ. Resolução CAD/UFPI nº88, de 17 de outubro de 2022. [...] Universidade Federal do Piauí. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/2022/RESOLU%C3%87%C3%95ES_CAD_UFPI_85_a_88_2022.pdf. Acessado em 31 de mai. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Instrução normativa nº 028/2023 – PROGESP, de 05 de janeiro de 2023. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://progesp.ufrn.br/storage/documentos/ekZpa347mtVLNPazqM2y1nOclrrCiczNmAwZq7S7.pdf>. Acessado em 31 de mai. 2023.

Capítulo 10

TREINAMENTO OPERACIONAL PARA GESTÃO DE AVARIAS: UM ESTUDO COMPARATIVO EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE DO TIPO CEGONHA

DOI: 10.29327/5422121.1-10

Ketyllen Silva de Souza
Roberta Vanessa Aragão Félix da Silva
Joás Tomaz de Aquino

TREINAMENTO OPERACIONAL PARA GESTÃO DE AVARIAS: UM ESTUDO COMPARATIVO EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE DO TIPO CEGONHA

Ketyllen Silva de Souza

Roberta Vanessa Aragão Félix da Silva

Joás Tomaz de Aquino

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a eficácia dos treinamentos operacionais na redução de avarias no carregamento de veículos através de cegonhas em uma empresa de transporte localizada no município de Goiana - Pernambuco. Utilizando um estudo de caso, foram analisados os impactos dos treinamentos específicos e a implementação de procedimentos operacionais. Os resultados revelaram uma redução significativa de 62 para 24 avarias entre 2021 e 2022, apesar de volumes similares de veículos expedidos. Esses treinamentos resultaram em colaboradores mais capacitados, refletindo em maior confiabilidade perante os clientes e uma cultura organizacional mais proativa. A pesquisa evidenciou a importância contínua de treinamentos e sugere uma análise longitudinal para verificar a sustentabilidade dessas melhorias ao longo do tempo. Recomenda-se a inclusão de abordagens qualitativas para capturar percepções detalhadas dos colaboradores e direcionar aprimoramentos contínuos nos processos de treinamento.

Palavras-chave: Treinamentos Operacionais, Avarias, Resultados.

1. Introdução

No cenário brasileiro atual, a indústria automotiva enfrenta desafios significativos, resultantes de uma série de problemas que vêm se agravando nos últimos anos. Esses problemas incluem paralisações nas fábricas, redução de turnos de produção, escassez de componentes e equipamentos, impactos decorrentes da pandemia de COVID-19 e uma alta taxa de juros, que tem sido apontada como uma das principais causas do desaquecimento da indústria automotiva (Fagundes *et al.*, 2021; Cruz, 2023).

Essa situação afeta não apenas as montadoras, mas também toda a cadeia produtiva, incluindo o setor de transporte de cargas, que desempenha um papel crucial nesse contexto. A busca pela confiabilidade durante o transporte de cargas da indústria automotiva torna o setor um dos principais responsáveis pelas condições de uso que serão atestadas pelos consumidores finais. Nesse mercado, os operadores logísticos são elementos essenciais na gestão da cadeia de suprimentos, sendo responsáveis por coordenar o transporte de cargas em diversas modalidades, incluindo terrestre, marítimo e aéreo (Fagundes *et al.*, 2021).

O estado de Pernambuco, com seus importantes portos e rodovias, desempenha um papel estratégico no desempenho dessas atividades, contando com um setor logístico e industrial consolidado. Entre os anos de 2007 a 2016, foram anunciados investimentos significativos em projetos industriais no estado, totalizando cerca de R\$ 69 bilhões. Isso desencadeou um processo de reindustrialização, inicialmente na Região Metropolitana do Recife (RMR.), atraindo investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Guimarães; Santos, 2018; Oliveira, 2021).

Grande parte desses investimentos foram direcionados para a instalação do Polo da JEEP (Grupo *Stellantis*) na cidade de Goiana em Pernambuco, que não gerou apenas mais de 14 mil empregos, mas também se tornou responsável por uma parcela significativa da produção de veículos do Grupo até o ano de 2021. Além disso, a cidade de Goiana passou a contribuir de forma substancial para o Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Pernambuco, representando cerca de 5,17%, em comparação com os 0,93% antes da instalação do polo automotivo (Guimarães; Santos, 2018; Oliveira, 2021; Folha de Pernambuco, 2022).

Diante desse contexto, torna-se fundamental que as empresas de transporte de cargas invistam em processos eficientes e isentos de falhas, a fim de reduzir perdas decorrentes de avarias, refugos e problemas relacionados à qualidade durante o transporte. A identificação e análise de abordagens de treinamento operacional mais eficazes podem promover práticas adequadas e disseminar conhecimento sobre as atividades desempenhadas no cotidiano dos colaboradores, aumentando a segurança na operação dos motoristas e garantindo a integridade dos bens transportados em toda a frota (Pereira *et al.*, 2017; Fagundes *et al.*, 2021).

Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar como os treinamentos operacionais podem reduzir os índices de avarias ao longo do processo de expedição dos veículos por cegonhas da montadora até seus intermediários finais.

Para abordar essa questão, este estudo propõe uma análise comparativa dos diferentes processos de treinamento implementados por uma empresa de transporte de cargas localizada no Polo Automotivo de Goiana, Pernambuco, nos anos de 2021 e 2022. Esta empresa é responsável pela expedição e entrega de veículos, produzidos no Polo para o mercado nacional, utilizando o modal rodoviário através de cegonhas, bem como pelo transporte dos veículos destinados à exportação, que são conduzidos até os portos e, em seguida, seguem viagem pelo modal aquaviário para mercados internacionais (Folha de Pernambuco, 2022).

2. Metodologia

A escolha apropriada da metodologia é fundamental para garantir a credibilidade e a validade dos resultados (Creswell, 2018). Este estudo é classificado quanto aos objetivos da pesquisa como descritivo. Foi utilizada uma abordagem comparativa com o objetivo principal de analisar as diferenças na eficácia da inserção de treinamentos adequados para redução de avarias em transportes, descrevendo o fluxo operacional para alcance do problema em questão. O estudo busca entender como diferentes elementos se comportam, identificar padrões, e explorar os diferentes tipos de treinamentos (Silva; Menezes, 2005).

Quanto à natureza da pesquisa, este estudo é classificado como aplicado, buscando investigar causas e efeitos, bem como avaliar a eficácia de intervenções (Triviños, 1987; Silva; Menezes, 2005). A natureza aplicada da pesquisa destina-se a contribuir diretamente para a prática, fornecendo *insights* tangíveis e soluções para desafios reais enfrentados no ambiente de transporte e logística.

No que tange a abordagem, o presente estudo classifica-se como qualitativo. A escolha da abordagem qualitativa se justifica pela sua capacidade intrínseca de proporcionar uma compreensão aprofundada e rica dos fenômenos estudados. Especificamente, a natureza complexa dos processos de treinamento e das interações organizacionais requer uma análise detalhada das percepções, experiências e contextos envolvidos (Triviños, 1987; Silva; Menezes, 2005). No que tange ao método, optou-se pela análise comparativa conduzida por meio de um estudo de caso único. Essa abordagem foi escolhida devido à análise *in loco*, que considerou as influências e interações contextuais, permitindo uma compreensão detalhada da integração dos treinamentos operacionais na estrutura organizacional. O estudo de caso único foi selecionado pela sua capacidade de oferecer uma visão aprofundada e holística sobre a maneira como os treinamentos são assimilados e aplicados corretamente na organização estudada. Isso se revela crucial para a compreensão dos fenômenos complexos presentes nesse contexto específico, considerando as nuances e particularidades de sua implementação (Yin, 2016).

A obtenção dos dados foi realizada por meio de duas abordagens distintas: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica proporcionou uma base sólida de conhecimento prévio sobre o tema, oferecendo um arcabouço teórico. Já a pesquisa documental permitiu a obtenção de informações específicas relacionadas aos programas de treinamento operacional e às estratégias empregadas pela empresa.

Quanto à técnica de análise de dados, adotou-se a triangulação, um método que consiste na comparação e integração de diversas fontes de informação. Essa estratégia contribuiu significativamente para a validação e a robustez dos resultados obtidos. Ao combinar diferentes

fontes de dados, a triangulação assegurou uma abordagem rigorosa e abrangente na investigação dos processos de treinamento, agregando confiabilidade aos resultados obtidos durante o estudo (Gil, 2007).

3. Análise e discussão dos resultados

3.1 Breve descrição da empresa analisada

A empresa analisada neste trabalho será denominada de Alfa, ela é uma transportadora terceirizada do grupo *Stellantis*, responsável pelo transporte de veículos até os clientes finais por meio do modal rodoviário (exclusivamente) através de cegonhas, em casos de transações internacionais, a empresa também é responsável pelo transporte dos veículos até os portos para assim serem comercializados. Fundada no ano de 1976, inicialmente em Contagem (MG), e posteriormente estabelecida em Betim (MG), ocupa uma área de 743.829 m². Sua criação foi motivada pela necessidade de atender aos rigorosos padrões de produtividade e qualidade, (entrega dos veículos no tempo correto e sem nenhuma avaria) da indústria automobilística brasileira, abrangendo a administração de materiais e a distribuição do produto acabado.

A empresa tem um sólido histórico de comprometimento com a qualidade e excelência, mantendo a certificação ISO 9001:2015 por mais de 9 anos. Atualmente, emprega mais de 7.500 colaboradores diretos em mais de 54 cidades no Brasil e possui certificações nas normas ISO 9001:2015, 14001:2015 e 45001.

3.2 Política de gestão integrada na empresa analisada

A empresa Alfa adota uma abordagem de gestão integrada em suas atividades de logística, armazenagem e transporte de veículos e carga. Essa abordagem tem por objetivo a melhoria contínua do desempenho em qualidade, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional. Suas diretrizes incluem o cumprimento da legislação e requisitos aplicáveis, a identificação, monitoramento, avaliação e gerenciamento de riscos ambientais e de segurança ocupacional, a minimização da poluição, especialmente na prevenção de impactos atmosféricos, a promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro para prevenir lesões e doenças ocupacionais, e o compromisso com a sustentabilidade do negócio, visando o crescimento, a lucratividade e a conscientização e capacitação dos colaboradores por meio das melhores práticas.

No ano de 2021, houve um aumento significativo no número de avarias durante o transporte, com foco especial nas avarias ocorridas durante o carregamento dos veículos nas cegonhas. Uma análise dessas avarias revelou que muitos colaboradores não tinham o treinamento operacional adequado para desempenhar suas atividades com segurança. Para abordar esse problema, a empresa intensificou seus esforços em treinamentos operacionais. Foi realizada uma seleção interna para que

um colaborador ficasse responsável por fornecer suporte à operação, incluindo a criação de *poka yokes*, estabelecimento de sistemáticas nos procedimentos operacionais e o fornecimento de informações detalhadas sobre as operações.

Anteriormente, mesmo quando as causas das avarias eram identificadas, essas informações não eram incorporadas aos procedimentos operacionais nem repassadas aos colaboradores, pois não se tinha a cultura dos treinamentos operacionais periodicamente posteriormente os documentos não eram revisados e atualizados, conforme necessidade da operação, outro gargalo era a falta de um colaborador responsável por essa demanda de treinamentos. Como resultado, o ano de 2021 fechou com um total de 62 avarias, um número significativamente alto, considerando que a média mensal é de 0,01% a cada 11.000 veículos transportados, porém a média mensal durante o ano de 2021 não se passou de 21.000 veículos expedidos por mês, conseqüentemente essa meta não era alcançada. A empresa passou a reconhecer a importância dos treinamentos operacionais adequados para reduzir as avarias de transporte, melhorar a eficiência e manter sua posição no mercado.

3.3 Setor de logística na empresa

Atualmente, o departamento operacional da empresa Alfa, responsável pelo carregamento dos veículos em suas cegonhas, é composto por 65 colaboradores. Dentre eles, há 29 amarradores, 14 motoristas subidores, 12 motoristas de pátio e 10 conferentes, distribuídos em turnos de trabalho: o primeiro turno das 06:00 às 15:48 e o segundo das 15:48 às 01:09. Esse setor está localizado na área operacional da empresa, dentro de um galpão no qual estão instaladas seis rampas de carregamento e 12 boxes destinados à pré-formação das cargas. O processo de carregamento dos veículos até as cegonhas é detalhado na Figura 1.



Fonte: Autores (2024).

A Figura 1 apresenta os colaboradores envolvidos no processo. Os manobristas do pátio recebem as fichas de expedição que indicam a rua e o *box* de destino para cada veículo, e a condução até o pátio é realizada por uma van com um manobrista responsável. Quando os veículos

chegam ao *box* de carregamento, é feita uma conferência de acordo com o manual calibre, este manual é procedimento de conferência que o próprio cliente disponibiliza, no qual estão contidas as padronizações e demais formas de conferência de seus veículos e todos os pontos e itens que precisam ser verificados.

Nesse momento, também verificam se os *chassis* correspondentes à viagem estão no *box* correto. Após a conferência, ocorre a transferência de responsabilidade do cliente para a empresa, uma vez que se após essa troca de responsabilidade o veículo sofrer algum dano a empresa Alfa será responsabilizada. Uma vez que o veículo tenha sido verificado e liberado, os manobristas o carregam na carreta, seguindo as instruções quanto ao *box* e aos *chassis* correspondentes à frota. Durante a alocação dos veículos na carreta, os amarradores mantêm comunicação com os manobristas, uma vez que estes não utilizam os retrovisores dos veículos para evitar danos. Além disso, os amarradores seguem as diretrizes de distância segura, mantendo um espaço de 8 cm tanto da estrutura da carreta quanto dos outros veículos carregados.

Após o carregamento ser concluído, a carga precisa ser medida, pois o código de trânsito brasileiro exige que para o transporte de cargas em caminhões as alturas sejam no máximo de 4,95 m, atendendo assim à legislação estabelecida na (Lei nº 9.503/1997), que determina a altura máxima permitida para o transporte de cargas dentro do território brasileiro, esta especificação também foi incluída dentro dos procedimentos operacionais as medições das cargas são utilizadas réguas escalonadas ou digitais que são calibradas com aprovação do INMETRO. A garantia que a carga saia dentro dos requisitos estabelecidos pelo cliente e legislação traz como benefício a integridade da carga ou seja os veículos chegaram ao seu destino final sem avarias e danos dentro de todos os critérios estabelecidos.

3.4 Critérios considerados pelo cliente no processo de transporte

Para continuidade da prestação dos serviços ao cliente *stellantis*, a empresa Alfa, precisa atender aos requisitos do cliente durante as operações do transportes rodoviário dos veículos novos (0 km), entre estes requisitos estão: distanciamento dos veículos e estrutura da carreta de 8 cm, utilização da almofada de proteção durante a abertura de portas, chapas de ferro embaixo dos pneus em posições específicas nas cegonhas, carregamento de modelos específicos dos veículos em posição na carreta sendo também exigência se o posicionamento será de ré ou não dependendo do modelo do veículo carregado, todas essas exigências são feitas para garantia de que os veículos chegaram sem avarias para seus clientes.

Todos estes requisitos estão em contrato entre fornecedor e cliente, e a sua comprovação é feita por meio da inclusão dentro dos procedimentos operacionais da empresa, no qual são todos documentados em sistemas e sua eficácia é medida por meio de auditorias pelo próprio cliente.

Com base nesses três pilares, a questão das avarias é de extrema criticidade. Quando um veículo sofre danos durante o carregamento, isso pode resultar em complicações significativas. O veículo muitas vezes precisa passar por todo o seu ciclo de reparos, isto é, voltar na linha de produção, resolver o problema e, só assim, aguardar para ser expedido, mas em alguns casos, pode até ser considerado uma perda total (PT). Isso tem sérias implicações, uma vez que o cliente final pode optar por cancelar a compra, devido ao não cumprimento dos prazos estabelecidos e à falta de atendimento ao ciclo logístico. Além disso, considerando que o carregamento ocorre nas instalações do cliente, há também o risco de acidentes, como: amputação de dedos, queda de altura e fraturas de todas as naturezas, o que é uma situação que a empresa deseja evitar.

Para medição de todos estes critérios a empresa possui KPI's internos. Esses servem para analisar previamente se a empresa está atendendo aos requisitos que são cobrados pelo cliente e também como garantia para que os processos andem em conformidade, com a distinção de cada requisito, assim ficando mais claro quais ações devem ser tomadas e quais processos estão dentro das metas estabelecidas.

Nesse contexto, a empresa adota requisitos específicos para o processo de carregamento nas cegonhas, a fim de atender às demandas do cliente. Isso inclui manter um distanciamento adequado entre os veículos na carreta, altura correta atendendo a legislação e todas as regulamentações legais.

É fundamental que o motorista “subidor”, colaborador responsável por alocar os veículos dentro da carreta, utilize almofadas de proteção para evitar danos às portas dos veículos durante o processo de carregamento. Tudo isso é essencial para atender às solicitações e aos acordos estabelecidos em contrato. Para garantir o cumprimento dessas diretrizes, a empresa utiliza KPI's internos, monitorando o processo de carregamento para assegurar que nenhum veículo sofra avarias.

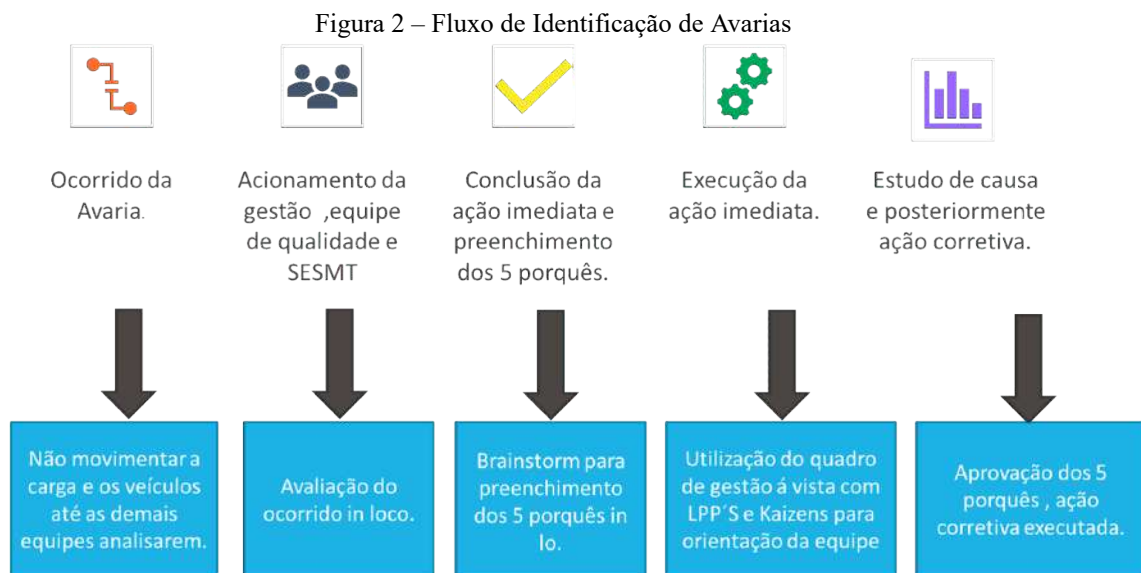
Além disso, existe um indicador obrigatório do cliente que estipula que 100% dos colaboradores devem receber treinamento com um mínimo de 5 horas por ano. Esse KPI é essencial para que a empresa sempre mantenha seus colaboradores atualizados sobre suas atividades e assim manter os padrões de qualidade e segurança durante o carregamento dos veículos.

3.5 Detecção do problema de avarias

Para identificar as avarias que ocorrem durante o carregamento, a empresa Alfa utiliza um formulário fornecido pelo cliente, conhecido como *Damage Report*, que deve ser preenchido dentro

de um prazo de 72 horas após o incidente. Este formulário incorpora a ferramenta dos "5 porquês" para identificar a causa raiz das avarias e também inclui informações sobre os envolvidos e outros detalhes necessários para registros internos.

No entanto, a empresa identificou que os estudos das causas raiz não estava sendo eficazes, uma vez que as pessoas envolvidas nem sempre fornecem relatórios precisos do que realmente havia acontecido. Para aprimorar esse processo, a identificação das avarias passou a ser realizada no local do ocorrido, o que proporcionou uma compreensão mais clara do incidente. Isso permitiu a condução de estudos mais detalhados e a implementação de ações corretivas adequadas, com ferramentas como: o estudo das avarias in loco, adequação dos procedimentos operacionais. Como resultado, ao haver ocorrência de uma avaria, a empresa Alfa adota um fluxo específico, conforme ilustrado na Figura 2.



Fonte: Autores (2024).

Esse fluxo busca a garantia da identificação assertiva da causa raiz, possibilitando a implementação de planos de ação adequados para evitar a recorrência de avarias durante o carregamento. Após a implantação do fluxo de Identificação de Avarias, foi realizado o acompanhamento das principais causas raiz no ano de 2021, assim sendo analisado passo a passo das ações e como o fluxo foi eficaz dentro da identificação e conclusão das principais causas encontradas, assim tomando medidas cabíveis e assertivas, dentro disso foi detectado os seguintes levantamentos: (i) Descumprimento do procedimento operacional padrão por falta de conhecimento – 33 ocorrências; (ii) Ausência de sistemáticas das atividades – 19 ocorrências; (iii) Falta de conhecimento do motorista carreteiro sobre seu equipamento – 10 ocorrências.

A análise dos dados revelou que algumas avarias poderiam ter sido antecipadas e medidas sistemáticas poderiam ser implementadas para evitá-las. Como resultado, foram introduzidas auditorias operacionais mensais com o propósito de antecipar riscos no processo. Os resultados e recomendações dessas auditorias eram compartilhados com a liderança, colaboradores, gestão e SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) para aprimorar ou alterar os procedimentos, contribuindo assim para a prevenção de riscos no processo.

Os resultados passaram a ser compartilhados com os gestores em reuniões bimestrais, bem como com os responsáveis por cada processo. Levando em consideração a interligação entre os diferentes setores, os planos de ação eram frequentemente propostos e executados de forma colaborativa entre dois ou mais departamentos. Posteriormente, todos os resultados eram amplamente divulgados em quadros de gestão à vista, indicadores, DDSQ (Diálogo de Diário de Segurança e Qualidade), reuniões e outras formas de comunicação.

Após a ampla divulgação e análise das principais causas, os departamentos de qualidade e SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) desenvolveram programas de treinamento abordando as causas identificadas e implementando modificações nos procedimentos operacionais padrão. Este programa de treinamento foi aplicado a 100% dos colaboradores. Uma das causas raiz identificadas foi a ausência de treinamento ao longo de 2021, revelada por meio de um KPI que mensura a quantidade de horas de treinamento que os colaboradores precisam receber anualmente. Essa exigência é estabelecida pelo cliente *Stellantis*, que requer que todos os colaboradores completem no mínimo 05 horas de treinamento durante o ano.

3.6 Inserção dos treinamentos na empresa

A empresa Alfa utiliza Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) como parte fundamental de seu sistema de qualidade. Esses POPs fornecem diretrizes detalhadas, incluindo passo a passo, simbologias, imagens e atribuições de responsabilidades para garantir que as atividades sejam executadas de acordo com padrões rigorosos de qualidade e segurança.

Essa abordagem contribui para a prevenção de avarias, promovendo a eficiência operacional e fornecendo treinamento claro para os colaboradores. Os POPs são um elemento essencial para manter a consistência nas operações e refletem a ênfase da empresa em aprimoramento contínuo e treinamento para atender aos requisitos de seus clientes.

A empresa Alfa, por meio do seu POP (Procedimento Operacional Padrão), as Figuras 3 e 4 servem como base para todos os processos operacionais em questão. Após identificar as principais causas das avarias ocorridas durante o processo de expedição de veículos novos (0 km), a empresa implementou treinamentos e procedimentos específicos, em que os colaboradores foram divididos e

treinados com base em suas funções, abrangendo manobristas subidores, manobristas de estacionamento, conferentes e amarradores.

Figura 3 – Procedimento Operacional Padrão de Amarração de Veículos

5.6	Ajustar a Carreta para Carregamento	<p>5.6.1. Realizar a pinação correta da estrutura em 100% das movimentações, verificando o nivelamento da furação, durante o carregamento ou descarregamento. Em caso de carretas que possuem limitadores nos pinos, solicitar pino reserva;</p> <p>NOTA 07: Só realizar a pinação, quando o MCFA estiver EM CIMA da demarcação do piso preenchida em amarelo;</p> <p>NOTA 08: Durante as movimentações do hidráulico (realizada APENAS pelo MCFA), o Amarrador deve permanecer ENTRE as faixas amarelas demarcadas no piso;</p> <p>NOTA 09: Apenas nas movimentações do deck superior da carreta, o Amarrador poderá permanecer dentro da estrutura da carreta, mas não deverá posicionar as mãos nas estruturas móveis. O MCFA só poderá movimentar o hidráulico, após a autorização dos Amarradores.</p> <p>Mantem comunicação com o Manobrista;</p> <p>Não posicionar as mãos nas estruturas móveis da carreta, certificar se o local é seguro e fixo para realizar o movimento dos remotes.</p> <p>É proibido operar o sistema hidráulico da carreta. (A movimentação é realizada APENAS pelo MCFA, após a pinação);</p> <p>Enquanto o Motorista Carreteiro estiver movimentando as estruturas da carreta, o Amarrador deve permanecer ENTRE as faixas amarelas demarcadas no piso.</p> <p>Enquanto o Amarrador estiver realizando a Pinação, o MCFA deve permanecer EM CIMA da demarcação do piso preenchida em amarelo.</p>
-----	-------------------------------------	--

Fonte: Autores (2024).

Figura 4 – Procedimento Operacional Padrão de Amarração de Veículos



Fonte: Autores (2024).

Esses treinamentos detalharam, passo a passo, como realizar as atividades, incluindo aspectos técnicos dos carregamentos, requisitos do cliente e conformidade com a legislação vigente. Foi ressaltado que esses procedimentos estão disponíveis em formato digital e em quadros de gestão à vista na área de carregamento, facilitando o acesso caso haja dúvidas por parte dos colaboradores. Essas medidas visam garantir que os colaboradores executem suas tarefas de acordo com padrões rigorosos, reduzindo a ocorrência de avarias e assegurando a satisfação do cliente.

Caso algum colaborador tenha algum tipo de dúvida, o documento é fácil de ser consultado, por meio do quadro de gestão à vista. Este quadro contempla todos os procedimentos operacionais das funções que executam o carregamento dos veículos 0 km, com isso os colaboradores têm sempre a sua disposição as informações pertinentes a sua função.

Após todas as constatações das principais causas encontradas, a empresa Alfa investiu nos treinamentos de seus colaboradores, sendo eles todos direcionados aos problemas identificados e

alinhados com as atividades que são executadas durante o carregamento dos veículos, foram aplicados os treinamentos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo dos Treinamentos Operacionais e de Qualidade

Tipo de Treinamento	Descrição
Procedimento Operacional Padrão	Revisão e reensino dos procedimentos operacionais, destacando mudanças, razões por trás delas e a importância do cumprimento correto para evitar danos. Treinamentos bimensais com 100% dos colaboradores e atualizações imediatas em caso de alterações.
Fluxo de expedição dos veículos até o cliente final	Explicação do percurso dos veículos desde a expedição até o cliente final, abordando desafios enfrentados no caminho e a necessidade de seguir requisitos para evitar danos no veículo no momento da entrega.
Veículos que retornam para a fábrica	Treinamento sobre o tempo de produção após a confirmação do cliente, o intervalo até a entrega e os riscos para a empresa caso o veículo retorne à fábrica, alertando sobre possíveis cancelamentos de compras e prejuízos.
Cronograma de DDSQ (Diálogo de Segurança e Qualidade)	Criação de um cronograma para garantir que todos os temas pertinentes à operação sejam conhecidos por todos os colaboradores diariamente, incluindo temas entre turnos diferentes, formalizados por lista de presença.
Comunicação assertiva	Treinamento sobre a importância da comunicação durante a alocação dos veículos na carreta, enfatizando os tipos de comunicação (verbal, não verbal, mista) e a dinâmica prática para destacar sua relevância, incluída como parte do procedimento operacional padrão.
Vídeos explicativos	Criação de vídeos para melhor compreensão de temas do procedimento operacional, como a utilização do dispositivo de distância segura, mostrando sua aplicação, locais e modos adequados de uso, distribuídos continuamente aos colaboradores.
Trabalho em equipe	Treinamento destacando a essencialidade do trabalho em equipe na organização, ressaltando seus benefícios e usando uma dinâmica prática (formação de círculo segurando uma caneta) para promover respeito entre colegas e a colaboração para atingir objetivos comuns. Incluso no procedimento operacional padrão.

Fonte: Autores (2024).

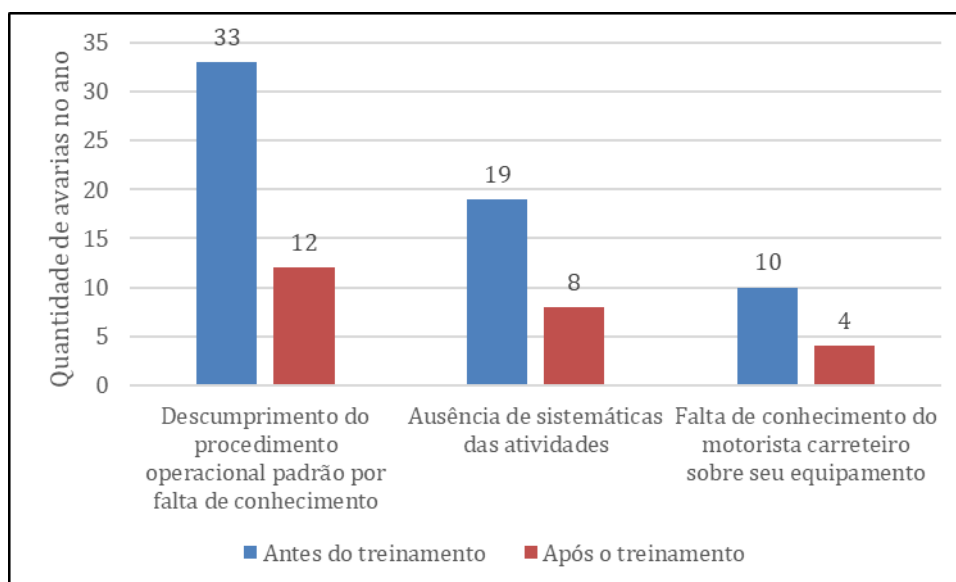
Por último, após a implementação de todos os treinamentos mencionados anteriormente, reconheceu-se a importância de capacitar especificamente os motoristas carreteiros, elementos-chave na prestação do serviço ao cliente. Para atender a essa necessidade, foram desenvolvidos treinamentos direcionados a esse grupo. Os materiais foram distribuídos através de vídeos nos locais de apoio, compartilhados nas dependências da planta enquanto os motoristas aguardavam a documentação para suas viagens e por meio de panfletos informativos.

Para garantir a constante atualização e repasse dos conteúdos, foi elaborado um cronograma detalhado com todos os tópicos relevantes para esse público específico. Considerando o grande número de motoristas - mais de 3000 na empresa Alfa - foi criado o Manual do Motorista Carreteiro. Esse manual representa a compilação de todos os conteúdos compartilhados, sendo

atualizado anualmente. O Manual do Motorista Carreteiro teve um papel crucial na empresa Alfa, que conta com mais de 3000 motoristas terceirizados. Sua distribuição e disponibilidade para os motoristas durante as viagens se revelaram essenciais para garantir que as informações estivessem sempre ao alcance deles em caso de dúvidas. Os resultados obtidos demonstram claramente o impacto positivo que o manual teve, atendendo às necessidades e contribuindo de forma efetiva para a operação.

Após a implementação de todos os treinamentos ao longo do ano de 2021, foi realizada uma comparação, conforme a Figura 5, ao encerramento desse último ano. Com esses resultados obtidos e a expressiva diminuição no índice de avarias, a empresa Alfa manteve o seu comprometimento perante as exigências do cliente, impactando diretamente na continuidade da prestação dos seus serviços.

Figura 5 – Comparativo entre as fontes de avarias antes (2021) e após (2022) o treinamento



Fonte: Autores (2024).

3.7 Benefícios dos treinamentos operacionais

A implementação dos treinamentos na empresa Alfa resultou em diversos benefícios significativos, tais como: aumento da confiabilidade junto aos clientes durante a prestação de serviços; totalidade (100%) dos colaboradores treinados e com conhecimento holístico sobre as operações da empresa; cumprimento dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) do cliente e internos e colaboradores mais motivados com os resultados obtidos.

Alguns treinamentos se destacaram significativamente, por exemplo, o treinamento sobre trabalho em equipe, usando analogias com o carregamento de veículos, promoveu uma comunicação eficaz durante as atividades, resultando na prevenção de muitos danos. Outros

treinamentos também foram bem-sucedidos, como o que abordou a diferença entre pressa e agilidade. Esse treinamento permitiu que os colaboradores compreendessem melhor esses conceitos e os aplicassem no dia a dia, realizando suas tarefas com mais cuidado e atenção. Além disso, a implementação de um cronograma como ferramenta para fornecer informações atualizadas sobre os carregamentos diários foi extremamente significativa para manter os colaboradores informados sobre as operações da empresa.

A implantação de treinamentos para o motorista carreteiro também foi fator chave para que se obtivesse a conciliação perfeita com todos os itens da operação, dando ainda mais confiabilidade na hora da execução dos carregamentos.

Maximiano (2008) destaca que a satisfação do cliente é uma prioridade para todas as organizações, pois clientes satisfeitos são essenciais para o sucesso de uma empresa. Investir em treinamento é fundamental para atender às demandas do mercado, uma vez que colaboradores bem formados, capacitados e adequadamente treinados desempenham suas funções de maneira mais eficaz.

Eles possuem um profundo entendimento dos processos, buscam constantemente aprimorar seus conhecimentos, são críticos em relação à execução das tarefas e frequentemente sugerem melhorias que podem ter um impacto significativo nos processos da organização. Isso torna a empresa mais competitiva e preparada para atender às expectativas dos clientes.

Um dos benefícios que também aconteceu, foi o melhoramento do clima organizacional, visto que os treinamentos engajam os colaboradores e os deixam mais à vontade para expor seus pensamentos e também dúvidas que existiam. Mesmo alguns temas não sendo diretamente o procedimento operacional padrão, todos eles faziam analogia e eram direcionados às atividades dos colaboradores no setor operacional, os treinamentos sobre o procedimento operacional padrão com o complemento dos vídeos explicativos foram fator chave para que os colaboradores ficassem mais atentos e o conteúdo repassado não se tornasse tão maçante visto que é um assunto mais técnico.

Os treinamentos mais alusivos como: trabalho em equipe, comunicação assertiva, Pressa X agilidade, foram acompanhados de dinâmica que exemplificam o dia a dia dos colaboradores durante suas atividades, com todas essas ferramentas utilizadas para a capacitação dos colaboradores, os mesmo ficaram mais engajados, trabalhando em um único objetivo, visto que todos tem as informações claras sobre os números da empresa e também sobre a correta execução das suas atividades, assim todos se dedicando a um único bem comum, para o alcance de metas e resultados.

4. Considerações finais

O estudo buscou, primordialmente, analisar e solucionar as recorrentes avarias enfrentadas durante o carregamento de veículos na empresa Alfa. Ao longo do estudo, foi evidenciado um conjunto de informações do processo que permitiram compreender a problemática de pesquisa. A análise revelou que a falta de treinamento e procedimentos claros impactava significativamente no aumento dessas avarias, impactando diretamente os resultados operacionais da empresa.

A implementação estratégica de treinamentos operacionais específicos, aliada à atualização e rigor na execução dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), demonstrou-se uma abordagem eficaz. Os resultados obtidos ao longo do período de estudo refletem uma diminuição nas avarias, reduzindo de 62 avarias no ano de 2021 para 24 avarias no ano de 2022, mesmo com um volume semelhante de veículos expedidos.

Os benefícios desses treinamentos e das melhorias implementadas foram diversos. Houve um aumento na confiabilidade perante os clientes, com a plena capacitação de todos os colaboradores e o cumprimento consistente dos KPIs internos e do cliente, como exigido. Adicionalmente, houve um impacto positivo no clima organizacional, refletindo na motivação dos colaboradores, no engajamento coletivo e na busca incessante por melhores resultados.

É importante ressaltar que a satisfação do cliente é o pilar central para qualquer empresa e neste caso, fundamental, devido ao contrato de exclusividade. Os treinamentos desempenharam um papel essencial nesse aspecto, assegurando que os colaboradores estivessem bem preparados para cumprir os requisitos dos clientes, resultando em uma relação mais sólida e satisfatória.

No que tange a cultura organizacional, a empresa Alfa passou a estar mais preparada para os desafios do mercado, adotando uma postura proativa na identificação de problemas e na implementação ágil de soluções, destacando a importância dos colaboradores bem treinados e motivados para o sucesso organizacional.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

CRUZ, E. P. **Montadoras paralisam produção e dão férias coletivas aos funcionários: férias de componentes e cenário econômico desfavorável motivam decisão**. São Paulo. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/montadoras-paralisam-producao-e-dao-ferias-coletivas-aos-funcionarios>. Acesso em: 11 abr. 2023.

FAGUNDES, E. C. *et al.* Proposta Para Reduzir O Índice De Produtos Avariados Durante O Processo De Transporte. **Inova+ Cadernos da Graduação da Faculdade da Indústria**, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/inovamais/article/view/580>. Acesso em: 11 abr. 2023.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Stellantis e a transformação econômica**: conheça o crescimento da fábrica em Pernambuco. Recife. Folha de Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/stellantis-e-a-transformacao-economica-conheca-o-crescimento-da/249096/>. Acesso em: 21 maio 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, P. F. SANTOS, V. M. Dinâmica dos investimentos na economia de Pernambuco: 2000-2017. In: ARAÚJO, T. B.; ARAÚJO, T. P. (org.). **Socioeconomia pernambucana**: mudanças e desafios. Pernambuco: CEPE, 2018.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, L. S. F. **A fábrica dos sonhos**: estudo sobre o processo de implantação da Jeep em Goiana/PE. 2021. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/3983>. Acesso em: 21 maio 2023.

PEREIRA, H. *et al.* **Avarias de cargas fracionadas no modal rodoviário**: um estudo de caso de uma empresa no Sul de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 19., 2017, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2017. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/14625132.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Autores:

Ketyllen Silva de Souza (FAG) <ksilva29@outlook.com>

Roberta Vanessa Aragão Félix da Silva (UFPE) <roberta.aragao@ufpe.br>

Joás Tomaz de Aquino (UFPE) <joastomaz@gmail.com>



ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 31

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS SILVA
TACIANA DE BARROS JERÔNIMO
ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA
GEYZA D' ÁVILA ARRUDA
ESTÉLIO SILVA BARBOSA
(ORGANIZADORES)

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o trigésimo primeiro volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES”, que reúne em seus capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!



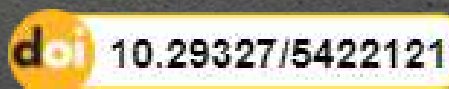
Editora Enterprising

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

+55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55



ISBN 978-65-84546-76-9



9 786584 546769 >